

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

IMIGRANTES LUXEMBURGUESES NO ALGARVE: HISTÓRIAS DE VIDA

Elsa Maria Carvalho de Oliveira

Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Educação Social

Trabalho efetuado sob a orientação de:

Prof. Doutor José González Monteagudo e do

Prof. Doutor António Fragoso de Almeida

Faro, 2013

IMIGRANTES LUXEMBURGUESES NO ALGARVE: HISTÓRIAS DE VIDA

Elsa Maria Carvalho de Oliveira

Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Educação Social

Trabalho efetuado sob a orientação de:

Prof. Doutor José González Monteagudo e do

Prof. Doutor António Fragoso de Almeida

Faro, 2013

IMIGRANTES LUXEMBURGUESES NO ALGARVE: HISTÓRIAS DE VIDA

DECLARAÇÃO DE AUTORIA DE TRABALHO

Declaro ser a autora deste trabalho, que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam da listagem de referências incluída.

(Elsa Maria Carvalho de Oliveira)

Copyright by

Elsa Maria Carvalho de Oliveira

A Universidade do Algarve tem o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicitar este trabalho de exemplares impressos reproduzidos em papel ou em forma digital, ou por outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, de o divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.

Agradecimentos

A tese de mestrado que se apresenta é fruto de um caminho partilhado por diversas pessoas, a quem expresso o meu agradecimento por ter chegado ao fim e pelas aprendizagens realizadas.

Ao orientador, Professor Doutor José González Monteagudo, e ao coorientador, Professor Doutor António Fragoso, pela oportunidade de percorrer os caminhos que conduzem à aprendizagem do que é fazer investigação científica – percurso iniciado no Mestrado e cuja evolução se cimentou numa relação de confiança, – pelas palavras de incentivo, pelo empenho que colocaram nesta tarefa e pela amizade, que permitiram conciliar o saber científico com a reflexão sobre a experiência pessoal.

Ao Embaixador do Luxemburgo em Portugal, Paul Schmit, à sua Assistente, Kristine Cooreman, ao Senhor Cônsul do Luxemburgo em Tavira, Dr. Jorge Pereira, pela amabilidade e pelo profissionalismo com que sempre responderam às minhas solicitações.

Aos imigrantes que participaram na pesquisa, que acederam amavelmente a relatar as suas trajetórias, pela disponibilidade de partilha das “coisas da vida”, pela empatia gerada, pela confiança que depositaram na investigadora e, também, pela responsabilidade que lhe exigiram na concretização do trabalho de campo e na apresentação e discussão dos resultados.

Uma palavra especial às colegas Fátima Lichtenberg, Ana Catarina e Clara Ferrão, pela amizade e apoio. À amiga Sandra Lourenço, por todo o apoio dado nas traduções.

À minha mãe, aos meus irmãos, ao Toni e em especial às minhas irmãs, que se encontram na Suíça, por toda a força e apoio dado e por partilharem o indivisível e proporcionarem insubstituíveis almofadas afetivas, confirmando a força dos laços fortes mesmo para além das fronteiras geográficas e dos oceanos.

Uma nota final para reiterar o valor de todos os contributos que permitiram enriquecer o trabalho individual de indagar e de procurar respostas, processo de partilha de saberes e afetos que permitiu ir tecendo laços interpessoais que constituíram uma fonte generosa de capital social. Não obstante, as fragilidades que esta dissertação possa apresentar são, naturalmente, da minha inteira responsabilidade.

Resumo

Uma das particularidades do mundo atual traduz-se numa maior mobilidade de fluxos migratórios internacionais e na emergência de novos países de destino destas movimentações populacionais. Hoje, Portugal é um dos países de destino dessas movimentações migratórias, que nele procuram melhores condições de vida e a realização das suas aspirações. É, pois, neste novo cenário a que temos vindo a assistir ao longo da última década, caracterizada pela entrada e fixação de um número significativo de indivíduos no nosso país, que, atualmente, encontramos uma fração restrita de indivíduos oriundos do Luxemburgo, que representa uma das menores comunidades imigrantes a residir em Portugal, sobretudo no Algarve.

Os resultados que se apresentam decorrem de um projeto de investigação sobre a comunidade referida. A problemática sobre a qual se delineou a pesquisa centra-se na compreensão do processo motivacional que levou estes luxemburgueses a trocarem o seu país de origem por Portugal, em particular o Algarve, tendo em conta que o Luxemburgo é um país rico e com uma elevada conjuntura económica, comparativamente a Portugal, país pobre e com um nível conjuntural baixo. A exploração da temática foi realizada mediante a análise dos fatores que condicionaram o envolvimento dos imigrantes luxemburgueses na sociedade portuguesa e a sua ação individual e coletiva na região do algarve. Neste trabalho, pretendeu-se também compreender o papel que a Embaixada do Luxemburgo desempenha na vida destes imigrantes.

A estratégia metodológica adotada nesta investigação caracterizou-se pela abordagem qualitativa e pela primazia do paradigma interpretativo. A matéria-prima empírica foi recolhida com base em histórias de vida, a partir de duas entrevistas focalizadas nas trajetórias de imigrantes oriundos do Luxemburgo.

A análise das trajetórias de vida desta comunidade de imigrantes (pouco representativa em Portugal) conduziu à elaboração de um sistema de reconstrução das suas memórias e identidades, das dificuldades sentidas na usualmente denominada sociedade de acolhimento, bem como dos seus projetos de vida.

Palavras-chave: migrações; imigração; histórias de vida; Luxemburgueses; Algarve

Abstract

One of the characteristics of today's world translates into greater mobility of international migration and the emergence of new destination countries for these population movements. Nowadays, Portugal is one of the destination countries of these migratory movements, where people seek better life conditions and the fulfilment of their aspirations. It is in this new scenario we have been witnessing over the last decade, characterized by the entry and establishment of a significant number of individuals in our country, that today we find a restricted fraction of individuals from Luxembourg, which represents one of the smallest communities of immigrants residing in Portugal, especially the Algarve.

The results presented stem from a research project on the Luxembourgish immigration to Portugal, especially the Algarve. The research was outlined regarding the comprehension of the motivational process that led the Luxembourgers to exchange their country for Portugal, especially the Algarve, considering that Luxembourg is a rich country, whereas Portugal is a poor country. The examination of the theme was based on the analysis of the factors limiting the participation of these immigrants in the Portuguese society, as well as their individual and collective action in Algarve. We further aimed at examining the role that the Luxembourgish Embassy plays in the lives of these immigrants.

The strategy adopted in this research is based on a qualitative approach and on the primacy of the interpretive paradigm. The empirical raw material was collected on the basis of life stories, from two interviews focused on the trajectories of Luxembourgish immigrants.

The analysis of these immigrants' life trajectories (hardly representative in Portugal) relied upon the reconstruction of their memories, identities, and difficulties usually faced in the host society, as well as their life projects.

Keywords: migration; immigration; life stories; Luxembourgers; Algarve

Índice geral

Agradecimentos	3
Resumo	4
Abstract	5
Índice geral	6
Índice de gráficos	10
Índice de tabelas	11
Índice de anexos	12
Siglas utilizadas	13
1. Introdução	14
1.1. Exposição do tema	15
1.2. Motivação	15
1.3. Objetivos e estrutura do trabalho	17
1.4. Problemática	19
2. Enquadramento teórico	22
2.1. Migrações e globalização	23
2.2. O Papel das redes nas dinâmicas migratórias	27
2.3. Imigração	30
2.4. Caracterização da imigração portuguesa residente em Portugal (em números)	33
2.5. Políticas de imigração	40
2.6. Políticas de integração em Portugal	42
2.6.1. Responsáveis estatais das políticas de integração	44
2.6.2. Os instrumentos: planos de integração de imigrantes	45
2.7. O olhar da Embaixada do Luxemburgo	48
2.8. Análise histórica do Luxemburgo	55
2.8.1. Uma relação especial entre dois países: Portugal e Luxemburgo	55
2.8.2. Laços entre a família Grã-ducal e a Casa de Bragança	56
3. Metodologia	59

3.1. Plano metodológico empírico	60
3.2. Análise documental	62
3.3. Investigação qualitativa	62
3.4. As histórias de vida e o método biográfico	65
3.5. A estrutura da amostra	68
3.6. A recolha dos dados	69
3.7. Ética na investigação	73
4. Resultados da pesquisa	75
4.1. Caracterização dos entrevistados	76
4.2. Análise das histórias de vida	78
4.2.1. Situação anterior ao projeto migratório para Portugal	78
4.2.1.1. <i>Motivação da emigração</i>	78
4.2.1.2. <i>Recordações de vida no Luxemburgo</i>	78
4.2.1.3. <i>Acontecimentos que marcaram</i>	80
4.2.1.4. <i>Recordação do passado com saudade / nostalgia / indiferença</i>	81
4.2.1.5. <i>Identidade</i>	81
4.2.1.6. <i>Primeira opção do projeto migratório</i>	82
4.2.2. Projeto migratório no Algarve	82
4.2.2.1. <i>Razões de escolha do Algarve</i>	82
4.2.2.2. <i>Decisão de emigrar</i>	83
4.2.2.3. <i>Quem toma a decisão de emigrar</i>	83
4.2.2.4. <i>Recordação do dia de chegada</i>	84
4.2.2.5. <i>Datas de chegada a Portugal</i>	84
4.2.2.6. <i>Redes migratórias</i>	85
4.2.2.7. <i>Quem apoia a decisão de emigrar / quem apoia no país de destino</i>	85
4.2.2.8. <i>Acolhimento no país de destino</i>	87

4.2.2.9. <i>Situação habitacional no Algarve</i>	87
4.2.2.10. <i>Documentação de entrada</i>	88
4.2.2.11. <i>Meio de transporte</i>	88
4.2.2.12. <i>Dificuldades no país de destino</i>	89
4.2.3. Situação laboral	91
4.2.3.1. <i>Objetivos laborais</i>	91
4.2.3.2. <i>Horários de trabalho</i>	92
4.2.3.3. <i>Preconceito / Discriminação no local de trabalho</i>	92
4.2.3.4. <i>Situação profissional comparativamente à situação no país de origem</i>	93
4.2.3.5. <i>Satisfação / Insatisfação no trabalho</i>	94
4.2.4. Situação familiar	95
4.2.4.1. <i>Quem cuida dos filhos</i>	95
4.2.4.2. <i>Mudanças ocorridas em resultado da imigração</i>	95
4.2.4.3. <i>Apoio económico à família</i>	96
4.2.5. Integração na sociedade portuguesa e ligação ao país de origem	96
4.2.5.1. <i>Integração</i>	96
4.2.5.2. <i>Dificuldades sentidas</i>	98
4.2.5.3. <i>Hábitos culturais</i>	99
4.2.5.4. <i>Pertença a grupos que só integrem pessoas do país de origem</i>	99
4.2.5.5. <i>Aspetos da vida que gostariam de mudar</i>	101
4.2.5.6. <i>Amigos portugueses</i>	101
4.2.5.7. <i>Férias no país de origem</i>	101
4.2.5.8. <i>Contactos com familiares e amigos no país de origem</i>	102
4.2.6. Tempos livres	102
4.2.7. Relação com os algarvios	103

4.2.7.1. <i>Perspetivação dos portugueses / algarvios</i>	103
4.2.7.2. <i>Diferenças / semelhanças entre algarvios / luxemburgueses</i>	104
4.2.7.3. <i>Como pensam que os algarvios os perspetivam</i>	105
4.2.7.4. <i>Alteração da relação com os algarvios</i>	106
4.2.8. Satisfação com o projeto migratório	106
4.2.9. Projetos futuros	107
4.2.9.1. <i>Pensam viver no Algarve ou regressar ao Luxemburgo</i>	107
4.2.9.2. <i>Projetos de investimento numa casa ou negócio no país de destino</i>	107
4.2.9.3. <i>Intenção de emigrar para outro país</i>	108
4.2.9.4. <i>Portugal como espaço de oportunidades para os filhos</i>	108
4.2.10. Tipo de autorização	110
4.2.10.1. <i>Legalização / autorização de permanência / autorização de residência</i>	110
5. Conclusão	111
6. Referências	118
7. Anexos	127
Anexo I	128
Anexo II	140

Índice de gráficos

Gráfico 1: Evolução da população estrangeira em Portugal (2012)	31
Gráfico 2: População estrangeira residente em Portugal, por nacionalidade segundo o género (2012)	32
Gráfico 3: Nacionalidades mais representativas da população estrangeira residente em Portugal [%] (2012)	32
Gráfico 4: População estrangeira em Portugal, por Distrito de residência (2012)	34

Índice de tabelas

Tabela 1: Autorizações de Residência (AR) por distrito (Faro) concedidas, em Portugal, a imigrantes luxemburgueses, entre 2006-2012	17
Tabela 2: População Estrangeira Residente segundo o escalão etário, em Portugal (2012)	35
Tabela 3: Ascendências dos inquiridos	75
Tabela 4: Com quem emigraram, quem têm no Algarve, datas de chegada	82
Tabela 5: Quem apoiou a decisão de emigrar / quem apoiou no país de destino	84

Índice de anexos

Anexo 1: Instrumentos metodológicos	119
Anexo 2: Relatos de histórias de vida	131

Siglas utilizadas

ACIDI – Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural

ACIME – Alto-Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas

AR – Autorizações de Residência

CEE – Comunidade Económica Europeia

CNAI – Centro Nacional de Apoio ao Imigrante

EM – Estados-Membros

EFTA – European Free Trade Association

EU – União Europeia

FEI – Fundo Europeu para a Integração

FER – Fundo Europeu para os Refugiados

INE – Instituto Nacional de Estatística

IVA – Imposto de valor acrescentado

MIPEX – Migrant Integration Policy Index

OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico

OI – Observatório de imigração

OIM – Organização Internacional para as Migrações

OLAI – Office Luxembourgeois de L'Accueil et de L'Intégration

ONG – Organização não governamental

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PIB – Produto interno bruto

STATEC – Institut National de la Statistique et des Études Économiques

SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

1. INTRODUÇÃO

1.1. Exposição do tema

Síntese: O objetivo deste capítulo é inserir o leitor na dissertação, explanando, resumidamente, o que se pretendeu desenvolver ao longo do trabalho, nomeadamente, os motivos que estiveram na base da escolha do tema, assim como os objetivos que se pretendem atingir com um estudo desta natureza, a estrutura do trabalho, o enquadramento teórico, com recurso a uma revisão bibliográfica que se considerou pertinente e atualizada para os assuntos e problemáticas presentes neste trabalho, assim como o recurso à síntese analítica realizada pelo INE e o SEF, de modo a contextualizar a evolução demográfica da população estrangeira residente em Portugal. Recorreu-se ainda à análise dos dados do STATEC, de forma a analisarmos os dados referentes à população estrangeira no Luxemburgo, nomeadamente portugueses. Procurou-se também apoio na investigação que assume simultaneamente um carácter diacrónico e sincrónico, na medida em que se dedica ao estudo de um fenómeno migratório em períodos diferentes (diacrónico) e se propõe estudar este fenómeno no momento atual (sincrónico). Refletiu-se acerca da metodologia e resultados da pesquisa que estiveram presentes ao longo do trabalho e que foram sendo superados/contornados. Seguidamente, apresentamos a conclusão que consideramos pertinente no desenvolvimento da investigação e terminamos com as referências bibliográficas e os anexos, onde são apresentados os instrumentos utilizados e as transcrições dos relatos de Raymond e de Marlene.

1.2. Motivação

A dinâmica migratória muitas vezes confunde-se com uma temporalidade delimitada, na medida em que o imigrante, cedo ou tarde, acaba por regressar ao seu local de origem, depois de vários anos fora do seu país. Este local acaba por ser o móbil, ou seja, acaba por estar sempre presente como sendo o objetivo último a atingir, a motivação que suporta a necessidade de estar num local distinto do de origem, e onde se procura, através do trabalho, obter uma certa condição económica, para que mais tarde se beneficie de uma melhor qualidade de vida e se goze convenientemente o suposto “lar”.

No entanto, se ficar provado o inverso, este poderá tornar-se inoportuno, ou seja, se o imigrante encontra no local de chegada, diferente do seu local de origem, condições que

superem as motivações que o fizeram migrar, é possível que aí se fixe, deixando que outro local do mundo possa substituir o seu “lar”.

Hoje, a imigração, como realidade atual e como objeto de estudo, tende a complexificar-se cada vez mais no mundo globalizado. O cenário migratório constrói-se a partir de dados do passado (fluxos emigratórios), mas ganha novos contornos com dados do presente que, possivelmente, ganharão dimensão no futuro (fluxos imigratórios). Portugal assumiu, especialmente a partir da última década do século XX, um papel preponderante como país recetor de imigrantes. O processo de descolonização promoveu, de certo modo, este fenómeno, embora de uma maneira reservada e particularmente definida. Atualmente, tem-se a ideia de um Portugal que deixou de ser “cais de partida”, passando a ser “cais de chegada” de imigrantes cuja língua deixou de se limitar ao português dos PALOP ou do Brasil, para repartir o “espaço” com um diverso conjunto de idiomas.

A escolha do tema partiu sobretudo da sugestão do Professor Doutor António Fragoso. Por outro lado, prende-se com razões pessoais, devido à pertença a uma família com uma longa história de emigração (duas irmãs que vivem na Suíça) até aos dias de hoje. Deste modo, posso referir que a problemática da imigração esteve sempre patente no decorrer da minha vida. Acresce ainda o “*despertar*” da curiosidade, devido ao total desconhecimento da existência de imigrantes luxemburgueses residentes em Portugal, alvo desta investigação. Por todas estas razões, e devido ao facto de, em Portugal, não existir investigação sobre esta comunidade no processo imigratório, a análise deste tema afigura-se como uma investigação extremamente relevante e interessante, quer para aprofundar conhecimentos quer para alcançar novos saberes.

Perante esta realidade, optou-se por analisar a imigração luxemburguesa na região do Algarve, por ser uma região turística e de atração para a população estrangeira. Com uma área de 4.996 km², o Algarve observou na última década um acréscimo populacional muito acentuado, este crescimento está ligado ao fenómeno da imigração. Sendo que estes fenómenos migratórios estão intimamente relacionados com o turismo e a terciarização, bem como com a melhoria das condições de vida. Em 2011, residiam em Portugal 394 496 cidadãos de nacionalidade estrangeira, o que representa cerca de 3,7% do total da população. No entanto, em termos regionais, é no Algarve que a população estrangeira tem maior importância, cerca de 12% da população total da

região, seguindo-se Lisboa, com 7%, e em terceiro lugar surge o Alentejo, com 3%, ficando a região Norte na linha abaixo, com uma descida acentuada de 1,4% e 1,3% da sua população (INE, 2011: 28).

Tabela 1 – Autorizações de Residência (AR) por distrito (Faro) concedidas, em Portugal, a imigrantes luxemburgueses, entre 2006-2012¹

Ano	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
HM	22	22	26	29	29	25	22
H	14	14	16	18	19	17	14
M	8	8	10	11	10	8	8

Os dados expostos na Tabela1 indicam-nos um número muito reduzido de imigrantes luxemburgueses representativos até à data em Portugal (com uma média de vinte e duas pessoas, exceto nos anos 2009-2010), enquanto cidadãos residentes por distrito, ao abrigo das Autorizações de residência (AR) (cf. Tabela1). Os indicadores evidenciam a supremacia da imigração masculina. Estes são imigrantes em idade ativa, com habilitações académicas e formação profissional, em muitos casos, superiores às da população nacional, que se encontram na região do Algarve, e que desempenham atividades diversificadas, alguns deles com interesse em desenvolver investimentos em Portugal

1.3. Objetivos e estrutura do trabalho

Esta dissertação centraliza-se no estudo do cenário imigratório de Portugal, com destaque para o fenómeno do reduzido número de imigrantes luxemburgueses que se vieram instalar no nosso país. Procedeu-se à entrevista semidiretiva, de carácter exploratório, e de história de vida à comunidade luxemburguesa que atualmente se encontra instalada em Lagoa e Carvoeiro, no sentido de identificar os motivos que levaram estes imigrantes a escolherem Portugal como país de destino.

¹ Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), portal de estatística 2006-2012, com tratamento próprio.

Pode-se dizer que este estudo foi baseado num conjunto de objetivos gerais:

- Identificar os fatores motivadores das decisões de imigrar e como estes tornaram a migração possível;
- Compreender o papel das redes enquanto desencadeadores na decisão de imigrar e a sua função no processo migratório;
- Perceber de que modo as nacionalidades dos imigrantes influenciam a sua integração e analisar se a integração foi fácil ou difícil.

Tendo como objetivo específico elaborar o diagnóstico da situação dos imigrantes residentes no Algarve, no que respeita à demografia, à situação e trajetórias migratórias, às experiências de imigração e integração, ao desenvolvimento socioeconómico do país e ao desenvolvimento de redes relacionais (com outros cidadãos dos locais de origem e de destino, como também do concelho onde residem), este estudo assume quatro desafios: I) identificar as dificuldades e obstáculos encontrados ao longo do trajeto de vida; II) analisar o perfil e a situação específica de imigrantes; III) compreender as atitudes dos portugueses face a estes imigrantes; IV) contribuir para o levantamento de novas questões que poderão motivar futuras investigações mais circunscritas.

Deste modo, e para melhor cumprir estes objetivos, o trabalho foi dividido em duas partes, a primeira corresponde ao enquadramento teórico e a segunda ao trabalho de pesquisa propriamente dito, tendo sido desenvolvido com base em cinco capítulos fundamentais:

- O primeiro capítulo, apresenta-se como sendo o enquadramento teórico da dissertação, onde se reflete sobre a problemática da definição de conceitos no campo de estudo das migrações e globalização. A uma outra escala de análise, pretende dar a conhecer a caracterização dos fluxos migratórios, da(s) sua(s) dinâmicas e evolução ao longo do tempo em Portugal, bem como o seu papel como continente recetor de imigrantes, por excelência. São também tratadas questões sociais, nomeadamente políticas de imigração e integração em Portugal e Luxemburgo e responsáveis estatais, como barreira desse processo, bem como os planos de integração no processo de imigrantes. Procura-se ainda da Embaixada do Luxemburgo, à luz do papel que esta instituição representa na vida dos imigrantes luxemburgueses e a análise histórica do Luxemburgo.

- O segundo capítulo procura descrever a estratégia metodológica adotada, o plano metodológico empírico e a análise documental, as razões que justificam a escolha de uma metodologia qualitativa, as histórias de vida, o método biográfico, a população estudada e os procedimentos aplicados na recolha dos dados. Reflete-se sobre questões éticas que se colocaram ao longo deste processo e, faz-se uma breve caracterização dos participantes da investigação.
- No terceiro capítulo, apresenta-se a caracterização dos entrevistados e dos resultados encontrados, através da análise do conteúdo das histórias de vida.

Num último momento, apresenta-se a conclusão, onde se procedeu à sistematização de algumas ideias tratadas ao longo da dissertação.

Também se pretende que este trabalho seja um espaço não só de respostas, mas sobretudo onde possam ser levantadas novas questões, as quais sirvam de base para novos e renovados debates sobre o fenómeno da imigração dos luxemburgueses em Portugal.

1.4. Problemática

Este trabalho de investigação tem por base uma componente teórica e uma abordagem prática.

Num primeiro momento, procurou-se fazer um enquadramento das ideias e conceções orientadas por diferentes autores e entidades que se dedicam ao estudo das migrações. Foi consultado um conjunto diferenciado de obras que tratavam os assuntos em questão, confrontando com a realidade e com casos individuais.

Pareceu, por isso, adequado a recolha de informação estatística, assim como de casos específicos retratados pelos média, de modo a que o enquadramento teórico tivesse expressividade prática, procurando adaptá-la ou não ao que se passa diariamente. Imediatamente despontaram alguns problemas, designadamente:

- A complexidade em identificar definições concretas para determinados conceitos;

- A incompatibilidade dos dados do SEF² e do INE³ relativamente ao mesmo assunto e do STATEC⁴ comparativamente aos dados do Consulado do Luxemburgo;
- Ausência de dados a determinadas escalas de análise (SEF, INE e STATEC).

Quanto ao primeiro ponto, constatou-se que certos conceitos implicavam leituras distintas por parte dos diversos autores, o que diligenciou, em dadas alturas, a complexidade das leituras.

Relativamente ao segundo ponto os dados estatísticos do SEF e do INE, não são tão fiáveis quanto os do SEF, na medida em que estes últimos *“referem-se apenas aos estrangeiros em situação juridicamente regularizada”*, enquanto os primeiros se confrontam com a dificuldade de comprovar a nacionalidade, uma vez que *“é possível que muitos estrangeiros em situação irregular tenham respondido que eram portugueses por recearem consequências de uma revelação da sua verdadeira nacionalidade”* (Esteves, 1991:28).

Por outro lado nem sempre se encontrou a informação pretendida quanto à especificação de certas temáticas, bem como escalas de análise mais pormenorizadas, optando-se por alterar a estratégia de abordagem ao tema ou trabalhar com a informação existente complementando com outras fontes escritas. Contudo, os dados fornecidos pelo INE não são, de modo algum, de menosprezar, atendendo à grande diversidade de situações que abrangem. Do mesmo modo se constatou incompatibilidades na análise estatística entre o STATEC e o Consulado do Luxemburgo (STATEC, 2011).

No terceiro ponto, optou-se por trabalhar com a análise de dados existentes e atuais. Observou-se incompatibilidade de dados no INE, SEF, STATEC e ausência de dados em determinadas escalas de análise no INE e STATEC. Apesar de todas as incompatibilidades, foi tida em atenção a análise destes dados estatísticos para reforçar a realidade da imigração existente em Portugal.

² SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

³ INE – Instituto Nacional de Estatística

⁴ STATEC - Institut National de la Statistique et des Études Économiques

A investigação desenvolveu-se sob a consciência da incapacidade de alcançar o processo de imigração na sua complexidade. Ao esforço de investigação subjaz, pois, a confirmação da incapacidade de apreender o fenómeno estudado enquanto “*facto social total*”. Tal deve-se à natureza do próprio projeto de investigação, realizado individualmente e com condicionantes temporais pelo meio.

A pesquisa aqui apresentada apoia-se em análises realizadas por vários autores, que constituem esforços para conciliar fatores de natureza estrutural com fatores de natureza individual e que deram origem a modelos explicativos da imigração e dos fluxos migratórios.

Tendo em conta, os resultados fornecidos nesta pesquisa, não se observa nenhuma participação por parte dos indivíduos em clubes desportivos, organizações religiosas, sindicatos, partidos políticos ou outras das organizações da sociedade portuguesa. O papel destas estruturas na integração dos imigrantes, bem como de ativação da participação formam questões a analisar em futura investigação.

Perante esta realidade, procurou-se, com este trabalho de investigação, compreender o motivo que levou os imigrantes do Luxemburgo a escolher Portugal como país de destino, sobretudo o Algarve.

Os resultados que se expõem decorrem de um projeto de investigação sobre os relatos de histórias de vida destes imigrantes, no âmbito de uma dissertação de mestrado em Educação Social.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2.1. Migrações e globalização

Hoje, a realidade das migrações é complexa e contorna situações de caráter absolutamente distinto. Uma boa parte das migrações conhecidas prossegue nos países menos desenvolvidos. Nos países da Europa Ocidental, e especificamente no caso Português, a questão assume destaque político quando há necessidade de regular os fluxos, estabelecer critérios para entrada no país (ou numa região económica, social ou política) e, partindo da realidade empírica de que a integração não é um processo simples e automático, estabelecer formas de a facilitar, elucidando um conjunto de direitos a conferir aos que a esse país (região) acedem, direitos (e obrigações) contextualizados nas normas de convivência instituídas por e para os nacionais nessa sociedade (de destino).

O ato de migrar é inerente ao progresso do Homem e está relacionado com a conjunção dos seguintes fatores: necessidade económica, guerras civis, conflitos de ordem étnica ou religiosa, calamidades de ordem natural ou vontade de conhecer e interagir com novas culturas. Segundo Matos (1993:2), migrar traduz-se em movimentos populacionais, que podem ter diferentes durações e magnitudes, a que podemos acrescentar que a migração “*designa o cruzamento da fronteira de uma unidade política ou administrativa por um certo período mínimo*” (Boyle *et al.*, 1998 citado por Castles, 2005: 16). De um ponto de vista complementar, Jackson (1991) afirma que a migração é como o movimento de uma população de um local físico para outro, dividindo as migrações em temporárias e permanentes consoante se mantém a residência no lugar de origem ou se muda para o lugar de acolhimento.

As migrações obedecem a determinados processos que respondem a vários mecanismos originados pelas motivações das pessoas. O processo de migração responde a um mecanismo exógeno no país de acolhimento, ligado às condições existentes no país de partida, nomeadamente o desemprego, a pobreza, os baixos rendimentos, como também a interação de efeitos endógenos e de condições apelativas, ligadas à situação do mercado do trabalho nos países de acolhimento. Os motivos que levam determinados indivíduos a emigrar poderão ser diversos. Porém, a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE) distingue três principais categorias: o trabalho, o reagrupamento familiar e o asilo político.

No que respeita ao primeiro motivo, o trabalho, o projeto de emigração surge com o objetivo de melhorar a situação socioeconómica da família. Daí decorre o segundo motivo, que consiste no reagrupamento familiar, onde existe um membro da família que emigra numa primeira fase para criar condições, mantendo o objetivo de acolher o resto da família no destino. Quanto ao asilo político, este diferencia-se dos outros dois, na medida em que não surge da vontade própria do migrante, mas sim de um constrangimento, sendo este “*obrigado*” a mudar de país por questões de sobrevivência.

Relativamente à dimensão espacial das migrações, as deslocações migratórias podem ser internas, o que acontece na maior parte dos casos, mas também podem ser internacionais. A OCDE define um migrante internacional como uma pessoa que atravessa uma fronteira, muda o seu lugar de residência e possui uma nacionalidade estrangeira quando entra no país de destino. O emigrante internacional é, geralmente, um estrangeiro quando chega ao país de acolhimento. No entanto, existem algumas exceções como, por exemplo, os filhos de emigrantes nascidos nos países de destino que mantiveram a nacionalidade de origem.

Quanto à forma como as migrações se propagam, Jackson (1991) fala sobre migrações voluntárias e migrações forçadas. Como os próprios nomes indicam, num primeiro caso o ato de migrar é tomado de livre e espontânea vontade por parte do migrante. Por seu turno, as migrações forçadas baseiam-se na imposição individual que força o migrante a abandonar o seu país de origem. São claramente dois tipos distintos de migrações, onde o termo voluntário deixa bem clara a predominância da ação individual na mudança migratória e o termo forçado demonstra uma movimentação individual resultante de uma pressão que lhe é externa.

Abordando a dimensão social, é categórico realizar um comentário especial em torno da mesma, visto que o consenso teórico em relação à inclusão desta dimensão no domínio migratório ainda não se encontra realmente assegurado. Jackson afirma que a migração “*terá de envolver necessariamente uma transição social bem definida, implicando uma mudança de estatuto ou uma alteração no relacionamento com o meio envolvente, quer físico quer social*” (Jackson, 1991:6). Esta afirmação suscita claramente uma advertência em torno da questão do estatuto social de um indivíduo. Como afirma

Alcinda Cabral⁵ (2002:373), o estatuto social de um indivíduo representa o seu posicionamento na sociedade em que está inserido. É de acordo com esta lógica bem vigente nas sociedades capitalistas contemporâneas que se pode reconhecer na dimensão social indicada por Jackson dois tipos de migrações notados mas relacionáveis, nomeadamente as migrações qualificadas e as migrações não qualificadas. Tendo por base a formação e a capacidade individual, são estes dois tipos de migrações que mais facilmente poderão criar fortes alterações no estatuto social de um indivíduo. Caracterizadas por uma robusta vertente laboral, onde as necessidades do mercado de trabalho interferem na valorização ou desvalorização das capacidades dos migrantes, as migrações qualificadas e não qualificadas apresentam uma hipótese razoável para verificar o impacto social que a migração pode ter num migrante.

A globalização favorece e transforma o processo migratório, na medida em que cada vez mais há a possibilidade de se viajar de forma rápida e económica, com o benefício de as novas tecnologias e instrumentos de comunicação facilitarem o contacto com o país de origem a custos mais acessíveis. Do ponto de vista de Martine (2005), no *“atual momento histórico (...) a globalização é o principal fator que ativa os movimentos migratórios entre países e determina os seus contornos”* (Martine 2005: 8). Assim, a globalização *“coloca tantos desafios como oportunidades”*: o sistema interliga o mundo e abarca campos tão amplos como a economia, o social, o cultural e o político (Martine, 2005: 4).

O avanço das novas tecnologias e de mais e melhores vias de comunicação aumenta e incita os mercados a irem mais além, amplifica os fluxos de pessoas, bens, serviços e conhecimento (Potoknic, 2006). Porém, Martine (2005) afirma que o *“Mundo sem fronteiras é parte da definição da globalização, mas não se opõe ao movimento das pessoas”* (Martine, 2005: 8). Na mesma linha de raciocínio, Neves (2009) considera que *“na dinâmica da globalização a lógica das fronteiras abertas e porosas aplica-se aos bens, serviços e capitais, mas não às pessoas”* (Neves, 2009:235). Nesta linha crítica, Martine (2005), reforça a ideia de que *“A migração é limitada e restrita dentro do contexto atual. (...) o estímulo massivo pela globalização, não é acompanhado por um*

⁵ Professora e Investigadora na Universidade Fernando Pessoa, doutorada em Antropologia Social e cultural.

aumento correspondente de oportunidades porque os países que atraem migrantes bloqueiam sistematicamente a sua entrada” (p. 8).

Nesta interseção de ideias no que refere à globalização, Neves (2009) afirma que a globalização fomenta, assim, assimetrias a nível “*de riqueza, de rendimentos e de poder entre países*” (p. 236), porque “*tem sido um processo ilusoriamente positivo que somente tem favorecido as grandes potências económicas na relação que estabelece com os restantes países*” (Pité, 2004: 65).

Em consonância com esta argumentação, Martine (2005) vem de novo dizer:

Cria-se a ilusão de que os vários países soberanos são países igualitários – nomeadamente a União Europeia – na busca do desenvolvimento e do bem-estar

(...) Porém, os mais fortes (...) arrumam as coisas à sua maneira, promulgam seus valores como sendo universais, consultam seus aliados quando isso lhes interessa, usam a força para defender seus interesses (...) (p. 6).

A gestão das fronteiras é validada pela necessidade de abrandar os efeitos negativos implícitos ao sistema da globalização, designadamente dos fluxos migratórios, que levam consigo perigos como “*a expansão das ameaças difusas não - militares (terrorismo internacional, tráfico de armas, de droga, de pessoas e outra criminalidade organizada) que gera uma crescente insegurança*” (Neves, 2009: 236).

O sistema migratório é fomentado e alterado pela globalização. Assim, vejamos, cada vez mais temos a possibilidade de viajar de forma rápida e económica, com o benefício de as novas tecnologias e instrumentos de comunicação facilitarem o contacto com o país de origem, a baixo custo. Todos estes bem-estares consentiram que o “*horizonte*” dos migrantes fosse “*o Mundo*” (Martine, 2005:3). Acresce-se que a globalização e o aumento das redes sociais permitem que cada vez mais as populações migratórias se transfiram por diversas situações.

Todavia, os migrantes passam por um processo de adaptação à sociedade acolhedora que, segundo Martine (2005), pode causar tensão por um conjunto de fatores: problemas de comunicação por não dominarem a língua; discriminação social e racial (podem ser tratados como cidadãos de segunda); xenofobia; “*perda de identidade e de referencial*

afetivo” (p. 16). A autora acrescenta, ainda, que os meios de comunicação gozam de um papel essencial ao reduzirem eventuais perdas de identidade “*nacionais e locais, étnicas e religiosas*” (...) *e de afetividade, na medida em que facilitam constantes contactos com os amigos e familiares*” (Martine, 2005:16).

2.2 O papel das redes nas dinâmicas migratórias

A teoria neoclássica de explicação migratória falhou na sua tentativa esclarecedora, não só pela complicação das novas correntes migratórias, como também por não ter dado grande ressaltado aos determinantes sócio-culturais (não economicistas) no estudo dos cálculos e decisões migratórias. Essa minimização tem sido objeto de debates entre a sociologia e a economia (na construção da nova sociologia económica), sobretudo na interpretação da racionalidade individual e coletiva como dinamizadora das mobilidades humanas (Peixoto, 2004; Marques, 2003). Porém, alguns economistas e sociólogos tentam minimizar a rivalidade, procurando convergências (Abell, 2003). Um bom exemplo é Dequech (2003), que afirma que a teoria de escolha racional (neoclássica) é uma das várias tentativas de explicação da ação humana, onde se aceitam (de forma subentendida) as várias motivações não económicas. Portes (1999), um dos mais referenciados autores no debate das migrações como objeto de estudo da sociologia económica, afirma que as migrações, nas suas novas dinâmicas internas e internacionais, têm assumido um carácter social. Jackson (1991) destaca que o efeito social, através da incorporação do migrante, condiciona novas formas de vida e novo status, tanto no espaço de vida de acolhimento como de origem.

A combinação entre impulsos racionais individuais e condicionantes do meio na dinâmica migratória terá começado a ser debatida quando Lee observou os “obstáculos intervenientes” como essenciais na conjugação (racional) dos fatores de atração e repulsão, estudo apoiado pela teoria da nova economia de Oded Stark, que coloca a família no centro da decisão da mobilidade humana (Peixoto, 2004). Contudo, mais que uma sustentação crítica ou teórica, é a própria complexidade das dinâmicas migratórias que esteve na origem do aparecimento da teoria das redes. A teoria das redes surge num estado evoluído das correntes migratórias, nos momentos de grande complexidade das mobilidades internacionais humanas, e de várias políticas das migrações internacionais, sobretudo do controlo e fecho das fronteiras à migração de massa, na terceira etapa das migrações contemporâneas (Lindley, 2002). Não obstante, as redes referem-se a um

conjunto de relações pessoais e interpessoais dos migrantes em relação aos seus familiares, parentes, amigos e conterrâneos, assim como aos intermediários que facilitam a ajuda financeira e a mobilidade de um determinado “agente” migrante. Podemos associar as redes migratórias ao capital social de um indivíduo, ou coletivo migrante, uma vez que a relação social dela originária permite que o “agente social” migrante não só se desloque de um lugar para outro, como possa ascender a certos meios económicos, empregos e/ou melhores salários e estatuto social.

As redes são “agentes” por excelência de incorporação dos migrantes, sustentadas em teias de relações sócio-culturais específicas em determinadas conjunturas. Portes (1999), defende que as redes são importantes nos modos de incorporação dos migrantes, podendo influenciar as políticas migratórias. As políticas governamentais, a sociedade civil, a opinião pública e a própria organização da comunidade étnica migrante são fios condutores da integração e mobilidade (status) dos migrantes, e sustentam-se nas relações e continuidades sócio-culturais. Assim, as redes podem iniciar-se em embriões de relações históricas que se desenvolvem ao longo do tempo, sendo resultado de processos históricos de formação e aproximação das identidades. Podem também ser o resultado (híbrido) de estruturas sociais de vivência e convivência identificadas nos países de acolhimento e que servem de representação ou estruturas simbólicas (de enquadramento) aos seus grupos de migrantes.

Apesar das redes, a capacidade e o capital humano que cada migrante possui continua também a ser um elemento que pode facilitar a sua integração e a própria relação com as redes na sua defesa. Jackson (1991), sublinha que importa termos presente que o processo social de adaptação a um novo ambiente ou de acomodação a novas expectativas normativas, culturais e morais, bem como a eventual assimilação por parte da comunidade de acolhimento, caso ocorra, constituem experiências comuns a toda espécie de migrantes, mas que estas experiências são medidas na capacidade e nível de representação que cada rede especializada possui.

A racionalidade migratória, como pretensão de mobilidade e conseqüente integração do migrante, não pode dissociar-se das possibilidades e oportunidades que estas redes oferecem, porque são produto da própria ação humana e representam hoje em dia as relações sociais e humanas existentes entre os migrantes (luxemburgueses) e as sociedades de acolhimento (diáspora). A forma de organização e representação das

redes migratórias refere tanto o contexto social como o quadro de incorporação reservados aos migrantes. Mark Granovetter sustenta a tese que, no contexto das relações humanas, a perceção das redes é importante no desenho da relação entre sujeitos em todas as esferas da vida humana, uma vez que representam o “espaço” onde a cooperação e confiança, dominação e condescendência normalmente são produzidos (Krippner, 2004). Neste espaço de contributo de Granovetter, olhando para as características das redes migratórias luxemburguesas, e associando o conceito de capital simbólico desenvolvido por Bourdieu (1997), podemos compreender o lugar que cada grupo migrante merece nas estruturas mentais ou na estratificação dos diferentes grupos migrantes na sociedade portuguesa (ver Baganha, 2002a,b).

Para além do papel que as redes migratórias desempenham nas dinâmicas migratórias atuais, o capital (cultural) simbólico dos países de origem também constitui elemento de apreciação nos modos de incorporação. O capital simbólico que aqui consideramos tem a ver com os elementos sócio-culturais e a capacidade que cada país tem em envolver-se em acordos de reciprocidade, de modo a facilitar/permitir a melhor distribuição e aceitação dos seus migrantes. Assim, as ligações históricas entre os países, que permitem proximidades e continuidades sócio-culturais, podem favorecer não só o desenvolvimento das redes, bem como a proximidade entre os próprios países em criarem parcerias recíprocas, que facilitem a mobilidade dos seus membros. Assim, a cultura é um elemento importante na moldura e enquadramento dos migrantes nos complexos atuais (Sen, 2002; Uzzi, 1999; Klamer, 2001).

Atualmente parece que não são só as mulheres as primeiras a emigrar mas também ultrapassam por vezes o género masculino em algumas correntes migratórias internacionais. Barou (1996) revelou, nos seus estudos, que as mulheres quando emigram, se mostram mais relutantes que os homens em regressar ao seu país de origem, já que tal facto significaria abandonar algumas vantagens que ganharam enquanto migrantes no estrangeiro, designadamente, o acesso ao emprego, a autoridade e o poder, sendo estas condições sociais específicas ainda limitadas a uma cultura tradicionalista e discriminatória acerca dos papéis do género na estrutura social no país recetor.

2.3. Imigração

Portugal tem em comum a sua experiência emigratória na Europa durante o período compreendido entre finais dos anos 1950-60 e se converteu em países de imigração nos inícios da década de 1990 (Esteves, 1991).

Até à década de 1960, Portugal apresentava uma pequena proporção de população estrangeira a viver em Portugal, cerca de 0,3% da população total. Segundo o Censos de 1960 havia 29 428 estrangeiros no país, dos quais 67% eram europeus (40% espanhóis) e 22% brasileiros. No entanto, em finais de 1960, alguma abertura à internacionalização do país, à industrialização, e a adesão à EFTA (European Free Trade Association), vieram estimular alguma falta de mão de obra, que foi ocupada por africanos das colónias, principalmente de Cabo-Verde. Estes vinham para estudar e trabalhar, sobretudo na construção e obras públicas (Sabino e Peixoto, 2008).

Em 1975, com a revolução de 25 de Abril e a independência das colónias afluíram a Portugal 800 000 repatriados, tendo sido a segunda vaga de instalação de minorias étnicas em território nacional, constituída, essencialmente, por luso-africanos, indianos e chineses. Estes últimos vindos maioritariamente de Moçambique e com qualificações profissionais e escolares médias e elevadas tendo integrado o setor da classe média (Cunha, 2003). Durante os processos de formação de Estados independentes (oriundos do império) o Estado Português aprovou legislação (Decreto-Lei nº 308-A/75) com o intuito de retirar a nacionalidade portuguesa aos cidadãos das colónias, criando retroactivamente uma comunidade “imigrante” estrangeira, que vai subseqüentemente crescer devido a um processo de reunificação familiar (Baganha, 2005).

Durante muitas dezenas de anos Portugal foi um país de partida: do Norte e do Sul, do Interior e do Litoral, foram muitos os portugueses que se dirigiram para o Brasil, Venezuela, Estados Unidos, Canadá ou já dobrada a primeira metade do século XX, para França, Alemanha, Suíça, Luxemburgo, entre muitos outros destinos. É neste período que se fez “*a salto*” a imigração portuguesa para o Grão-Ducado no contexto da emigração clandestina para França, ocupando-se, assim, nas obras, nas limpezas e nos serviços, que decorreu num extraordinário dinamismo nas relações bilaterais entre os dois países (Portugal e Luxemburgo). Os imigrantes portugueses constituem outro elo na cadeia descontínua de pedreiros que construíram o Luxemburgo, no seguimento dos

pedreiros, artífices, mercadores e banqueiros italianos das regiões dos Alpes, de Saboia, do Tirol e de Grisões, que imigraram para o Luxemburgo durante o séc. XVII. Neste âmbito, as autoridades luxemburguesas procuraram levar a bom porto a integração social e humana dos imigrantes portugueses e italianos, respeitando a sua identidade e a sua cultura (Embaixada, 2012). Reforça esta argumentação o Grão-Duque, que, a 7 de setembro de 2010, durante a visita de Estado do casal Grão-Ducal a Portugal, prestou homenagem a Portugal e ao seu povo, em nome do seu país e dos seus compatriotas:

(...) quero prestar uma sincera homenagem a Portugal e ao seu povo. Gostaria de o fazer em nome do meu país e dos meus compatriotas. Com efeito, apreciamos diariamente o contributo tão importante dos cidadãos portugueses para o desenvolvimento tanto económico como social e cultural do Luxemburgo. Há vários decénios que dezenas de milhares dos vossos concidadãos têm vindo a instalar-se e a trabalhar no Luxemburgo. Representam, atualmente, 17% da população total. Proporcionalmente à nossa população, o nosso país converteu-se na terra de acolhimento da maior comunidade portuguesa no estrangeiro. O que constitui tanto um privilégio como a oportunidade de poder contar com uma comunidade dedicada que desempenha um papel cada vez maior na vida do nosso país (Embaixada, 2012).

Saliente-se que desde 1970, data a partir da qual o instituto de estatística luxemburguesa começou a recolher dados sobre os imigrantes portugueses, esta comunidade cresceu de apenas 5783 pessoas para mais de 82 mil, verificando-se um acréscimo em 40 anos (STATEC, 2011).

A instabilidade política que despontou nas ex-colónias após os processos de independência veio gerar uma vaga de imigração para Portugal, na procura de melhores condições de vida e de trabalho, no entanto, não houve um aumento significativo na população estrangeira (legal) em Portugal. A década de 80 é marcada pela adesão de Portugal à CEE, que originou uma nova conceção ao panorama imigratório português. Se a primeira fase resultou particularmente de um movimento forçado originado por um abandono administrativo colonial, a partir dos anos 80 a “imigração de natureza laboral assume uma expressão mais notória” (Machado, 1997:21). Esta situação viria a possibilitar a entrada de um primeiro contingente de imigrantes africanos, na sua maioria oriundos de Cabo Verde, com o objetivo de ocuparem as muitas vagas deixadas em aberto na área da construção civil. Entre aqueles que entraram como refugiados

encontravam-se maioritariamente angolanos e moçambicanos. Para Inês Gomes (2008), esta adesão de Portugal à CEE não atraiu apenas um fluxo de imigrantes pouco qualificados, uma vez que ficou registado um número crescente de europeus com poderio económico a investir nas potencialidades de Portugal. A acompanhar esta tendência, muitos imigrantes europeus viam na hospitalidade e no clima razões mais que perfeitas para escolherem Portugal como o destino ideal para gozarem a sua reforma.

A partir da entrada de Portugal para a Comunidade Europeia, em 1986, a situação alterou-se substancialmente. As novas oportunidades (de trabalho) criadas pelo investimento, nomeadamente na construção de infraestruturas, vieram fazer aumentar substancialmente o fluxo de imigrantes, mantendo-se como principais países de origem os PALOP e o Brasil. Os anos 90 vieram, acima de tudo, consagrar a entrada de Portugal numa dinâmica europeia. Enquanto o mundo assistia à implosão do regime soviético, com a simbólica queda do muro de Berlim, Portugal registava altos níveis de desenvolvimento económico em que o setor da construção civil sofreu um considerável aumento no investimento com empreendimentos de alta envergadura, como foi o caso da construção do parque da Expo 98 e da Ponte Vasco da Gama. Este excedente de vagas de trabalho, aliado ao facto de Portugal ser um país membro do espaço comunitário europeu, tornou-o num país ainda mais apetecível para os imigrantes.

Foi sobretudo a partir de 1992/93, que o Estado mostra vontade de restringir o acesso de estrangeiros ao país, no entanto, estes continuaram sempre a aumentar. A este aumento generalizado correspondeu uma reação negativa por parte de uma camada da população dos países ocidentais, generalizando-se um clima de tensão social. Baganha (2005) indica como principal razão para uma divergência entre os objetivos anunciados pelo Estado e a realidade, o facto de se ter mantido sempre a eventualidade de entrada com visto de curta duração (turismo, motivos de saúde, acompanhar doentes, estudo, etc.) e se ter procedido a sucessivos processos de regularização, conferindo autorizações de residência àqueles que, tendo entrado com os vistos referidos, se encontravam em situação ilegal. Para a autora tal representou, de facto, uma ausência de real preocupação por parte do Estado quanto ao fenómeno da imigração, havendo, nos processos de regularização, uma preocupação especial em aplicar uma diferenciação positiva (na lei) destinada aos cidadãos dos PALOP e Brasil.

Com a entrada no século XXI, a sociedade abriu-se e passou a caracterizar-se pela pluralidade, em

“(…) processo de abertura à diversidade étnica e religiosa, à pluralidade de culturas e religiões e à integração gradual num espaço económico mais vasto. A excecional coincidência, verificada em Portugal, de um Estado, uma nação, uma etnia, uma fronteira, uma língua, uma cultura e uma religião foi profundamente abalada”.
(Barreto 2000: 39)

Este século ficou marcado pelo alargamento da UE aos países de Leste, que permitiu uma vinda crescente de imigrantes oriundos de países como a Roménia para Portugal.

Em 1995, com a aplicação da convenção de Schengen, constatou-se uma dinâmica diferente na imigração em Portugal. Assim, Portugal perdeu, na prática, a exclusividade do direito de emissão de vistos de acesso ao seu território, passando esse poder para o conjunto dos países do tratado. Entretanto cessou também a consulta prévia obrigatória para a concessão de visto aos nacionais da Rússia, Ucrânia, Roménia e outros países da Europa do Leste. Estes cidadãos, após entrarem no Espaço Schengen, podiam circular por ele livremente. Assim, estes passaram a constituir uma das origens dos cidadãos estrangeiros a viver em Portugal.

2.4. Caracterização da imigração portuguesa residente em Portugal (em números)

De modo a envolver a população estrangeira no contexto do desenvolvimento demográfico da população portuguesa, recorreu-se à síntese analítica realizada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) entre 1975-2005. Os dados estatísticos utilizados são fornecidos quer pelo INE quer pelo SEF.

O INE revela-nos um forte crescimento da população residente a partir de meados dos anos 1970, como consequência do retorno das ex-colónias, na segunda metade dos anos 1980, verifica-se uma falta de dinamismo. Todavia, desde 1990 até ao início do século XXI, analisa-se novamente a um crescimento da população. Constata-se também nesta data, um ligeiro abrandamento das diferenças de género, passando a relação da população masculina de 91 para 94 homens por cem mulheres, em resultado de diminuições migratórias masculinas superiores às femininas (INE, 2007). Segundo o

INE (2008), as últimas décadas são assinaladas por uma crescente desaceleração do ritmo do desenvolvimento natural, a par de um aumento da relevância do crescimento migratório.

Os gráficos que a seguir se apresentam permitem-nos analisar a presença dos imigrantes em Portugal e a sua distribuição por nacionalidades, sexo e região de residência. A imigração em Portugal sucede a partir do século XX com uma significativa dimensão, desde aí observou-se um crescimento regular e expressivo da população estrangeira residente, muito influenciado pelos fluxos de imigração laboral ocorridos a seguir às independências dos países africanos lusófonos (Baganha & Góis, 1999; Rocha-Trindade 2000b, 2000a, 2005).

Quanto às origens geográficas, os dados comprovam o predomínio da imigração de países da África Lusófona, principalmente de Cabo Verde, logo seguida de um fluxo semelhante regular e constante de Brasileiros que constitui atualmente a nacionalidade com notável presença no conjunto da população estrangeira. Por volta da década de 2000, dá-se uma reviravolta com novos fluxos. Portugal passou a ser um país de destino dos imigrantes provenientes dos países da Europa de Leste, designadamente da Roménia, Moldávia e com especial destaque para a Ucrânia, país que rapidamente se tornou numa das comunidades estrangeiras mais representativas.

O Gráfico 1 permite-nos observar um aumento regular entre os anos 1990-2000, refletindo a receptividade da economia portuguesa à imigração laboral. Entre 2000-2001, decorre o impulso dos fluxos da Europa de Leste, correspondendo a um crescimento de 69,02% (SEF 2007:11). A partir de 2001, os dados passam a incluir autorizações de residência e autorizações de permanência, título que até essa data não existia. É mediante a instituição de autorizações de permanência que o Estado cria possibilidades de regular a residência à vaga da imigração dos países do Leste europeu, respondendo às necessidades do mercado de trabalho (SEF, 2009). Por outro lado, incluem também instrumentos de atração, nomeadamente o estatuto de europeu residente de longa duração, o Cartão Azul EU e ainda a autorização de residência para atividades de investimento (SEF 2012:15).

Para este efeito concorreu, designadamente, o aumento do acesso à nacionalidade portuguesa (ao abrigo da atual Lei da Nacionalidade), os impactos da crise

económica e financeira em Portugal (redução do investimento e do emprego) e a alteração dos processos migratórios em alguns países de origem (nomeadamente Brasil e Angola, cf. Fluxo Imigratório em 2011) (SEF, 2011: 16).

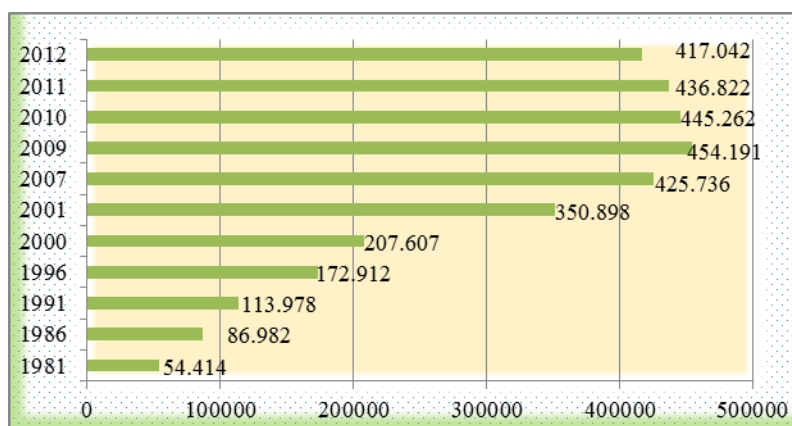


Gráfico 1 – Evolução da população estrangeira em Portugal (2012)⁶

O Gráfico 2 indica a primazia do sexo masculino em todas as proveniências geográficas, com a exceção de existir uma diferença acentuada relativamente aos residentes oriundos do continente americano. Os dados apontados pelo SEF relativos ao total da população estrangeira em 2012 comprova este padrão: 50% da população é constituída por homens, com (206 513) indivíduos, e 50% por mulheres, com (210 529) cidadãs; mantém-se uma diferença residual entre sexos no caso do continente americano, sendo de destacar que, de entre as nacionalidades mais representativas, o PALOP é o único caso onde se observa a supremacia da imigração feminina (SEF 2012:18). Neste gráfico, a categoria “*Outros*” respeita aos indivíduos provenientes da Oceânia (total: 263), os apátridas e aqueles cuja nacionalidade é desconhecida (total: 53).

⁶ Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do SEF (2012: 19). Os dados do ano 2012 são provisórios, correspondendo ao total de autorizações de residência, prorrogações de autorizações de permanência e prorrogações de vistos de longa duração.

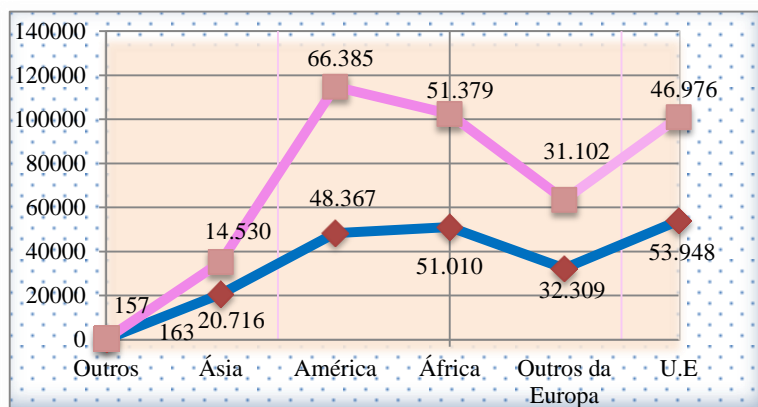


Gráfico 2 – População estrangeira residente em Portugal, por nacionalidade segundo o género (2012)⁷

O Gráfico 3 dá-nos a conhecer as nacionalidades mais representativas da população estrangeira residente em Portugal, certificando-se os laços históricos com países de expressão portuguesa e o enraizamento dos fluxos oriundos da Ucrânia. Embora em termos de percentagem se observe uma equiparação entre Cabo Verde e a Ucrânia, é este último que revela o número mais elevado, com 44 022 indivíduos (enquanto Cabo Verde apresenta 42 857). A maior comunidade estrangeira mais representativa em Portugal é a brasileira (cerca de 25,3%), com 105 622 indivíduos. A comunidade romena é a quarta mais representada em Portugal (8,%), com 35 216 residentes, e a angolana surge em quinto lugar (5%), com 20 366; resta a Guiné-Bissau, que alcança a sexta posição (4%), com 17 759 habitantes (SEF, 2012:16).

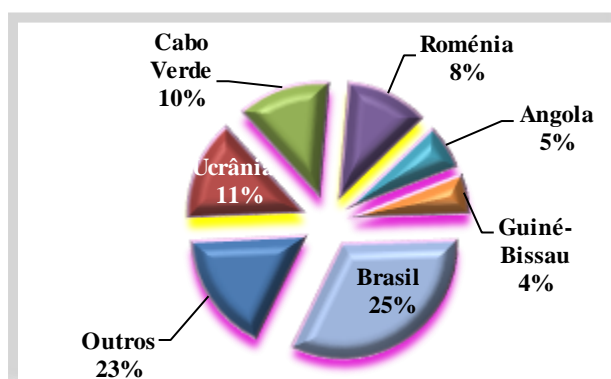


Gráfico 3 – Nacionalidades mais representativas da população estrangeira residente em Portugal [%] (2012)⁸

⁷ Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do SEF (2012: 18)

⁸ Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do SEF (2012:16).

A multiplicidade de origens geográficas interliga-se com a existência de diversos modelos de imigração. Se analisarmos as causas dos fluxos e a inclusão dos imigrantes no mercado de trabalho, podem reconhecer-se os seguintes padrões:

(...) imigração laboral, no caso dos originários dos PALOP, que por isso se fixam nas zonas urbanas sem bacia regional de recrutamento de mão de obra barata para os setores em expansão da construção e obras públicas; imigração profissional, de técnicos e empresários no que se refere à imigração europeia, em especial comunitária; e, por fim, combinação entre fluxos de retorno e de imigração no caso dos originários do continente americano. (Pires, 2003: 155).

Os fluxos de entrada dos países da Europa de Leste correspondem a uma imigração laboral, propagam-se pelo território nacional, ao inverso da centralização geográfica em torno da Área Metropolitana de Lisboa, que sucede no caso dos percursos da imigração africana. Estes imigrantes fixaram-se especialmente na região de Lisboa, margem sul do Tejo e na região do Algarve, ocupando cargos na construção civil e obras públicas, nomeadamente na construção do Metro de Lisboa (Góis, 2008; Machado, 2009).

(...) Grupos dispersos e relativamente pequenos de migrantes cabo-verdianos foram-se instalar noutras áreas geográficas. O Algarve, que se começa a desenvolver turisticamente nesta época, foi um dos locais de atração sendo que, também neste caso, a inserção laboral ocorreu igualmente no setor da construção civil e obras públicas. O governo e as empresas portuguesas começaram a incentivar igualmente a imigração de trabalhadores cabo-verdianos para algumas fábricas da margem sul do Tejo e para o setor mineiro (Góis, 2008:12-13).

Embora o estudo sobre a imigração em Portugal tenha vindo a dar maior ressaltos às situações problemáticas defrontadas por uma “larga maioria” de trabalhadores com origem em países africanos e da Europa de Leste, não se devem descuidar as situações de maior franquia económica e social relacionada com os fluxos de mão de obra altamente qualificada (Peixoto, 1999)⁹. O elevado grau de burocracia no reconhecimento dos diplomas habilitacionais dos imigrantes de Leste faz com que exista um subaproveitamento das capacidades destes imigrantes, enviando muitos deles para

⁹ Para uma caracterização da imigração dos países da Europa de Leste em Portugal cf. Baganha, Marques, Góis 2004 e Fonseca, Alegria, Nunes 2004.

setores como a construção civil, a indústria transformadora ou até mesmo para a agricultura.

Os dados expostos no Gráfico 4 indicam-nos uma forte centralização da imigração em distritos bem reconhecidos no mapa do território português. Essa centralização espacial da imigração leva Machado (1999) a interrogar a presença de “*regiões de imigração*” ao contrário de um “*país de imigração*”. Neste contexto, Machado (1999) considera que (...) a densidade da população estrangeira por região varia em função da origem dessa população. Enquanto para os europeus comunitários a densidade máxima é atingida no Algarve, é no distrito de Lisboa que os africanos representam a maior fatia da população residente, seguindo-se Faro e Setúbal. (p. 55)

A supremacia da imigração comprovada nos distritos de Lisboa, Faro, Setúbal e Porto não deve ocultar a existência de concelhos, em cada um destes distritos, que acolhem um número significativo de imigrantes, o que contribui para uma conotação entre afastamento espacial e discriminação ética e social.

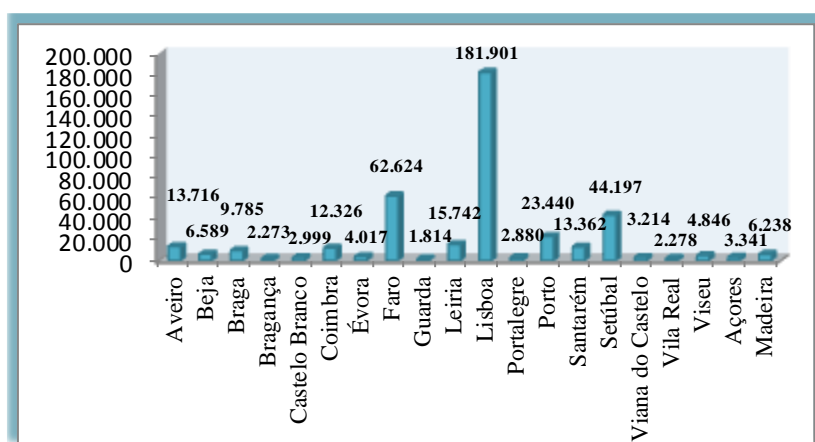


Gráfico 4 – População estrangeira em Portugal, por Distrito de residência (2012)¹⁰

Na Tabela 2 observa-se o rejuvenescimento realizado em termos de estrutura etária e com avisos positivos significativos para o desenvolvimento da população ativa, Os dados de 2012 indicam a importância da população estrangeira em idade ativa, sendo o grupo etário dos 20 aos 39 anos o mais emblemático (cerca de 50%). A diferença de

¹⁰ Fonte: Elaboração própria a partir dos dados provisórios do SEF 2012:66.

género nos grupos etários entre 20-39 (47% são mulheres) e 40-64 (33%) são homens. Estes indicadores indicam preponderância do género masculino nos primeiros fluxos migratórios para Portugal (SEF 2012:19)

Tabela 2 - População Estrangeira Residente segundo o escalão etário, em Portugal (2012)¹¹

População Estrangeira em território Nacional por grandes grupos etários	Sexo	Grupo Etário				Total
		0 - 19	20 - 39	40 - 64	65 e mais	
Total	HM	68.270	191.479	136.044	21.249	417.042
	H	35.370	91.827	68.936	10.380	206.513
	M	32.900	99.652	67.108	10.869	210.529

Na caracterização da imigração em Portugal, apesar da investigação ter reconhecido diferenças entre as várias nacionalidades, já indicadas, deve-se ter em conta que à diversidade de origens geográficas e trajetórias se deve juntar uma variedade de perfis socioeconómicos e de condições de vida, em geral, não só entre os diversos grupos de imigrantes como no seio de cada um deles.

Em jeito de síntese, os fluxos migratórios para Portugal apresentam diferentes perfis e motivações: por um lado, são inerentes a um passado colonial – a laços históricos e culturais; por outro, resultam de fatores de repulsão e de atração. Segundo Pité (2004), uma “*área de repulsão*” consiste numa região que, por motivos socioeconómicos – crises económicas, instabilidade sociopolítica, guerras, perseguições de ordem étnica, política e/ou religiosa ou catástrofes naturais, conduzem “*ao afastamento de populações para outras áreas*” (p. 15). Uma “*área de atração*” consiste numa região que, por motivos socioeconómicos (onde haja uma economia próspera, estabilidade sociopolítica, onde não existam conflitos), favorece “*a fixação de populações oriundas de diversos pontos geográficos*” (p. 15), que procuram nestas áreas de atração melhores condições de vida, através do acesso ao trabalho com maiores salários, à educação, à saúde e ao bem-estar.

¹¹ Fonte: Elaboração própria a partir dos dados provisórios do SEF (2012: 66).

Este breve percurso pelas raízes geográficas da população estrangeira residente no país leva-nos a concluir que Portugal constitui, há já algumas décadas, um pólo de atração para cidadãos de diversas nacionalidades. De facto, verificamos que muito mais do que um país habituado a ver os seus “filhos” abandonarem a sua pátria na ânsia de melhores dias, Portugal foi gradualmente conquistando o seu lugar junto de outros países de imigração, não perdendo contudo a sua qualidade de país de emigração. Esta dupla condição, aparentemente contraditória, faz todo o sentido se tivermos a perceção das mutações que ocorreram nos domínios sócio-económico e político português. É no âmbito desta nova conjuntura que o imigrante assume um papel cada vez mais preponderante na construção de uma nova sociedade portuguesa.

2.5. Políticas de imigração

Até à década de 70, Portugal apresentava um quadro legal bastante protecionista da identidade nacional, onde os imigrantes eram discriminados por serem vistos como uma séria ameaça à estabilidade social do país. O modelo migratório correspondia a uma lógica de transferência de mão de obra de países com mão de obra intensiva para regiões com forte procura desta. O pós-guerra veio alterar esta lógica, tornando a Europa Central o principal destino de fluxos migratórios. Com a crise petrolífera e a entrada no mercado de trabalho, a ampla fase de forte crescimento económico terminou, acabando o período de pleno emprego. Os Estados europeus criaram políticas de restrição à entrada de imigrantes, políticas que se vieram a revelar permanentes. Com base no estabelecimento permanente dos imigrantes com as suas famílias e a passagem destes da indústria para os serviços, foram geradas nas populações nacionais uma perceção negativa acerca da imigração. O uso de serviços públicos pelas famílias imigrantes tornou a balança migratória menos favorável para os países de destino.

Em consequência da alteração do padrão de imigração, os imigrantes da Europa do Sul regressaram aos seus países de origem, enquanto os das ex-colónias permaneceram e reuniram as famílias. Esta situação provocou uma mudança nas normas étnicas dos países da Europa. Não havendo um processo de integração fácil, começaram a surgir comunidades étnicas. Neste âmbito foram criadas por parte dos governos políticas de integração, a par com o aumento das restrições à entrada de novos imigrantes (Castles e Miller, 2003).

No final da década de 80, verifica-se um novo aumento do fluxo migratório para a Europa, devido à recuperação económica. A queda do muro de Berlim provocou um aumento significativo do fluxo migratório do Leste para o Ocidente, conjugado com uma desaceleração económica em 1992-93, que teve como resultado um aumento do desemprego que acabou por gerar uma reação negativa da população nacional, que degenerou em manifestações de racismo e xenofobia. Alguns partidos de extrema-direita defenderam políticas anti-imigração e receberam algum suporte eleitoral, desde aí ocorreram situações de violência de cariz xenófobo.

Com o aumento dos fluxos migratórios clandestinos e o paradoxo entre políticas de encerramento de fronteiras, gerou-se a perceção de que os Governos perderam o controlo das fronteiras. Nesta perspetiva, a imigração passou a ser um tema de forte discussão. Foi a partir de meados da década de 90 que se constatou uma melhoria numa conjuntura legislativa restritiva, que conseguiu abrandar o fluxo migratório legal para a Europa.

No seu início, estiveram os princípios fixados pelo Tratado de Roma, em 1957, que apelaram a um “*mercado comum*” caracterizado pela “*abolição (...) dos obstáculos à livre circulação de mercadorias, de pessoas, de serviços e de capitais*” (UE, 1995, citado em Peixoto, 2001: 155), princípios reforçados com o Ato Único Europeu e o Tratado de Maastricht. As possibilidades de migração criadas no espaço interno são fortes, apesar de podermos argumentar que um conjunto de mecanismos (de ordem jurídica e política) continua a não propiciar “*suficiente liberdade*” (Penninx e Rinus, 2003)¹². O principal objetivo (do tratado) era criar um projeto federal de governação europeia, bem como fortalecer a relação e integração europeia no sentido de impedir o surgimento de conflitos entre Estados ou populações. A integração de trabalhadores entre Estados-membros nascia como parte integrante do processo. Em 1986, com a entrada de Portugal e Espanha para a CEE, discutiu-se extensamente o problema da possível deslocação massiva de trabalhadores destes países para norte. Todavia, o que acabou por acontecer foi que a livre circulação de capital se substituiu à de pessoas, e o

¹² Acerca das políticas migratórias na Europa, ver Rocha-Trindade, 1990, Soares, 1990, Callovi, 1992, Fielding, 1993, Werner, 1993, Carvalho, 1995, Convey e Kupiszewski, 1995, e Peixoto, 1996.

investimento, tanto da UE como privado, acabou por fixar as populações, promover o desenvolvimento e acabar por transformar países de emigração em países também de imigração (Geddes, 2003). Os estrangeiros oriundos de países da União tinham direito de voto nas eleições locais e europeias (mas não nas nacionais). O estatuto dos estrangeiros oriundos dos países não pertencentes à EU era mais limitado.

Em 26 de março de 1986, foi assinado o acordo Schengen (nome da cidade luxemburguesa, situada no local onde este país faz fronteira com a França e com a Alemanha) pela Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Holanda, Luxemburgo e Portugal, que foi colocado em prática a 26 de março de 1995, responsabilizavam-se a permitir a livre circulação de cidadãos de países exteriores à UE quando circulando entre si (países do tratado). Esta forma de integração de política de admissão e controlo confirmou alguma credibilidade e perceção de capacidade de controlo aos Governos. No entanto, estes países continuam recetivos à entrada de imigrantes legais, e de alguma forma, “*absorventes*” à imigração ilegal.

As condições de entrada (documentação exigida, vistos, objetivo e tempo de permanência), autorizações de trabalho e residência, controlo interno (da situação de legalidade dos estrangeiros presentes em território nacional) e ainda os sistemas de regularização de imigrantes em situação ilegal (Convey & Kupiszewski, 1996) são integrados pelas políticas de admissão.

2.6. Políticas de integração em Portugal e Luxemburgo

O Conselho da União Europeia define integração como “*um processo bidirecional e dinâmico de ajuste mútuo por parte de todos os imigrantes e residentes dos Estados Membros*”¹³

A integração tem diferentes dimensões, nomeadamente: [a] dimensão socioeconómica, que implica: a mediação de convergência entre estrangeiros e autóctones em questões como o emprego, o acesso à segurança social, o sistema educativo e a habitação: [b] dimensão cultural, que se relaciona com uma atitude frente a regras básicas de convivência na sociedade de acolhimento, a frequência de contactos entre nacionais e

¹³ Princípios Básicos Comuns sobre Integração, aprovados por o Conselho de Ministros de Justiça e Assuntos Sociais em Bruxelas, de 19 de novembro de 2004.

estrangeiros, a eleição de marido ou mulher, o domínio da língua e em certa medida a preocupação por o nível de delinquência; [c] a dimensão política, que se pode medir pelo número de naturalizações e dupla nacionalidade, assim como a participação política na sociedade civil; e [d] esfera atitudinal, que está vinculada no número de casos de discriminação, como são percebidos os imigrantes pela sociedade de acolhimento, a importância das políticas da diversidade cultural e o papel desempenhado pelos meios de comunicação social (Entzinger & Biezeveld, 2003).

A admissão e a integração estão profundamente relacionadas. Os benefícios económicos da imigração e a perceção social acerca desta, pelos nacionais, geram pressões sobre o poder político que orientam tanto ao aumento/redução de diminuições à entrada como à melhoria/restricção de direitos de cidadania atribuídos àqueles que ingressam. Questão crucial a este respeito é (mais uma vez) a do grau de democraticidade de uma sociedade. Em sociedades cujo regime político é totalitário, o problema da imigração é tratado de forma mais simples, com sacrifício dos direitos humanos dos cidadãos migrantes.

A entrada de estrangeiros nos países de acolhimento proporcionou uma preocupação crescente na sociedade e na esfera política com o impacto económico, social e cultural deste processo. A ideia de manter a convivência e a coesão social terão motivado e posto em marcha as políticas de integração para a população estrangeira. O acesso dos imigrantes à obtenção de nacionalidade do país de destino surge como uma forma de concessão de plenos direitos de cidadania. Esta é utilizada, muitas vezes, como a única forma de conceder aos imigrantes o acesso a um conjunto alargado de direitos. Note-se que, em muitos casos, os imigrantes não desejam obter nacionalidade no país de destino, sobretudo (mas não só) nos casos em que, não havendo protocolo entre os países de origem e destino que permita a obtenção de dupla nacionalidade, esta alternativa obrigaria o imigrante a abdicar da nacionalidade no país de origem.

Vamo-nos centrar nas análises das políticas específicas em matéria de integração de imigrantes que são desenhadas por ambos os Estados. Consideramos que este é um novo campo político que se está a gerar e, por outro lado, a sua direção é interessante para se conhecer semelhanças e diferenças.

A Comissão Europeia tem solicitado aos diferentes Estados-Membros que coloquem em marcha políticas e medidas inclusivas na integração em todas as adequadas

competências políticas e níveis de Governo, e igualmente aos serviços públicos, para desenvolver políticas nesta área (Princípios Básicos Comuns sobre Integração, 2005). Tais políticas, segundo a Comissão, devem ser ambiciosas e girar ao redor do equilíbrio entre os direitos (acesso ao emprego, a habitação e aos serviços sociais) e aos deveres dos imigrantes (respeito às leis e a identidade do país de acolhimento). Também se destacam como essenciais no processo de integração a aprendizagem da língua do país de acolhimento e o acesso ao emprego (Pacto Europeu de Imigração e Asilo, 2008).

2.6.1. Responsáveis estatais das políticas de integração

Em Portugal, a preocupação com a integração da população imigrante levou à nomeação, em 1996, do Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas, um cargo governamental dependente, diretamente, da Presidência do Conselho de Ministros¹⁴, e exclusivamente focado na população imigrante. Mais tarde, em 2002, este cargo foi transformado num gabinete com as mesmas competências (mas com mais meios) e designado como Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME). Em 2007 a sua designação foi alterada para Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural (ACIDI) (Machado, 2005: 124). O objetivo geral deste Alto Comissariado é implementar as políticas de integração de imigrantes e promover o diálogo intercultural. Essas políticas de integração incluem, entre outras, o acesso a cuidados de saúde, a habitação, o combate à pobreza, a aprendizagem da língua portuguesa, o apoio à educação dos descendentes (e à formação profissional) dos imigrantes e o reconhecimento de diplomas estrangeiros. O ACIDI dispõe de dois Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante (CNAI), em Lisboa e no Porto, e opera, ainda, em parceria com autarquias e ONG, os Centros Locais de Apoio ao Imigrante (CLAI), que constituem espaços de informação descentralizados que visam ajudar a responder às questões que se colocam aos imigrantes. O ACIDI dispõe de um Observatório de Imigração (OI) cujo objetivo é *“desenvolver um conhecimento mais exato e aprofundado do fenómeno migratório, de forma a conceber, executar e avaliar políticas públicas com mais rigor e eficácia”*. O ACIDI tem como missão *“colaborar na conceção, execução e avaliação das políticas públicas, transversais e sectoriais, relevantes para a integração dos*

¹⁴ Estrutura orgânica e funcional do ACIDI estipuladas no Decreto-Lei nº 167/2007, publicado em *Diário da República*, 1ª Série, nº 85, de 3 de maio de 2007.

imigrantes e das minorias étnicas, bem como promover o diálogo entre as diversas culturas, etnias e religiões”¹⁵.

No Luxemburgo, a responsabilidade na elaboração de políticas de integração é do OLAI¹⁶. A sua administração depende do ministério encarregue de implementar a política de integração no Grão-Ducado do Luxemburgo, tendo sido criado pela lei de 16 de dezembro de 2008, referente ao acolhimento e à integração dos estrangeiros no Grão-Ducado do Luxemburgo. Este Gabinete veio substituir o Comissariado do Governo para os Estrangeiros, constituído em 1993. Esta instituição, colabora e mantém relações estreitas com os ministérios abrangidos, através do Comité Interministerial para a Integração (presidência operacional e secretariado); dos municípios, dos intervenientes da sociedade civil, entre os quais associações de estrangeiros e institutos de investigação; é também a autoridade responsável pela implementação do Fundo Europeu para os Refugiados (FER), Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros (FEI) e ainda é o ponto de contacto nacional relativamente à integração junto da Comissão Europeia, para o programa comunitário “*Progress*” na área da luta contra as discriminações. A missão deste Gabinete é implementar e coordenar a política de acolhimento e integração, facilitar o processo de integração dos estrangeiros, lutar contra as discriminações, acompanhar as migrações, enquadrar os requerentes de proteção internacional e gerir estruturas de alojamento (OLAI, 2009).

2.6.2. Os instrumentos: planos de integração de imigrantes

Neste estudo, pretendeu-se implementar como elemento comparativo os Planos de Integração de Imigrantes desenhados por Portugal e Luxemburgo para analisar os pontos em comum e as descidas nesta matéria. As análises dos discursos políticos sobre imigração, enquadrados nos Planos de Integração, servem para termos uma visão de como este é manobrado pelos Governos destes países.

Para nos aproximarmos de uma sequência de medidas concretas adotadas no Plano de Integração de imigrantes com uma série de temáticas, fez-se uma leitura flutuante ao Mipex III, aprovado em 2011. É através do MIPEX (*Migrant Integration Policy Index*),

¹⁵ Decreto-Lei nº 167/2007- nº 1, artigo 3º

¹⁶ Office Luxembourgeois de L’Accueil et de L’Intégration

projeto da iniciativa do British Council e do Migration Policy Group e reconhecido internacionalmente, que se desenvolveu, a nível governamental, a promoção da integração dos imigrantes, que colocou Portugal em primeiro lugar, em termos de melhores práticas neste domínio (Niessen *et al.*, 2007). O MIPEX encontra-se repartido por sete áreas, nomeadamente: participação política; acesso ao mercado de trabalho; combate ao racismo e à discriminação; reagrupamento familiar; acesso à nacionalidade, residência de longa duração e educação (MIPEX, 2011).

Iniciada a análise, constatou-se que o conceito de “*integração*” é similar nos dois países (Portugal e Luxemburgo). Assim, se define integração como um processo bidirecional entre pessoas imigrantes e autóctones, baseado no respeito aos valores básicos do país de acolhimento (no caso de Portugal) e aos valores da União Europeia (no caso do Luxemburgo) (MIPEX, 2011).

Segundo o relatório do MIPEX, o quadro jurídico desenhado pelo Estado português destaca-se pelas melhores práticas no direito ao reagrupamento familiar, na concessão de dupla nacionalidade e na implementação de direitos de participação política (Niessen *et al.*, 2007), conforme a seguir se apresenta.

Portugal, comparativamente ao Luxemburgo, encontra-se nas melhores classificações no acesso à nacionalidade (a Lei da Nacionalidade portuguesa, considerada a melhor do mundo desenvolvido) e nas políticas de reagrupamento familiar, ocupando os primeiros lugares na tabela. Portugal procura estabelecer requisitos de rendimento e habitação com base naquilo que se espera que todos os residentes obtenham na sociedade. Observa-se no Luxemburgo uma descida acentuada no reagrupamento familiar, ocupando a décima posição na tabela. Esta descida justifica-se porque este país só recentemente passou a proporcionar direitos básicos e segurança em termos de residência, de forma a dar cumprimento à lei da EU. No entanto, no acesso à nacionalidade, o Luxemburgo concede aos seus residentes estrangeiros um percurso ligeiramente favorável à obtenção de cidadania, ocupando a quinta posição (MIPEX, 2011:14).

Relativamente ao acesso ao emprego, nem todos os residentes estrangeiros com autorização de trabalho têm acesso igualitário ao mercado de trabalho, ao sistema educativo ou aos serviços de emprego. Portugal facultou aos seus imigrantes maior

apoio no mercado de trabalho, acesso igualitário ao emprego e a ações de formação a um maior número de residentes legais, obteve uma avaliação francamente positiva em indicadores como a integração dos imigrantes no mercado de trabalho, onde obteve o segundo lugar. O Luxemburgo desaproveita a capacidade económica de muitos dos seus residentes provenientes de países terceiros ao fornecer-lhes apoio direcionado ao mesmo tempo que lhes impedem o acesso a muitos setores, ficando na vigésima primeira posição. Neste ponto, o que há em comum nestes dois países é a possibilidade que os imigrantes têm de poderem usufruir de facilidades no reconhecimento das suas qualificações (MIPEX, 2011:12).

São poucos os sistemas educativos na Europa que se estão a adaptar à realidade da imigração. Porém, Portugal comparativamente ao Luxemburgo (com nona posição), é aquele que possui as melhores práticas, ocupando a quarta posição. As oportunidades e obstáculos dos potenciais residentes não sofreram alterações de 2007 a 2010, mas Portugal, obrigado a implementar estas medidas, está a ter bons resultados, obtendo a quarta posição no acesso a autorizações de residência permanentes, ao contrário do Luxemburgo, que está visivelmente a meio caminho, com a vigésima primeira posição. Atualmente, a aplicação dos requisitos linguísticos e de integração estende-se dos países europeus com tradição de imigração aos novos países de migração laboral das regiões sul e leste (o caso de Portugal). Outras mudanças são menos conclusivas, pois Portugal está a tentar atrair estudantes internacionais para que estes se estabeleçam no país, ao contrário do que acontece com o Luxemburgo (MIPEX, 2011:16).

A política de integração melhora significativamente e de forma consistente quando os países progridem nas suas políticas de luta contra a discriminação e promoção da igualdade. Comparativamente ao Luxemburgo, Portugal obteve uma avaliação francamente positiva, ocupando o quinto lugar, o Luxemburgo encontra-se na vigésima segunda posição no entanto, mas revela uma melhoria da situação. Portugal encontra-se em sétima posição na participação política dos imigrantes, abaixo do Luxemburgo, que se encontra numa colocação favorável com a quinta posição. No entanto, não se têm registado melhorias significativas ao nível das oportunidades de participação política dos imigrantes. Os órgãos consultivos e os direitos de voto surgiram pela primeira vez na década de 1970 e, hoje em dia, são tema de debate constante em toda a Europa,

estando a participação política a tornar-se, cada vez mais, parte das estratégias de integração (MIPEX, 2011:18).

Duas novas áreas de intervenção são de destacar neste II Plano: a da promoção da diversidade e interculturalidade e a dos idosos imigrantes. *“Esta última propõe-se responder a um desafio gradual da imigração em Portugal e antecede a preparação de ações e medidas para o ano europeu para o envelhecimento ativo e solidariedade intergeracional, que se prevê para 2012”*¹⁷.

Em jeito de conclusão, Portugal está em segundo lugar do *ranking* como melhor integrador de imigrantes, ao passo que o Luxemburgo permanece em décimo primeiro. Comparativamente às políticas de imigração em Portugal, as do Luxemburgo têm uma margem de manobra muito limitada, conforme se constata no relato de Claudia Hartmann (2010)¹⁸: *“O Estado luxemburguês, embora tenha sólidas raízes corporativistas, dispõe de uma margem de manobra muito limitada em matéria de política de imigração”*. Nesta linha de raciocínio, Nicolas Schmit (2010)¹⁹ (Ministro da imigração no Luxemburgo) refere que na atualidade o Luxemburgo pratica *“uma política que não incentivou a integração”*.

2.7. O olhar na Embaixada do Luxemburgo

A Embaixada do Grão-Ducado do Luxemburgo em Portugal foi inaugurada a 7 de dezembro de 1988, na presença do Ministro dos Negócios Estrangeiros, do Comércio Externo e da Cooperação do Luxemburgo, Senhor Jacques F. Poos., sita na Rua das Janelas Verdes em Lisboa. É propriedade do Estado luxemburguês e é constituída por uma equipa de nove pessoas (4 homens e 5 mulheres), e ainda dois diplomatas

¹⁷ Resolução do Conselho de Ministros nº 74/2010, de 17 de setembro, p.8

¹⁸ Esta afirmação foi feita pela investigadora do CEPS em Differdange, durante o colóquio organizado pelo Institut Pierre Werner, em 21/04/10, a propósito da "Europa e os seus imigrantes" (no original "Regards partagés: l'Europe et ses migrants"), dedicado à imigração.

¹⁹ Esta afirmação foi relatada pelo ministro da Imigração, durante um colóquio organizado pelo Institut Pierre Werner, em 21/04/2010, a propósito da "Europa e os seus imigrantes" (no original "Regards partagés: l'Europe et ses migrants").

luxemburgueses. Porém, não existe nenhum imigrante luxemburguês a trabalhar na Embaixada (Embaixada, 2012).

A Embaixada tem como missão dar assistência e ajudar a resolver os problemas dos imigrantes com eficácia e humanidade. Assegura o serviço de acolhimento, atendimento e informação. O tipo de assistência e apoio que presta, sobretudo a nível consular, é tratar de passaportes de cinco em cinco anos, documentos oficiais quando solicitados, legalização de escritos, informar sobre a cidade do Luxemburgo a nível de turismo, comércio, mercado de trabalho ou sobre um eventual projeto de emigração. Por outro lado, esta entidade acorre os cidadãos luxemburgueses que perdem ou sejam furtados os seus documentos e ainda, por razões de força maior, se encontrem em posições complexas, designadamente problemas de saúde ou sem recursos financeiros, agindo como ponto de contacto entre estes e os seus familiares ou a instâncias no Luxemburgo.

Os problemas anteriormente referidos complementam os relatos sintetizados do Senhor Embaixador:

(...) um cidadão luxemburguês que se encontrava de férias no Algarve e a quem o passaporte foi roubado, entrou em contacto com a Embaixada e com a ajuda do Cônsul Honorário de Tavira, emitiu-se um “*laisser passer*”, documento de identificação temporário, que lhe permitiu regressar ao Luxemburgo. Esta é uma das missões do nosso Consulado, ajudar os cidadãos quando estes se encontram em dificuldades. (Paul Schmit, 2013)

Por outro lado, salienta que

(...) ajudarmos um jovem luxemburguês que se encontrava em Tavira já há algum tempo, sem dinheiro e sem documentos e que queria continuar a sua viagem de moto pelo Sul da Europa. Conseguiu falar-se com a família e emitir um novo passaporte e o jovem pôde prosseguir a sua viagem. (Paul Schmit, 2013)

Acresce ainda que

Já aconteceu também intervirnos no caso de cidadãos luxemburgueses residentes em Portugal, nomeadamente no Algarve, com uma certa idade e com problemas de saúde e em que é necessário contactar familiares no Luxemburgo. É de revelar que a Embaixada não consegue informação exata sobre o número de cidadãos

luxemburgueses residentes em Portugal, na medida em que a inscrição consular não é obrigatória. Porém, com o auxílio dos Consulados Honorários, particularmente de Tavira, a instituição consegue ter informação mais ou menos atualizada. Acresce que a Embaixada raramente tem casos de cidadãos luxemburgueses que recorrem à sua intervenção. (Paul Schmit, 2013)

O Senhor Embaixador, Paul Schmit (2013), refere a existência de um número aproximado de 4000 cidadãos por ano a solicitar a nacionalidade luxemburguesa, em que a maior parte desses cidadãos são portugueses. Todavia, é de destacar que, da totalidade da comunidade luxemburguesa que reside em Portugal, parte dessa população é portuguesa com dupla nacionalidade ou mesmo casais, sendo um dos cônjuges luxemburguês e o outro português. Com efeito, essas pessoas são reformadas e, regra geral, não necessitam dos serviços da Embaixada ou do Consulado, a não ser para esclarecer algumas dúvidas relativamente a assuntos relacionados com o Serviços de Finanças ou Segurança Social. No entanto, possuem casa própria em Portugal, onde permanecem durante cinco ou seis meses por ano e têm filhos e netos a residirem no Luxemburgo.

Por ocasião da Festa Nacional do Luxemburgo e de outros eventos que se realizaram, nomeadamente a receção do Grão-Duque herdeiro por ocasião do seu casamento, a Embaixada concedeu convites aos imigrantes luxemburgueses residentes em Portugal. No entanto, provavelmente devido à distância, os residentes do Algarve ou mesmo os do norte do país, excecionalmente se deslocam a Lisboa para presenciar os eventos organizados.

Neste contexto, o Senhor Embaixador informa-nos que:

Estou em Portugal desde 2010, há 2 anos e meio e já estive várias vezes no Algarve. Em junho de 2011, o nosso Cônsul do Algarve organizou um evento em Tavira, no qual participei, com a finalidade de reunir a comunidade luxemburguesa residente na região. (Paul Schmit, 2013)

No seguimento desta argumentação, acresce sublinhar a ínfima parte da comunidade luxemburguesa residente no Algarve e destaca-se que uma parte dessa comunidade é constituída por casais mistos, em que um dos cônjuges é luxemburguês ou tem dupla nacionalidade. Regra geral, são cidadãos que, após 30/40 anos a residirem no

Luxemburgo, resolvem regressar a Portugal ou, então, passar apenas uma parte do ano neste país.

Usufruindo do gozo de dupla nacionalidade, estes cidadãos poderão recorrer ao Cônsul no Algarve ou à Embaixada, mas só em casos críticos, ou então quando pretendem requerer um determinado documento oficial luxemburguês. Porém, sendo estes cidadãos portugueses, também poderão fazê-lo através das entidades portuguesas.

Foi, então, a partir de 2009 e com a possibilidade de os cidadãos adquirirem a dupla nacionalidade, que inúmeros portugueses elegeram a nacionalidade luxemburguesa. Porém, para que isso seja praticável, os cidadãos terão de respeitar determinados requisitos, nomeadamente habitarem durante sete anos no Luxemburgo, falarem uma das línguas oficiais (francês, alemão ou luxemburguês) e possuírem um razoável conhecimento das instituições, da história e da cultura luxemburguesa. Importa ainda referir que podem adquirir a nacionalidade luxemburguesa sem perderem a nacionalidade portuguesa ou então outra nacionalidade.

Num exercício analítico da caracterização da imigração em Portugal, o Senhor Embaixador identifica o fenómeno das ex-colónias, por razões ligadas à história com este país, e a imigração polaca, checa ou brasileira, por serem numericamente superiores e com características diferentes. Com base nesta linha argumentativa, Paul Schmit (2013) menciona que

(...) a imigração em Portugal foi, desde sempre e por razões ligadas à sua história, uma imigração muito baseada nos cidadãos dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa). No entanto, de há 10 anos para cá tem havido uma nova vaga de imigração, de cidadãos originários da Polónia, da Rússia, da Ucrânia, do Brasil, entre outros.

Considerando ainda os fluxos migratórios, o Sr. Embaixador refletiu sobre os laços de amizade que unem Portugal/Luxemburgo, por serem países europeus, e, por outro lado, os emigrantes das ex-colónias, pela sua proximidade com Portugal, contribuindo assim para uma melhor integração em Portugal:

A nossa emigração é contudo e sobretudo desde os anos 60/70, uma emigração mais próxima, porque os portugueses são europeus, tal como os luxemburgueses,

existem muitas afinidades a vários níveis. Por outro lado, os emigrantes dos países lusófonos, pela sua proximidade com Portugal, também acabam por se integrar mais facilmente do que aqueles que chegam a países como a França ou a Bélgica. (Paul Schmit 2013)

Em contrapartida, revela o bom acolhimento por parte de Portugal às comunidades imigrantes de reformados da Escandinávia, Alemanha e Países Baixos, e reforça a ideia de que estes imigrantes se sentem bem a viver neste país, exceto um ou outro caso de sujeitos que têm dificuldades em se adaptarem ou então que não conseguem arranjar emprego, acabando por regressar ao seu país de origem.

Há uma comunidade importante de reformados provenientes do Reino Unido, dos países escandinavos, da Alemanha, dos Países Baixos, que são muito bem acolhidos em Portugal e que optaram por viver aqui uma parte do ano”.

“Creio que, de uma maneira geral, os luxemburgueses residentes em Portugal se sentem bem aqui. Claro que há sempre um ou outro caso de pessoas que não se conseguem adaptar ou que não conseguem encontrar trabalho e que acabam por regressar ao país de origem. Mas regra geral, as pessoas sentem-se bem em Portugal. (Paul Schmit 2013)

O Senhor Embaixador, tendo visitado recentemente o Centro Nacional de Apoio aos Imigrantes (CNAI), vem enaltecer o trabalho “*gerido de maneira muito aberta*” pela Dra. Rosário Farmhouse, e refere que tal deve-se ao facto de ser uma

(...) instituição que acolhe cidadãos provenientes de todos os países. É uma instituição criada pela Secretaria de Estado da Administração Interna e que é, para mim, um bom exemplo de acolhimento de imigrantes, porque todos os ministérios estão aí representados e têm “antenas” noutras cidades portuguesas, para ajudar os imigrantes no seu processo de integração, na aprendizagem da língua, na procura de habitação, etc. (Paul Schmit, 2013)

O CNAI constitui espaços de informação descentralizada cujo objetivo é facultar respostas adequadas às necessidades dos residentes nas diversas regiões do país, com o objetivo de “*informar e ajudar a resolver os seus problemas com eficácia e*

*humanidade, contribuindo para uma imagem de um Estado de Direito com rosto humano que, cumprindo a Lei, quer acolher bem*²⁰.

O Centro Nacional de Apoio ao Imigrante (CNAI) foi fundado na sequência da implementação de medidas por parte de um Estado que se deseja assumir com “*rosto humano*” e que “*quer acolher bem*” (como acima mencionado). Neste âmbito, o CNAI estabelece uma

oferta de serviços de interesse público em condições de qualidade, celeridade, comodidade e conforto, baseada na parceria e cooperação entre o Alto-Comissariado e os diferentes serviços da Administração Pública e demais entidades públicas e privadas, especialmente dirigidos à população imigrante em Portugal (ACIME, Decreto Lei nº 27/2005- Artigo 4.º - A).

Porém, este organismo procurou contrariar o conceito de concentração de funções das Lojas do Cidadão, ao agrupar num mesmo espaço as várias estruturas do Estado com serviços na área das políticas de imigração e integração, nomeadamente Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Inspeção-Geral do Trabalho, Segurança Social, Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Ministério da Justiça, com uma extensão da Conservatória dos Registos Centrais para a questão da nacionalidade. Existe em várias partes do país, onde foram criados gabinetes especializados no apoio jurídico, social, à habitação, ao emprego e ao reagrupamento familiar.

Tendo presente o número reduzido de imigrantes luxemburgueses no Algarve, como já anteriormente mencionado, a inscrição consular não é obrigatória, o que não se verifica com a votação, que é imprescindível no Luxemburgo. Assim, o Sr. Embaixador revela-nos a diferença do sistema de votos entre a França e o Luxemburgo como realidades diferentes.

(...) Nós somos muito poucos aqui em Portugal. Apesar do voto ser obrigatório no Luxemburgo, a inscrição consular não é, e os cidadãos luxemburgueses residentes no estrangeiro votam normalmente por correspondência. Por exemplo, a comunidade francesa residente no estrangeiro, que é composta por milhares de franceses, de cinco em cinco anos vota na sua Embaixada no país de residência.

²⁰ Fonte: www.acime.gov.pt, consultado em 07-07-2013.

Nós temos outro sistema e, por outro lado, comparativamente, a comunidade francesa é muito maior, são realidades diferentes. (Paul Schmit, 2013)

Em relação às barreiras linguísticas, constata-se que, sendo os luxemburgueses cidadãos europeus e pertencendo a um espaço comum, as barreiras quase não existem, conforme nos relata o Sr. Embaixador: “*Em Portugal somos dois diplomatas e ambos tivemos de aprender o português, mas diria que, por sermos todos europeus, as barreiras quase não existem*” (Paul Schmit, 2013).

Em contrapartida, também é possível observar no relato do Sr. Embaixador que Portugal e o Luxemburgo são nações distintas. No entanto, existem realidades semelhantes em termos culturais e pessoais de sujeitos com raízes que os ligam a Portugal. Destaca ainda a enorme vivência cultural que a comunidade portuguesa deposita no Luxemburgo.

Dou um exemplo: o nosso Cônsul e Conselheiro e eu tivemos de aprender o português, quando chegamos aqui, mas também temos colegas do Ministério dos Negócios Estrangeiros luxemburgueses que falam português, por terem algumas raízes (de origem, culturais, pessoais) que os ligam a Portugal. O Luxemburgo é um país com uma vivência cultural muito influenciada pela comunidade portuguesa”. (Paul Schmit, 2013)

Tendo presente a influência da estrutura de oportunidades em Portugal, o Sr. Embaixador refere, que

Portugal é um país atrativo em termos de acolhimento e os portugueses são pessoas muito próximas de nós, são abertas. Acho que Portugal é um país muito criativo, tal como a Suíça. Há bons exemplos disso, a nível tecnológico e de investigação (...). Neste momento o Ministério dos Negócios Estrangeiros português está a tentar atrair investimento estrangeiro, por exemplo no ramo do imobiliário, e isso é uma forma de abrir as portas do país a empresas estrangeiras. (Paul Schmit, 2013)

É de total ausência de conhecimento da Embaixada de casos recentes de luxemburgueses que tenham vindo para Portugal, considerando que a maioria permanece neste país há pelo menos dez ou vinte anos. Com efeito, são cidadãos que já se encontram casados com portugueses (as), o que naturalmente auxilia o processo de integração, não tendo qualquer conhecimento de ocorrências de racismo.

Com base na linha argumentativa da ausência de problemas de racismo constatadas hoje em Portugal, Marques (2000) considera que

As formas de racismo que vivemos hoje na Europa parecem possuir contornos e especificidades que, de algum modo, as afastam do racismo do passado. Os motivos dominantes são cada vez menos a hereditariedade, o sangue ou os genes, e cada vez mais os modos de viver e de pensar, as diferenças entre culturas ou os traços identitários. Não é já a superioridade ou inferioridade relativa dos grupos humanos que é enfatizada nos discursos e nas práticas, mas a rejeição de categorias de indivíduos considerados indesejáveis de um ponto de vista económico, poluentes do ponto de vista religioso ou ameaçadores do ponto de vista identitário. (p.36)

2.8. Análise histórica do Luxemburgo

2.8.1. Uma relação especial entre dois países: Portugal e Luxemburgo

O Luxemburgo tem uma área de 2 586 km², com uma população total de 100 000 habitantes e uma densidade populacional de 1 490,24 habitantes/km². Cerca de 46% da população luxemburguesa é de origem estrangeira: 16,% são portugueses, (sendo o português uma das cinco línguas mais faladas no país, depois do francês, luxemburguês e o alemão), 8,5% franceses, 6,5% italianos, 3,6% belgas e 3% alemães (STATEC, 2010).

O Grão Ducado do Luxemburgo é um verdadeiro Estado soberano, com uma história particularmente rica, situado na Europa Ocidental, entre a França, a Bélgica e a Alemanha, é uma democracia representativa parlamentar com um grão-duque como monarca constitucional. O Luxemburgo é o único grão-ducado ainda existente. Após a Segunda Guerra Mundial, o Luxemburgo rejeitou a sua antiga política de neutralidade, constituindo um dos membros fundadores da OTAN, OCDE, da Organização das Nações Unidas, Benelux e da União da Europa Ocidental, o que espelha o consenso político em mercê da coesão económica, política e integração militar. País assinante do Tratado de Roma, formou uma unidade monetária com a Bélgica, em 1948, e união económica com a Bélgica e a Holanda, o chamado Benelux. O Luxemburgo tem sido um dos mais fortes patronos da União Europeia. A cidade do Luxemburgo contém múltiplas instituições e organismos da União Europeia, nomeadamente o Tribunal de

Justiça Europeu, o Tribunal de Contas e o Banco Europeu de Investimento. Tornou-se, em 1957, um dos seis países fundadores da Comunidade Económica Europeia (mais tarde União Europeia), e em 1999 entrou para a zona do euro (Embaixada, 2012).

A estrutura da economia luxemburguesa assenta principalmente nos setores bancário, dos seguros e da indústria siderúrgica. No entanto, a produção agrícola e vitivinícola também são importantes. Este país é caracterizado por uma economia altamente desenvolvida, com um dos maiores PIB (Produto Interno Bruto) *per capita* do mundo. O setor industrial, dominado inicialmente pelo aço, tornou-se diversificado ao incluir o ramo do químico e da borracha. Embora o Luxemburgo, como todos os membros da União Europeia, tenha sofrido influência das dificuldades da economia mundial, o país manteve uma taxa de crescimento razoavelmente forte. A cultura do Luxemburgo é bastante diversificada, devido à influência dos estrangeiros que migraram para esse país. Considera-se que boa parte da economia do Luxemburgo depende dos trabalhadores estrangeiros, nomeadamente portugueses e italianos (Embaixada, 2012)

2.8.2. Laços entre a família Grã-Ducal e a Casa de Bragança

A história da família grã-ducal do Luxemburgo e a história da família real de Bragança estão unidas entre si desde o casamento, em 1893, do grão-duque herdeiro (1852-1912), futuro grão-duque Guillaume IV, com a princesa Maria Ana de Bragança, infanta de Portugal (1861-1942). A grã-duquesa Maria Ana, em 1908, assume o cargo de lugar-tenente e oito meses depois, na sequência da morte do seu marido, o cargo de regente do Luxemburgo. Corre, portanto, sangue português nas veias do atual soberano luxemburguês, na medida em que duas das suas bisavós e uma das suas trisavós eram princesas de Bragança, filhas de D. Manuel I (1802-1866), rei de Portugal (1828-1834) e de sua esposa, nascida princesa Adeltaide de Löwenstein-Wertheim-Rosenberg (1831-1909). O Luxemburgo, nos anos 30, dispunha de um cônsul-geral (honorário) em Portugal. Segundo o *Memorial* do Grão-ducado do Luxemburgo, a aprovação foi concedida, em nome da República Portuguesa, à nomeação, por decreto grão-ducal de 24 de maio de 1933, do Senhor Dr. António Soares Franco Júnior (1876-1941) como cônsul-geral honorário do Grão-Ducado do Luxemburgo em Lisboa. A grã-duquesa Charlotte, a sua família e vários membros do Governo foram acolhidos em Portugal, em junho de 1940, depois da sua fuga do Luxemburgo, invadido e ocupado pela Alemanha nazi. Nesse mesmo ano, e antes de embarcar para Londres e Estados Unidos, de onde

continuou a manter viva a chama da resistência luxemburguesa e da luta contra o ocupante nazi, a família grã-ducal residiu durante várias semanas em Cascais, na Casa Santa Maria, pertencente à família Espírito Santo. O cônsul-geral de Portugal em Bordéus, o Senhor Aristides de Sousa Mendes, não só consentiu a livre passagem da família grã-ducal, como auxiliou um grande número de compatriotas, entre os quais numerosos membros da comunidade judaica, a fugir às garras do nazismo, mediante a distribuição massiva de vistos e contrapondo-se à política imposta por Salazar (Embaixada, 2012:22).

Em finais de setembro de 1940, na altura em que a grã-duquesa Charlotte partiu de Portugal para os Estados Unidos, o Senhor Manuel Ribeiro Espírito Santo Silva demitiu-se do seu posto de cônsul-geral tendo sido promovido a Comendador da Ordem da Coroa de Carvalho em 1954. Os laços diplomáticos entre o Grão-Ducado do Luxemburgo e a República Portuguesa remontam à acreditação do Senhor Vicente Pinheiro Lobo Machado de Melo e Almada, visconde de Pindela, que já estivera acreditado junto do rei dos Países Baixos e Grão-duque do Luxemburgo, Guillaume III, e nomeado, a 21 de maio de 1891, primeiro embaixador português no Luxemburgo (não residente) junto do grão-duque Adolphe de Luxemburgo. O Governo português outorgou o consentimento à nomeação, por decreto grão-ducal de 21 de outubro de 1938 do Senhor Manuel Ribeiro Espírito Santo Silva (1908-1973), homem de negócios e banqueiro, como cônsul-geral do Grão-Ducado do Luxemburgo em Lisboa, com Jurisdição sobre Portugal. Foi, nomeadamente, presidente do conselho de administração do Banco Espírito Santo, cuja fundação remonta a mais de 140 anos, possuindo interesses e estruturas no Luxemburgo, desde os anos 70 (Embaixada, 2012:7).

Os laços que unem a família Bravo ao Luxemburgo superam as respetivas funções consulares. A empresa Alberto Maria Bravo & Filhos foi fundada em 1843, como companhia de navegação, os seus navios percorriam a rota transatlântica em direção ao Brasil, mas também em direção a África, em particular a Angola. O Senhor Alberto Maria e o Senhor João Maria Bravo eram os representantes dos escritórios da ARBED em Portugal e em algumas das suas províncias ultramarinas, nomeadamente Angola, Guiné e Moçambique. A ARBED tornar-se-ia no mais importante fornecedor de produtos siderúrgicos em Portugal, produzindo componentes não só para a construção do Hotel Ritz, em Lisboa, mas também para o alargamento do Porto de Lisboa e para a

Ponte Salazar, chamada Ponte 25 de Abril após a Revolução dos Cravos de 1974 (Embaixada, 2012:9).

A presença de uma embaixada testemunha a qualidade dos múltiplos laços que existem entre o Luxemburgo e Portugal, parceiro, aliado e amigo, permite intensificar a cooperação entre os dois países no domínio político, económico, social e cultural, tendo uma importância muito especial devido à presença de uma grande comunidade portuguesa no Luxemburgo. O Embaixador do Grão-Ducado do Luxemburgo em Portugal também está acreditado em Cabo Verde desde 2003, um dos países parceiros privilegiados no que respeita à cooperação luxemburguesa (Paul Schmit, 2013).

Quanto às relações comerciais entre Portugal e Luxemburgo, apesar da importância de Portugal para o Luxemburgo a nível humano, sendo lusófona e constituindo quase um quinto da população do Grão-Ducado, é inegável que esta importância continua ainda pouco relevante a nível comercial, como revelam os dados da Embaixada (2011).

- Em 2009, as exportações para Portugal perfizeram 34,3 milhões de euros e as importações de Portugal, 38,5 milhões de euros;
- Em 2010, as exportações para Portugal perfizeram 35 milhões de euros e as importações de Portugal, 39,1 milhões de euros.

Os dados indicam que, em 2010, Portugal era o 24.º parceiro do Luxemburgo relativamente às exportações, e o 19.º nas importações. Tendo em vista estes números, é de referir que as estatísticas não mencionam os produtos portugueses importados pelo Luxemburgo através de um país intermediário (como, por exemplo, os numerosos produtos que passam pela Bélgica, tais como o papel, o vestiário ou o calçado). De acordo com uma pesquisa efetuada pela Câmara de Comércio e Indústria Luso-Luxemburguesa, 900 empresas portuguesas exportam diretamente de Portugal para o Luxemburgo, cerca de 2000 outras empresas portuguesas passam por intermediários que se situam na Bélgica, em França, na Alemanha, nos Países Baixos ou na Grã-Bretanha. Tendo em vista defender os interesses das empresas luxemburguesas, a embaixada do Grão-Ducado do Luxemburgo em Portugal coopera estreitamente com a Câmara de Comércio Luso-Belga-Luxemburguesa instalada em Lisboa, bem como com a Câmara de Comércio e Indústria Luso-Luxemburguesa sita no Luxemburgo (p. 28).

3. METODOLOGIA

3.1. Plano metodológico empírico

A pesquisa empírica desenvolveu-se em diferentes fases, sendo efetuados contactos com os potenciais participantes no estudo, aos quais foi apresentada a investigação e os seus objetivos. Savoie-Zajc (2003) refere que os contactos permitem ao inquiridor obter informações significativas que o podem ajudar a confirmar a potencialidade dos interlocutores e que estes correspondem aos requisitos essenciais para fazerem parte da amostra do estudo. Assim se procedeu e foi gratificante sentir que os sujeitos entrevistados estavam efetivamente empenhados e interessados em colaborar na investigação, tendo sido crucial, para o efeito, a compreensão da utilidade da investigação para os próprios, para a complexidade da imigração e para todos os intervenientes. Com efeito, foram também expostas as razões que levaram o investigador a identificar os protagonistas como os sujeitos da amostra (Savoie-Zajc, 2003). Saliente-se a ênfase especial para a prometida e responsável confidencialidade do investigador, segundo as regras de ética profissional assumida.

A metodologia utilizada iniciou-se com a análise bibliográfica e documental. Esta tarefa implicou o recurso a diferentes técnicas de investigação social e, portanto, à construção de instrumentos de recolha de dados distintos, cujos resultados tiveram que ser sucessivamente articulados, de modo a produzir uma visão do conjunto dos fenómenos em estudo. Será conveniente referir que a recolha dos dados não constituiu um percurso linear que secundasse a identificação da problemática e o desenhar da estratégia metodológica.

A estratégia metodológica assumida nesta investigação enquadra-se na abordagem qualitativa e na primazia do paradigma interpretativo, com o objetivo de interpretar a realidade social através dos atores e ter atenção aos significados que estes produzem.

Para além das técnicas clássicas de análise documental, recorreu-se, igualmente, à observação direta, fundamental para a compreensão e interpretação dos dados da entrevista.

A técnica fundamental da investigação foi, no entanto, o recurso à entrevista semidiretiva, de carácter exploratório, e de história de vida. A entrevista semidiretiva foi aplicada entre janeiro e fevereiro de 2012 a dois participantes, um homem e uma mulher

da comunidade luxemburguesa, visando, essencialmente, traçar as suas histórias de vida. A relação com a Marlene aconteceu pelo Skype e por correio eletrónico e a do Raymond por correio eletrónico e presencial. Nesta investigação, tive a oportunidade de me encontrar com o Raymond três vezes no posto de combustível CEPSA, em Lagoa, e viajar pelo Skype com a Marlene inúmeras vezes, e cada uma das histórias de vida se apresentou como exemplar e específica, notando-se a diversidade de trajetórias e de subjetividades.

A entrevista obedeceu ao cumprimento de duas regras fundamentais enunciadas por Becker (1994: 165): perguntar *como* e não *porquê*; e incluir as apreciações subjetivas dos eventos, i.e., o que a pessoa entrevistada pensou/pensa e sentiu/sente. Em conformidade à estratégia preconizada pelo autor, esta explica-se por um conjunto de razões: primeiro, porque, como se tratava de traçar as linhas de um *processo* e reconstituir percursos de vida, perguntar *como* afigurava-se mais adequado do que perguntar *porquê*; segundo, porque perguntar *porquê* conduz, geralmente, o entrevistado a uma explicação assente nos vocabulários de motivos disponíveis – portanto, mais fortemente imbuída de um caráter ideológico ou mitológico (idem: 163-165).

As variáveis indicadas, cruzadas com os conteúdos das entrevistas, com as características de cada história de vida individual e com o quadro teórico, permitiram encontrar elementos de regularidade que abriram pistas conceptuais e contribuíram para sustentar a interpretação dos resultados. Um aspeto importante desta tarefa é a exposição das conclusões propostas pelo investigador em contraste com aquelas que são avançadas pelos próprios atores, que devem ser compreendidas e explicadas no âmbito dos contextos em que ocorrem, isto é, a partir das relações sociais que as constituem; outro é a sua confrontação com os resultados obtidos pelos estudos de outros investigadores (Hamel, J.; Dufour, S.; Fortin, D. 1993; Yin, 1994).

Ambos os procedimentos exigem a explanação das cadeias lógicas de raciocínio e demonstração, de tal modo que o leitor seja capaz de chegar (ou não) às mesmas conclusões. Por isso, tanto a presença de um quadro teórico rico como a descrição, compreensão e eventual explicação dos fenómenos estudados em articulação com aquele constituem uma das características distintivas do método adotado.

3.2. Análise documental

A análise bibliográfica e documental incidiu sobre referências académicas, nacionais e internacionais, legislação e documentos oficiais. Foram utilizados sítios de Internet como da Comissão Europeia, do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, do Instituto Nacional de Estatística, do STATEC, do Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, do Gabinete luxemburguês de Acolhimento e Integração, entre outros. Desta abordagem metodológica a partir de fontes documentais e por via do recurso às Histórias de vida decorre uma combinação de fontes de estudo que nos acompanharão ao longo do trabalho.

3.3. Investigação qualitativa

A metodologia adotada na investigação em causa assumiu um carácter eminentemente qualitativo, tendo em conta as questões que nortearam a presente investigação – compreender o motivo que levou os imigrantes luxemburgueses a escolher Portugal como país de destino, sobretudo o Algarve, e analisar as suas trajetórias de vida.

De modo complementar, procedeu-se à articulação de níveis macro e micro, uma vez que o nosso olhar se debruça sobre o fenómeno migratório (nível macro) e as dinâmicas da ação individual (nível micro), tendo em vista a compreensão dos seus pontos de interseção.

Desenvolveu-se uma pesquisa assente na articulação entre a tarefa de descrever as histórias de vida e o esforço de interpretar os dados. Percebeu-se que a opção por este tipo de metodologia seria coerente com as questões formuladas e adaptada à concretização dos seus objetivos, com o intuito de obter um conhecimento da imigração que fosse “*intersubjetivo, descritivo e compreensivo*” (Santos 2003: 22). Neste âmbito, a investigação qualitativa (Merriam, 1998: 5) “*cobre variadas formas de inquérito que nos ajudam a entender e explicar o significado dos fenómenos sociais, com a menor intrusão possível no contexto*”.

Relativamente à primeira questão, procurou-se compreender os fatores motivadores das decisões de migrar e como estes tornaram a migração possível, assim como as dificuldades e obstáculos ao longo do percurso de vida de cada sujeito. No cruzamento

entre os vários fatores que intervieram claramente neste decurso encontra-se o indivíduo, por assumirmos a conceção de que o sujeito é dotado de racionalidade, de capacidade de escolha e de atuação face ao meio envolvente. Assim, podemos confirmar que a abordagem qualitativa é aquela que permite alcançar o conjunto destes recursos.

Nesta investigação empírica, recorreu-se a alguns conceitos e teorias como ferramentas auxiliares da pesquisa, quer ao nível da coleta empírica dos dados quer da sua análise e interpretação, de modo a beneficiarmos da diversidade de análises teóricas para interpretar um mesmo conjunto de informação:

Sabemos que estamos a lidar com um objeto complexo e sensível a uma série de fatores e que é, portanto, necessário que tenhamos presentes todos esses diferentes fatores. Deveremos, por isso, estar abertos a conjuntos teóricos e não a uma única teoria. (Van der Maren *cit. in* Lessard-Hébert *et al.* 1994: 104).

A estratégia utilizada nesta investigação apoiou-se em diversos autores (Carmo, Ferreira 1998: 179-180; Flick 2006: 14-16) que atribuem à investigação qualitativa: o uso da aproximação indutiva para analisar os dados recolhidos; atenção ao contexto onde as ações e interações decorrem; enfoque sobre o processo de investigação e não apenas nos seus resultados; importância de compreender os quadros de referência dos sujeitos em análise e adoção de uma perspetiva holística do fenómeno da imigração.

Esta investigação teve por base o paradigma interpretativo. Face ao “objeto *ação-significado*” (Lessard-Hébert *et al.*, 1994: 39), manifestou-nos interesse na diversidade das relações entre as formas de comportamento e os significados que os sujeitos lhes atribuem através das interações sociais que entre si estabelecem:

O postulado da interpretação desempenha o papel de um duplo princípio de causalidade: ao nível geral, os seres humanos constroem um *conhecimento* da natureza e dos outros seres humanos graças a este processo de interpretação e, a um nível especificamente social, essas interpretações de nível geral conduzem os seres humanos a empreender determinadas *ações*. (*idem*: 40)

Num segundo momento, o estudo teve como objetivo compreender o papel das redes enquanto desencadeadores da decisão de imigrar e qual a sua função no processo migratório. Nesta fase, recorreremos às reflexões teóricas sobre mobilidade social para

tentar perceber se as explicações formuladas por diversos autores como Bordieu, entre outros, podem ser confirmadas pelos dados recolhidos.

Procurou-se, mediante os dados recolhidos da investigação empírica detetar que fatores e suas interações interferiram significativamente no processo de imigração, estratégia coerente com o método seguido para análise das histórias de vida (Digneffe, 1997: 225). Pode-se referir que não foram elaboradas hipóteses prévias ao trabalho de campo pois, não tivemos como preocupação central descrever cadeias de acontecimentos onde as relações de causa-efeito entre fatores fossem claramente identificáveis e suscetíveis de confirmar ou infirmar hipóteses prévias. No entanto, não se deixou de ter em atenção no primeiro momento da análise a várias teorias sobre o fenómeno em estudo, que constituíram inúmeros contributos para a elaboração da pesquisa.

Com o intuito de reforçar a validade da pesquisa, utilizou-se a estratégia da triangulação de dados, colhendo consenso entre vários autores. Assim, Burgess (2001: 158) sugere o uso de “*estratégias múltiplas de pesquisa de terreno (...), de molde a superar os problemas que advêm [de alguns] estudos assentarem numa única teoria, num único método, numa única série de dados e num único investigador*”. Para Lessard-Hébert e colegas, a validade teórica da abordagem interpretativa reside nos próprios atores que inferem os significados das suas ações ou comportamentos e os partilham com o investigador (1994: 71).

Num terceiro momento, procurou-se compreender de que modo as nacionalidades dos imigrantes influenciam a sua integração e se a mesma foi fácil ou difícil. Nesta fase recorreremos à teoria de Horta, e outros autores, no sentido de compreender a relação entre o Estado e os processos de integração dos imigrantes na sociedade portuguesa analisando a influência das políticas.

Na investigação qualitativa, a investigadora é o principal instrumento da recolha dos dados, através das entrevistas efetuadas aos imigrantes luxemburgueses, acresce-se a responsabilidade de relacionar os atos e os discursos destes sujeitos com o contexto em que foram assumidos e enquadrá-los teoricamente, de modo a problematizar as particularidades de casos individuais e a enquadrá-las em análises gerais com interesse heurístico. Isto obriga a consciência do grau de incerteza das inferências (descritivas/causais) e interpretações produzidas.

3.4. As histórias de vida e o método biográfico

Para entender os métodos, as lógicas, os mecanismos e os motivos que levaram os luxemburgueses a deixar o seu país de origem e porque escolheram Portugal, sobretudo o Algarve como país de destino, centrou-se na análise dos seus percursos, numa ótica diacrónica desde o momento do seu envolvimento até ao momento atual. Daqui surgiu a opção pelo método de histórias de vida, na medida em que o recurso às histórias de vida nos permite alcançar: a perspetiva única de um indivíduo e aquilo que constitui a sua verdade e a sua realidade; as perspetivas que ele partilha com outros e que constituem as suas realidades e as suas verdades partilhadas; o modo como essas perspetivas e essas verdades se ligam a um contexto, uma situação, uma posição e/ou uma história comum; os elementos a partir dos quais e através dos quais essas realidades, perspetivas e verdades são negociadas, construídas, partilhadas e justificadas (Atkinson, 2002; Bertaux, 1978; Denzin, 1989).

Optou-se pelo método de histórias de vida por se considerar o mais adequado para este estudo, pois permite “*observar*” a ação e situá-la no contexto social onde se manifesta (Bertaux 2005: 8-13). O objetivo deste método é, basicamente, apreender e compreender a vida conforme é relatada e o modo como o próprio sujeito interpreta a sua história.

Ao contribuir para a construção das histórias de vida de Raymond e de Marlene, existiu a consciência de que as suas vidas são “*vidas comuns, vidas típicas – na medida em que todas as vidas são típicas – da massa de pessoas comuns mas por isso extraordinariamente interessantes*” (Stanley, 1992: 12). A intenção de recolher estas histórias de vida vai para além do mero recontar, dando antes importância a aspetos específicos que ajudam na perceção da identidade imigrante valorizada.

O trabalho do investigador passa pelo estabelecimento das ligações e das lógicas que o ator não vê – na verdade, não lhe compete ver – a partir da informação que este lhe transmite, situando-a no complexo das relações sociais que a enformam. Mas este procedimento implica também considerar a trajetória e a história de vida particular de cada ator, porque é à luz destas que é possível dar conta das suas condutas e das suas representações do mundo.

Cada vida é uma produção que põe em jogo o passado, o presente e o futuro e de onde todos nos podemos ver e encontrar. A reconstrução das histórias de vida da Marlene e do Raymond (protagonistas desta peça), imigrantes luxemburgueses com uma trajetória de vida de mais de duas décadas, fizeram-me pensar e reconstruir a minha própria vida, numa espécie de momento de introspeção e projeção futura, demonstrando assim o cariz pessoal da metodologia adotada, ao vincular, entrelaçar e estreitar as nossas próprias histórias. O relato da minha própria vida, quer pessoal quer profissional, foi emergindo a partir do que a Marlene e o Raymond me foram contando sobre a sua infância, a sua adolescência, a sua vida profissional e os momentos mais marcantes das suas longas vidas, e, nalgum ponto, as histórias se cruzaram, pois somos todos sujeitos com múltiplas experiências e partilhas. A possibilidade de escutar o outro, relatando as suas experiências, põe em perspetiva a própria vivência do processo de investigação, convertendo-o num processo de encontros, reedições e resignificações do vivido. Sendo assim, como advogam Connelly e Clandinin (1995), a narrativa não só é um fenómeno que se investiga, como também é um método de investigação.

Segundo Ferrarotti (1988:29) *“o homem nunca é um indivíduo; seria melhor chamá-lo um universal singular totalizado e por isso mesmo universalizado pela sua época, reproduzindo-se nela enquanto singularidade”*. É este balanço entre o pessoal e o público, o individual e o social que define o indivíduo e são estes os binómios que acompanham o método biográfico. Um método que historicamente emergiu: da mudança no relacionamento do investigador com os sujeitos; da transição de uma abordagem numérica e estatística para a análise de conteúdo e conseqüente valorização da palavra; da valorização do local e específico em detrimento do geral e universal; e, por fim, da aceitação da comunidade científica de outras formas de conhecimento e epistemologias.

A *“entrevista individual”*, direta ou indiretamente, ajuda a alcançar uma quantidade de valores, definições e atitudes do grupo ao qual o indivíduo pertence. A história de vida é enriquecedora do ponto de vista reflexivo, na medida em que possibilita ao indivíduo refletir sobre a sua história enquanto a relata. Esta metodologia permite ao investigador depreender aspetos que, por vezes, não são percebidos noutras metodologias, nomeadamente a observação direta, o inquérito, entre outras. Assim, *“através da*

biografização, os sujeitos produzem uma dada história que reconduz a uma certa ideia de si mesmos” (Delory-Momberger, cit. in Lechner, 2009: 5).

A investigação narrativa supõe o conhecimento que interpreta a identidade como uma forma de aprendizagem dos contextos nos quais os sujeitos vivem e o modo como os narram num esforço de os explicar. O importante é a voz dos sujeitos. Esta voz permite-nos compreender a realidade investigada. Neste trabalho, assume-se que o conhecimento é uma forma de narrativa sobre a vida, a sociedade e o mundo em geral.

Recorde-se que foi a partir dos anos 50, do século passado, que se sentiu a necessidade de dar voz ao indivíduo em vez de falar por ele. Consequentemente, passou-se a destacar a importância de prestar atenção às experiências de vida individuais, aos recortes de vida do quotidiano (Hernández, 2004). O método proposto permite a construção de histórias de vida que, por sua vez, geram conhecimento que permite compreender em maior profundidade as dimensões da identidade imigrante. Assim, o protagonista (imigrante) passa a ser mais do que um mero contador de histórias, torna-se um investigador da sua própria imigração.

Pretendeu-se compreender os motivos que levaram os imigrantes luxemburgueses a escolher Portugal como país de destino, sobretudo o Algarve, e analisar a sua trajetória de vida, realizada pelos imigrantes entrevistados. Potenciaram-se as seguintes categorias empíricas: experiências precoces e memórias; (memórias da infância, adolescência e fase adulta); percurso profissional; decisão de imigrar e fatores motivadores na decisão de emigrar (o papel desempenhado pela família na tomada de decisão); a integração, a formação inicial e profissional. Existiu o desejo de verificar, comparativamente ao Luxemburgo, se havia percursos e contextos vividos semelhantes ou distintos que tivessem levado à opção de emigrar. Para que isso fosse possível, arranjámos a estratégia de colocar e recolocar questões, de forma a tornar explícito o que pode apenas estar implícito nos relatos de vida e nas interpretações que os sujeitos fazem das suas experiências.

Por oposição à maioria da investigação em ciências sociais, a recolha biográfica abandona o conceito de representatividade amostral, pois a história de vida é, em si mesma, valiosa. O objetivo é demonstrar a sua própria subjetividade, fornecendo uma visão do mundo e do contexto sócio-histórico em que cada indivíduo se vê localizado.

A investigação biográfica, (Demaziere & Dubar, citado in Silva, 2007: 77), “*consiste na recordação de episódios, na sua interpretação e na articulação temporal do passado, presente e futuro, inserindo-os numa história com um sentido*”.

A investigação com histórias de vida permite compreender os elementos gerais contidos nas entrevistas pois, como refere Brandão (2007),

(...) a história de vida permite captar o que escapa às estatísticas, às regularidades objetivas dominantes e aos determinismos macrossociológicos, tornando acessível o particular, o marginal, as ruturas, os interstícios e os equívocos, elementos fundamentais da realidade social, que explicam por que é que não existe apenas reprodução, e reconhecendo, ao mesmo tempo, valor sociológico no saber individual (p. 10).

E é nesta forma que as metodologias qualitativas se distinguem, verdadeiramente, do modelo científico preponderante: reconhecendo que o saber científico não se confunde com o saber comum, assumem, igualmente, que este deve ser incluído na análise se se pretende verdadeiramente perceber como o social e o individual se recriam mútua e constantemente.

3.5. A estrutura da amostra

Aquando da realização da entrevista, procedeu-se à identificação de indivíduos cujas características e experiências permitissem fornecer a resposta às questões formuladas na pesquisa, bem como se comparou semelhanças e especificidades entre eles (Bertaux 2005: 27). Esta estratégia deu origem à constituição de uma amostra intencional, elaborada com recurso a várias fontes e por sistema aleatório. A construção da amostra orientou-se pelo facto de nas histórias de vida se valorizar “*peçoas intencionalmente escolhidas pela relevância, pertinência e representatividade do seu percurso vivencial relativamente a determinado objeto de estudo*” (Rocha-Trindade *et al.*, 1995: 121).

Os contactos foram, desta forma, surgindo num processo fortuito, um homem e uma mulher (nascidos no Luxemburgo), de modo a identificar especificidades derivadas das relações de género, no sentido de obter informação que permitisse seleccionar indivíduos com o perfil adequado para integrarem a amostra. A construção da amostra foi sendo feita de forma crescente, a partir de várias fontes. Assim, o primeiro contacto (12 de

outubro de 2012) foi com o Cônsul da Embaixada do Luxemburgo em Tavira, Doutor Jorge Pereira, através do qual consegui obter uma lista de contactos de imigrantes do Luxemburgo que vivem no Algarve. Após este primeiro contacto, seguiu-se à descoberta dos entrevistadores por via telefónica (entre 7 a 21 de janeiro de 2012), sem qualquer sucesso. Por sugestão da colega de Mestrado Fátima Lichstenberg, foi elaborado um *email* e enviado aos referidos protagonistas, constados na lista de contactos, surgindo então duas respostas: da Marlene e do Raymond. E, por último, por sugestão da entrevistada (Marlene), foi efetuado o último contacto por *email* (26 de fevereiro de 2012) à Embaixada do Luxemburgo, em Lisboa, ao Sr. Embaixador Paul Schmit, com o intuito de compreender o papel desta instituição na vida dos imigrantes luxemburgueses em Portugal.

À medida que se foi prosseguindo na realização das entrevistas, e tendo partido da intenção de identificar indivíduos cujas vivências são representativas e pertinentes para esta pesquisa, não foi da mesma forma descurada a procura de um “*princípio de saturação*”. Este acontece quando a informação recolhida é excessiva, o que implica a procura de “*casos negativos*” que contrariem os dados recolhidos e as interpretações elaboradas (Bertaux 2005: 31; Digneffe 1997: 213).

Porém, no decorrer deste percurso, fomos nos apercebendo das dificuldades em encontrar “*casos negativos*”. Isso deve-se ao facto de que cada relato acrescentava informação aos anteriores. Assim, a existência de pontos de união possibilitaram identificar alguns percursos-tipo, mas o que ressalta são as singularidades das trajetórias analisadas.

3.6. A recolha dos dados

Numa fase inicial, a recolha de cada história de vida foi realizada a partir da técnica da entrevista, utilizada para a obtenção e compreensão de dados na presente investigação. Sobre esta importa referir que o conhecimento de alguns pontos da biografia dos indivíduos entrevistados constituiu um aspeto fundamental para a análise e compreensão dos percursos da imigração luxemburguesa em Portugal, sobretudo no Algarve, que são objeto de estudo, estando presentes nas questões do guião que ajudaram a concretizar a pesquisa. Foi indispensável um mínimo de três entrevistas para esta fase, tendo em atenção a disponibilidade de tempo para cada sessão por parte dos

protagonistas e os atributos comunicacionais de cada um/a. O número de entrevistas efetuadas derivou também do sucesso da tarefa de desocultação de conteúdo implícito e nem sempre presente na memória dos sujeitos, sendo essencial a escuta e a interrogação atentas da investigadora para essas experiências serem proferidas e explanadas.

Com o intuito de ir ao encontro das trajetórias de vida dos luxemburgueses, a pesquisa consistiu num trabalho de excisão de memórias, estando aí implícita a diversidade de significados e interpretações, fruto da dificuldade e da não linearidade das histórias de vida relatadas e (re) elaboradas pelos seus atores.

No tipo de entrevista adotado para este estudo, com características do estilo biográfico, muito embora as histórias de vida provoquem pouca diretividade na direção da entrevista, foi nosso desejo proceder a uma articulação de estilos, estratégias frequentes no método de histórias de vida e variante consoante o desenvolvimento da pesquisa (Digneffe 1997: 222). No entanto, pode-se referir que, de uma não diretividade inicial, de modo a dar espaço e oportunidade ao sujeito para falar sobre o seu percurso de vida a partir de uma questão muito geral (o motivo que levou os luxemburgueses a imigrar), passou-se para uma maior diretividade em ocasiões onde se procurava explicar aspetos que o indivíduo intimava vagamente ou os quais a investigadora desejava alcançar mais informação, de modo a tornar mais, as semelhanças ou especificidades nos diferentes casos.

De modo a obter conhecimento e compreensão das trajetórias destes imigrantes, a entrevista para a recolha das histórias de vida baseou-se na técnica semidirigida (ou semiestruturada, não-diretiva controlada, (Savoie-Zajc, 2003: 283) e em profundidade com determinadas características especiais, onde a exposição de memórias recentes nos irá ajudar à tomada de consciência e compreensão de algumas ações e atitudes de mudança, ocorridas nas pessoas entrevistadas e participantes no estudo.

De acordo com Benoît Gauthier (2003), Savoie-Zajc (2003):

A entrevista semidirigida consiste numa interação verbal animada de forma flexível pelo investigador. Este deixar-se-á guiar pelo fluxo da entrevista com o objetivo de abordar, de um modo que se assemelha a uma conversa, os termos gerais sobre os quais deseja ouvir o respondente, permitindo assim extrair uma compreensão rica do fenómeno em estudo (p. 283).

Nesta perspectiva, o autor definiu objetivos da entrevista semidirigida, nomeadamente tornar explícitos os contextos e realidades das pessoas participantes no estudo; a compreensão do seu mundo; ajudar a apreender, organizar e a estruturar o pensamento do interlocutor entrevistado; permitir um aprofundamento, uma reflexão, uma tomada de consciência e transformação das pessoas envolvidas (tanto do investigador, como do protagonista).

Sendo o guião um esquema da entrevista, este será o instrumento adequado para que o investigador identifique “*os temas, os subtemas e as questões de orientação a fim de recolher dados pertinentes para a investigação*” (Savoie-Zajc, 2003: 289). Estes assentaram numa lógica teórica estruturada com base na pesquisa bibliográfica, documental e experiência de terreno do investigador. Com efeito, a entrevista para a recolha de histórias de vida baseou-se em dois guiões, um em português e o outro em francês (caso o entrevistado tivesse dificuldades com o idioma), que contemplaram onze questões (vd. “*Guião de entrevista*”, em anexo):

[1] Identificação (nome, idade, nacionalidade, estado civil, local de residência, pessoas com quem vive, número de filhos, profissão, local de trabalho, habilitações literárias); [2] Situação anterior ao projeto migratório para Portugal, mais propriamente para a região do Algarve (guarda boas recordações de vida no Luxemburgo; um acontecimento que mais o marcou; recorda-se do seu passado com saudade, nostalgia ou indiferença; Portugal foi a primeira opção para o seu projeto migratório; porque decidiu sair do seu país; porque escolheu o Algarve para residir); [3] o projeto migratório no Algarve (quando chegou ao Algarve e, há quanto tempo vive nesta região (dia/mês/ano); como foi acolhido pelo povo algarvio; a decisão de emigrar foi sua ou de outra pessoa; emigrou sozinho(a) ou com outras pessoas; quando decidiu emigrar contou com o apoio de alguém; tinha familiares ou amigos no Algarve; ficou em casa de algum familiar ou de algum amigo; com que tipo de visto entrou; que transporte utilizou quando veio para o Algarve; quando chegou ao Algarve deparou-se com algum tipo de dificuldades (idioma, cultura, hábitos); quem o ajudou a ultrapassar essas dificuldades); [4] Situação laboral (a sua vinda para o Algarve tinha objetivos laborais; trabalha menos ou mais horas no Algarve do que no Luxemburgo; alguma vez foi alvo de preconceito ou discriminação no seu local de trabalho; relativamente à sua situação profissional, considera que melhorou ou piorou em conformidade à que tinha no seu país de origem;

mencione fatores de satisfação/insatisfação no seu trabalho); [5] Situação familiar (quando vai trabalhar quem cuida do(s) seu(s) filho(s)/(as)?; que mudanças ocorreram na sua família em relação à vinda para o Algarve; apoia economicamente familiares que se encontram no seu país de origem) [6] Integração na sociedade portuguesa e ligação ao país de origem (como se integrou na sociedade portuguesa; quais as principais dificuldades que sentiu; tem hábitos culturais em Portugal específicos do seu país (ver cinema e ler jornais do país de origem, ou outros...); pertence a algum grupo religioso, desportivo, político ou grupo de amigos que só integre pessoas do seu país de origem; que aspetos da sua vida gostaria de mudar; qual a sua opinião em relação aos algarvios; tem amigos portugueses; de que região; desde que está no Algarve já foi de férias ao seu país; quantas vezes; mantém algum contacto com familiares, amigos e outras pessoas do seu país; quais os meios que mais utiliza (*email*, telefone fixo, telemóvel ou carta); costuma fazê-lo com muita frequência); [7] Tempos livres (como ocupa os seus tempos livres no Algarve e como o fazia no Luxemburgo); [8] Relação com os algarvios (como vê os portugueses em geral; o que pensa dos algarvios, refira aspetos positivos e negativos; como é a sua relação com os algarvios; acha que são diferentes ou semelhantes aos luxemburgueses; como acha que os algarvios o(a) vêem; sente que a sua relação com os algarvios foi sempre boa ou sofreu alterações); [9] Satisfação com o projeto migratório (sente-se satisfeito(a) com a decisão que tomou de imigrar; se fosse hoje voltaria a tomar a mesma decisão); [10] Projetos futuros (tenciona continuar a viver no Algarve ou pensa regressar ao Luxemburgo; planeia investir numa casa ou negócio no Algarve; tem intenção de emigrar para outro país; na sua opinião, Portugal poderá ser um espaço de oportunidades para os seus filhos); [11] Tipo de autorização (está legalizado(a); tem autorização de permanência ou de residência).

Colocou-se sempre ao sujeito a oportunidade para abordar questões que julgasse serem relevantes e que não tivessem sido consideradas. Não foram introduzidos novos temas, mas realçaram-se alguns aspetos já mencionados na entrevista.

Todo este conjunto de recolha de informação permitiu-nos ordenar as histórias de vida em componentes estruturais passíveis de ser identificados e analisados, em cada uma delas, e a proceder à comparação destes elementos nos múltiplos relatos, explorando os factos, as relações entre diversos aspetos e os significados enunciados por cada interveniente.

Depois da recolha de todas as histórias de vida, e na sequência de uma leitura oscilante, que auxiliou a primeira tentativa de análise transversal dos relatos, desenvolveu-se uma segunda fase. Posteriormente à interpretação dos dados, interrogou-se novamente os protagonistas com o intento de beneficiar dos seus comentários, de modo a adicioná-los e tornar mais rico o estudo, bem como certificar as questões que se expôs.

Após a recolha das histórias de vida foi-nos permitido colocar novas questões, a fim de se poder identificar particularidades e traços comuns e, em simultâneo, reforçar a validade da investigação, já que a “*repetição das entrevistas é condição necessária para o aprofundamento da informação e seu controlo*” (Poirier *et al.*, 1999: 50). O controlo da validade dos dados pelos inquiridos consistiu numa estratégia propositada que foi tomada antes de iniciar o trabalho de campo e que foi exposta a cada interveniente.

Seguidamente, foram analisados os resultados da pesquisa, com o propósito de verificar o predomínio dos fatores (subcategorias) nos diferentes níveis de análise selecionados (categorias), e a relação entre eles, ou seja, de que forma e em que contexto os sujeitos os expressam e associam, e em que medida podem ter determinado o seu percurso de vida enquanto imigrantes. Ininterruptamente, foram transcritas as entrevistas e enviadas aos protagonistas, tal como foi acordado.

Após contactos estabelecidos por correio eletrónico com a Embaixada do Luxemburgo, (26 de fevereiro de 2012) face ao interesse manifestado pelo Senhor Embaixador, tomou-se a opção de realizar uma entrevista com a Embaixada do Luxemburgo em Lisboa, ao Sr. Embaixador Paul Schmit (vd. “*Guião entrevista*”, em anexo), com o objetivo de analisar o papel da Embaixada na vida dos imigrantes luxemburgueses em Portugal de um ponto de vista mais institucional.

3.7. Ética na investigação

Os princípios éticos constam dos códigos de conduta dos profissionais das Ciências Sociais em vários países, nomeadamente do Código Deontológico da Associação Portuguesa de Sociologia. Neste âmbito, considerou-se a sugestão de Flick (2006: 49,) na elaboração da “*Apresentação da pesquisa*”, que indica como pré-condição à participação dos indivíduos, e o “*consentimento informado*”, o qual visa dar-lhes informação sobre os objetivos da pesquisa, as expectativas do investigador e o uso dos

dados recolhidos. Através desta estratégia (Carmo, Ferreira 1998:265), estabeleceu-se um acordo com os participantes, de forma a explicar as responsabilidades de cada uma das partes. É neste cenário que Bertaux (2005) sugere por “*contrato de entrevista*” a fase em que o investigador participa aos sujeitos que deseja questionar sobre os assuntos que pretende tratar na entrevista e que consistem o núcleo do estudo, de forma a obter uma informação focada nesses aspetos e a evitar mal-entendidos e falsas expectativas (p. 39). Esta opção colhe consenso entre diversos autores, na medida em que asseguram o respeito pelos direitos dos sujeitos que nela participam voluntariamente (Flick 2006: 44-52; Carmo, Ferreira 1998: 265-266), tendo implícita que a “*responsabilidade ética deve andar a par com a preocupação científica*” (Erikson *cit. in* Lessard-Hébert 1994: 84).

Ao longo da investigação, responsabilizámo-nos por garantir a confidencialidade e o anonimato dos participantes (Flick 2006). A opção tomada foi então a de garantir a ausência de dados que consentissem a identificação dos indivíduos envolvidos, tendo-se omitido e alterado nomes próprios ou zonas residentes, com exceção de Raymond, que fez questão de entrar em cena como se de um livro se tratasse, solicitando o não anonimato. Por outro lado, decidiu-se não se efetuar a transcrição global de todos os relatos, ocultando informação mais pessoal que não fosse pertinente para a análise das trajetórias (vd. transcrição das histórias de vida apresentadas em anexo), pelo facto de, no contorno de investigação qualitativa, os dados recolhidos oferecerem numerosa informação sobre as próprias histórias de vida dos sujeitos. Estes foram os meios utilizados para respeitar o anonimato dos/as protagonistas.

4. RESULTADOS DA PESQUISA

4.1. Caracterização dos entrevistados

Entrevistámos dois imigrantes (uma mulher e um homem), entendendo como imigrantes não uma segunda geração de imigrantes, mas sim indivíduos que nasceram noutros países e que emigraram para Portugal.

Afinal, o que motivou esses luxemburgueses a saírem do seu país de origem e por que escolheram o Algarve para viver? Para responder a esta e às outras questões que envolvem o processo migratório luxemburguês, foram analisadas as histórias de vida dos protagonistas desta investigação.

Marlene tem 46 anos, tem nacionalidade luxemburguesa, reside em Lagoa, é casada, vive com o marido e tem uma filha. É proprietária de uma imobiliária de investimento, construção e revenda de propriedades, sita em Lagoa. Como habilitações literárias tem o 10º ano, acresce a formação contínua e obrigatória no setor bancário: informática, matérias jurídicas, cursos sobre matéria bancária e estágios.

Raymond tem 53 anos, tem nacionalidade luxemburguesa, reside no Carvoeiro, é casado pela segunda vez e tem dois filhos (a Mireille e o Claude). É Diretor técnico da construção e mestre de celoleiro. É proprietário do aldeamento turístico de aluguer de apartamentos, “*O Jardim do Paraíso*”, sito na Quinta do Paraíso, em Carvoeiro, e da agricultura de comida para cavalos em Porches, tendo intitulado a sua empresa de “*agroturismo*”, na medida em que aluga apartamentos e, em simultâneo, pratica agricultura de comida para cavalos. O seu local de trabalho é dividido entre o Carvoeiro, Porches e o centro de Portugal (ao lado do rio Zêzere, dentro da floresta). Como habilitações literárias tem o curso superior de engenheiro da construção civil e celoleiro, frequentado na Escola Superior de Tecnologia do Luxemburgo.

A análise comparada torna perceptível a existência de uma assinalável heterogeneidade no que respeita ao perfil etário, sexo, período de residência, número de filhos, descendência, formação escolar (apesar de exercerem funções indiferenciadas, existe um deles com formação escolar superior), com distintas motivações migratórias (Raymond imigrou por iniciativa própria por se encontrar divorciado e Marlene imigrou com o marido em resultado de uma decisão do casal, à procura de uma qualidade de vida familiar diferente).

É particularmente interessante o modo como o relato de Marlene ilustra a sua ascendência e a do seu marido.

Tabela 3 - Ascendências dos inquiridos

	Pai	Mãe
Marlene	Italiano	País de Leste

Sou filha de imigrantes que estão no Luxemburgo desde os anos cinquenta (mãe com descendências de países do leste mas crescida na Áustria e Alemanha e pai da Itália) e o meu marido filho de portugueses que imigraram em 1968 para o Luxemburgo, nos tempos onde se passava a fronteira a pé com a ajuda de passadores e com o risco de ser morto a tiro pela Alfândega.
(*Marlene*)

Raymond	Luxemburguês	Luxemburguesa
----------------	--------------	---------------

Com exceção de Raymond, Marlene relata-nos a escolaridade dos pais e dos sogros, suscitando algum interesse.

O meu pai, na Itália, do que sei foi dois ou três anos à escola, quer dizer em 1938-1940. A minha mãe tem a 6ª classe, feita na Áustria entre 1940-1946. A minha sogra, sendo a mais velha de nove irmãos, não teve direito a frequentar a escola. O meu sogro fez a 4ª classe em Portugal, entre 1948-1952. Atualmente estão todos reformados. (*Marlene*)

Complementando o relato anterior, Marlene conta-nos a trajetória da sua infância.

Tive uma infância como filha de um casal de imigrantes italo/alemão. Os meus primeiros oito anos vividos numa cidade, numa área aonde habitavam poucos imigrantes na altura. Os imigrantes italianos eram mais concentrados numa comunidade chamada “*quartier italien*”. Na escola, sofri abastante o racismo. Mais tarde, mudei-me para uma aldeia, com nove anos, e aí encontrei verdadeiros amigos que não faziam diferença de nacionalidade. Cresci com a minha cadela e com muitos outros animais. Havia vários “*elevadores*” de vacas na aldeia. O pai de uma das minhas amigas era um deles. Este facto deu-me hipótese de assistir aos

partos das vacas, brincar com elas ainda pequenas, beber o seu leite e aprender muito sobre este animal, que é muito inteligente, contrariamente ao que muitas pessoas pensam. (*Marlene*)

É de assinalar que nas histórias familiares dos inquiridos se registam situações diferenciadas relativamente à posse das nacionalidades por parte dos pais. Não obstante, houve experiências pessoais negativas (exemplo de Marlene). Este mesmo relato chama a atenção para o facto de a nacionalidade dos pais ser condição suficiente para sofrer o racismo na escola.

4.2. Análise das histórias de vida

4.2.1. Situação anterior ao projeto migratório para Portugal

Relativamente à situação anterior ao projeto migratório, Portugal foi o primeiro destino de imigração. Estes resultados devem ser analisados em articulação com os relativos aos projetos de migração para outros países. Esta investigação reconheceu movimentos migratórios pontuais e de percursos demarcados, apesar da ênfase dos autores atuais na fluidez e dispersão dos movimentos migratórios contemporâneos.

4.2.1.1. Motivação da emigração

Com exceção de Raymond, Marlene refere que, apesar de gozar de uma elevada motivação económica no país de origem, emigrou porque precisava de tempo para a família e uma qualidade de vida diferente. Raymond, confrontando-se com uma vida solitária devido ao seu divórcio, decide abandonar o seu país de origem e procurar um novo alento em Portugal. É, pois, possível identificar um fator motivacional claro na emigração – a fuga da pressão, do stresse e da frustração pela procura de uma qualidade de vida diferente (os estudos empíricos indiciam que, em relação aos que têm um nível de vida intermédio, não só lhes desperta a vontade de emigrar como lhes permite fazer face aos pesados encargos financeiros da emigração (Castles e Miller, 1998: 21).

4.2.1.2. Recordações de vida no Luxemburgo

Os relatos dos inquiridos convergem, na medida em que afirmam guardar boas recordações do Luxemburgo. Marlene relembra acontecimentos na trajetória da sua

infância e revela a pertinência do Governo luxemburguês no bem-estar da população, ofertando às famílias educação, trabalho e cuidados de saúde.

Recordo-me sempre que, no primeiro dia de escola, todos os alunos receberam um livrete com cem francos (naturalmente não acessível aos pais e bloqueados até os dezoito anos). Os nossos pais (meus e os do meu marido), imigrantes de países mais pobres e menos evoluídos (Itália e Portugal) (exceto o da minha mãe, que veio da Alemanha) (...) receberam educação, trabalho e cuidados médicos.
(Marlene)

Em concordância com a cisão anterior, Marlene complementa o seu relato clarificando a igualdade de direitos praticada no Luxemburgo comparativamente a Portugal.

Um outro ponto é a igualdade entre a população. Dou um de muitos exemplos, temos um filho, recebemos x de dinheiro, temos dois filhos, recebemos xx de dinheiro, de abono, sem diferenças, se ganhamos 500 ou 5 000. Quem ganha só 500 tem outras ajudas suplementares, mas não relacionadas com o número de filhos. Em Portugal, nunca recebi nada, porque ganhávamos bem, o que não acho justo. Todos nós contribuímos com os nossos filhos, não interessa qual o salário dos pais. É uma discriminação. (...) No Luxemburgo, pela manhã, tínhamos na escola e em pé de igualdade, um leite quente e um pão de borla. Em Portugal, nas escolas do Estado sempre nos pediram dinheiro para os mais “desfavorecidos”.
(Marlene)

O relato que se apresenta a seguir evidencia boas recordações a nível profissional.

Do lado profissional sim, porque o Luxemburgo é um país que contém força, contém energia, pode-se realizar muito resultado (...) fiz lá vinte anos de “*developar*”, coisas..., lá fiz também trabalho público, um pouco como professor para celoleiros, fiz certificações de mestres, residentes da construção, trabalhei muito no setor público (...) no Luxemburgo pode-se realizar uma situação agradável de finanças. Em relação ao país, realmente gosto mais de estar aqui (...)
(Raymond)

Atente-se na seguinte afirmação, que ilustra a má recordação a nível pessoal de Raymond no Luxemburgo:

(...) Infelizmente, a saúde, esteve um pouco reduzida, menos vida. Desse lado não foi tão agradável... não tenho bons “*souvenirs*” (...) o Luxemburgo é muito nervoso, há muito stresse no trabalho, muita pressão e também há muito stresse para realizar a escola. Na escola, há muita concorrência. A mentalidade geral, também desse lado, é já um país que pressiona muito os jovens para trabalharem mais. É uma mentalidade de trabalho, o que é mais importante é trabalhar, fazer dinheiro, desse lado, económico... e o resto é pouco. (*Raymond*)

O conjunto destes relatos valoriza a elevada conjuntura económica do Luxemburgo. Por conseguinte, no relato anterior de Raymond identifica-se a forte pressão e o stresse vividos no Luxemburgo, precedido pela frustração.

4.2.1.3. Acontecimentos que marcaram

Os dois relatos divergem, na medida em que Marlene refere não ter tido nenhum acontecimento que a marcasse, enquanto o relato de Raymond descreve percursos positivos e percursos negativos. Assinala trajetórias da sua adolescência, onde é visível a saudade e a nostalgia.

Assim, Raymond conta-nos como percursos positivos na sua juventude os momentos de sucesso que vivenciou nas várias práticas desportivas: “*quando fui jovem, fiz muito desporto, fui muito desportivo e lá tive muito sucesso (...) pratiquei atletismo, martelo, discos. Até aos dezoito anos, fui o melhor do Luxemburgo, o mais “performance” do Luxemburgo. Aos dezoito anos, recebi um prémio, o 1.º Nacional*”.

Os relatos seguintes são reveladores do papel essencial que a família pode desempenhar enquanto mobilizadora do empenho de um sujeito (jovem ou adulto). Este relato sintetiza com clareza três percursos negativos na vida de Raymond: a inexistência de apoio familiar, o divórcio, que foi marcante na sua vida, e a falta de interesse dos filhos em prosseguir a sua área profissional.

(...) os meus pais nunca aceitaram. Não gostavam. O meu pai dizia: - “*não é bom fazer desporto, não gosto, não precisas fazer desporto, precisas trabalhar*”, é isso que ele dizia. No Luxemburgo trabalha-se. Depois... bom...a situação familiar, bom..., mas a minha..., também desse lado, não há muito a dizer.

Tive a minha própria família, esposa e duas crianças, e, quando fiz 40 anos, divorciei-me e isso foi já marcante na minha vida. Uma marca negativa na minha vida, porque depois não tive a mesma situação. Não tive mais interesse em progredir. (...) mas também porque as minhas crianças, a minha filha, o filho, não tinham interesse desse lado, em continuar o meu lado profissional. A minha filha é professora de línguas e o filho é cozinheiro. O filho está cá no Algarve e a filha é professora no Luxemburgo. Todos os dois não tiveram interesse na profissão de Celoleiro, fabricação de alumínio, nada.... Não quiseram seguir a profissão do pai.
(*Raymond*)

Apesar de não ser linear observar que uma maior ligação ao passado se relacione com maiores problemas de integração e com projetos de retorno ao país de origem, os resultados levam-nos a pensar que os imigrantes que menos se ligam ao passado se esforçam mais por se integrarem no país de destino e menos possivelmente fazem projetos de retorno.

4.2.1.4. Recordação do passado com saudade / nostalgia / indiferença

Face à questão de como recordam o passado, Marlene recorda-se do seu passado com indiferença e refere: “...saímos do meu país de origem para viver ao sol”. Raymond recorda o seu passado como “*mais ou menos indiferente*” e é perentório ao afirmar: “*para mim, o Luxemburgo acabou*”.

4.2.1.5. Identidade

A pertença ao país de origem não é central para a identidade destes dois inquiridos, conforme se pode visualizar no seguinte relato. Marlene não se considera nem luxemburguesa nem portuguesa, mas sim europeia. É interessante notar que estes protagonistas nunca se sentiram luxemburgueses.

(...) não nos consideramos com mentalidades típicas luxemburguesas, mesmo por termos passado trinta e três anos da nossa vida no Luxemburgo. E não nos consideramos como “*típicos*” luxemburgueses nem como portugueses, mas como europeus. E não concordamos totalmente nem com uma nem com outra. (*Marlene*)

Ao contrário do relato anterior, Raymond comenta: “*sinto-me português, mais que outro, sim. Penso que sou mais português que outro até aqui*”. E, por fim, refere: “*já sou europeu*” (nas palavras do próprio) [risos]!

É de notar que, em relação a estes inquiridos, se identificam indivíduos cuja identidade permanece imutável, a da Europa, e o outro, cuja identidade traduz o sincronismo da pertença a diferentes/dois mundos (Horta, 2004): o mundo em que se nasce e o mundo em que se vive. A literatura recorrente a uma identidade que tem por base uma origem, o “localismo” (Bhabha, 1995 citado em Miranda, 2009:78) e uma identidade que se produz, em consequência do lugar em que se escolheu viver (ou em que outros sujeitos, pais, companheiro e maridos, preferiram que elas vivessem) e que é, necessariamente, em maior ou menor grau, uma outra parte do que se é. As identidades não se afirmam numa coerência de dicotomização, país de origem *versus* país de destino, elas advêm claramente, da articulação e contínua negociação destas duas influências e, assim se compreende, que enquanto Raymond se sente uma mistura (português/europeu), não definindo concretamente a sua identidade, Marlene afirma-se europeia, não mencionando o país de origem ou o país de destino.

4.2.1.6. Primeira opção do projeto migratório

Para ambos, Portugal foi o primeiro país de destino do projeto migratório. O projeto migratório para Portugal, mais propriamente para a região do Algarve, revela-se um destino bem circunscrito e definido e com uma etapa de uma trajetória mais ampla.

Estes resultados devem ser analisados em articulação com os relativos aos projetos de migração para outros países. De facto, esta investigação identificou movimentos migratórios pontuais e de trajetórias demarcadas.

4.2.2. Projeto migratório no Algarve

4.2.2.1. Razões de escolha do Algarve

Coloca-se a questão de compreender porquê Portugal, mais propriamente o Algarve em detrimento de outros países ou regiões. Os fatores que influenciaram a escolha são unânimes nos dois protagonistas. Entre os elementos que influenciaram a escolha sobressai o facto de o Algarve ser uma zona “*com mais influências estrangeiras*”

(*Marlene*), onde habitam pessoas que falam “*inglês, francês, alemão*” (*Raymond*), e ainda o sol e a praia, o que não deixa de ser curioso.

4.2.2.2. A decisão de imigrar

O relato seguinte sublinha a força de motivações subjetivas no envolvimento físico e psicológico para com a família. Subjacente a uma qualidade de vida diferente, encontra-se um sentimento de bem-estar por realizar algo que é positivo para outrem, nomeadamente o marido e a filha. É este objetivo de fazer o bem comum que reforça a motivação individual e permite uma identificação do projeto de vida pessoal.

Sáímos do nosso país após "*os anos de ouro*" e, na altura, com o LUF a cinco vezes mais do valor do Escudo. Financeiramente, fazia parte, na altura, da classe média luxemburguesa, mas notámos que não tínhamos tempo para a nossa filha (com cinco anos) e decidimos viver com uma qualidade de vida diferente. (*Marlene*)

Esta frase sintetiza claramente a decisão de *Marlene* alterar a sua trajetória para Portugal, resolve trocar uma elevada situação económica no Luxemburgo para conquistar um novo alento familiar em Portugal.

Contrariamente ao relato de *Marlene*, *Raymond* expressa momentos de um percurso solitário. Divorciado, sem ocupação profissional por ter cedido a parte da sua sociedade ao irmão, decide vir de férias a Portugal a convite de um casal amigo e apaixonou-se por este país de sol, com um ambiente social favorável, inversamente ao Luxemburgo.

Decidi sair do meu país, porque estava divorciado. Não quis trabalhar nem morar mais no Luxemburgo, sem esposa, sozinho e sem ocupação profissional. Não dá grande prazer. Aqui é diferente, é outra coisa.... As principais razões foram o estar sozinho e não gostar da ocupação profissional. Devo dizer que agora não vale a pena estar lá. O clima, o ambiente social ou outra coisa, não é uma vantagem lá. Ao contrário, não há muito. Aqui é diferente (...). (*Raymond*)

4.2.2.3. Quem toma a decisão de emigrar

No caso de *Marlene*, a decisão de emigrar é tomada pelo casal. No caso de *Raymond*, a decisão de emigrar é da sua exclusiva responsabilidade.

Podemos considerar que, há alguns anos, este panorama seria improvável: sujeitos que, insatisfeitos com o clima, com ambiente social e com a vida familiar no país de origem, decidem emigrar, tornando-se verdadeiros protagonistas do processo migratório.

Há um caso a salientar, pela coragem que traduz. Um dos casos é o de Marlene, que veio para o Algarve juntamente com o seu marido, sem conhecerem a região e sem terem cá amigos ou familiares.

4.2.2.4. Recordação do dia de chegada

De modo idêntico, Marlene e Raymond recordam-se com precisão do ano de chegada, mas não se recordam do dia e do mês. O momento de chegada é um contexto marcante na história das suas vidas, dia em que, para além do valor emocional, não pode ser esquecido, atendendo ao facto de os documentos e os direitos que vão sendo adquiridos estarem dependentes do fator tempo de estada no país.

4.2.2.5. Datas de chegada a Portugal

Marlene e Raymond estão em Portugal há períodos de tempo distintos e variáveis entre treze anos (Marlene) e sete anos (Raymond), pelo que cada inquirido tem tempos de permanência distintos.

Tabela 4 - Com quem emigraram, quem têm no Algarve, datas de chegada

	Data de chegada	Com quem emigraram	Quem têm no Algarve
<i>Marlene</i>	1999	Marido, filha e dois cães	Ninguém
	“Chegámos ao Algarve em 1999... (...) Emigrei com o meu marido e a minha filha e com dois cães”.		
<i>Raymond</i>	2005	Mulher	Amigos
	“Chegámos ao Algarve em 2005... (...) Emigrei com a minha esposa (Petra) que nesse tempo era amiga”.		

Assim, constata-se que Marlene chegou a Portugal em 1999 e Raymond em 2005. A história migratória de cada imigrante deverá ser contextualizada na história da comunidade em Portugal, fazendo Marlene parte de uma comunidade mais antiga e mais enraizada na sociedade portuguesa, enquanto a comunidade de Raymond é a mais recente.

4.2.2.6. Redes migratórias

A tabela 4 procura estruturar a informação relativa a:

- Com quem emigraram Marlene e Raymond: sozinhos, acompanhados por marido ou mulher, filhos, outros familiares e/ou outras pessoas;
- Quem têm em Portugal: Não têm ninguém no Algarve, familiares e/ou amigos no Algarve.

Como se pode observar, existe uma ligeira diferença de situações migratórias. Os resultados indicam que a rede de apoio aos inquiridos era inexistente ou constituída por um reduzido número de indivíduos. As ligações históricas entre os países, (Luxemburgo/Portugal) que permitem proximidades e continuidades sócio-culturais, podem favorecer não só o desenvolvimento das redes, assim como a proximidade entre os próprios países em criarem parcerias recíprocas, que facilitem a mobilidade dos seus membros. Para Massey et al. (1993), as redes são uma forma de capital social e um importante elo de ligação entre os países emissores e recetores.

4.2.2.7. Quem apoia a decisão de emigrar / quem apoia no país de destino

Na tabela 5, é descrito, em relação a cada inquirido, quem apoiou a decisão de emigrar e quem apoiou, de facto, estes dois atores no país de destino.

Tabela 5 - Quem apoiou a decisão de emigrar / quem apoiou no país de destino

	Pai	Mãe
Marlene	Italiano	País de Leste

Sou filha de imigrantes que estão no Luxemburgo desde os anos cinquenta (mãe com descendências de países do leste mas crescida na Áustria e Alemanha e pai da Itália) e o meu marido filho de portugueses que imigraram em 1968 para o Luxemburgo, nos tempos onde se passava a fronteira a pé com a ajuda de passadores e com o risco de ser morto a tiro pela Alfândega.
(*Marlene*)

Raymond	Luxemburguês	Luxemburguesa
----------------	--------------	---------------

Os relatos anteriores divergem, na medida em que Marlene refere não ter recebido apoio de ninguém, seja na decisão de emigrar, seja no país de destino. O mesmo não se observa com o relato de Raymond, que refere ter recebido apoios pontuais por parte de familiares que estão no Luxemburgo e de amigos que já se encontravam em Portugal.

É de referir que nenhum dos inquiridos refere conhecer ou mesmo recorrer a serviços de acolhimento de imigrantes ou ter recebido apoio por parte de qualquer instituição pública ou privada.

Procurou-se compreender como funcionam as redes na comunidade em causa. Se, por um lado, parece verdade que as redes cumprem um papel significativo enquanto fatores desprendedores da decisão de emigrar, o facto é que tal decisão pode ter lugar sem que exista a tal rede (de notar que Marlene emigra com o seu marido, sem ter ninguém no Algarve). Subsiste, ainda, a questão da relação entre existência/ausência de redes de apoio e a integração. Uma análise conjunta dos resultados leva-nos a refletir que a existência de rede é um fator de integração, apesar de esta obedecer a uma variedade de outros fatores interligados entre si.

4.2.2.8. Acolhimento no país de destino

Ao contrário de Marlene, Raymond salienta as características dos portugueses como “*muito gentis*”, “*bom caráter*”, “*abertos*”, “*simples*” e “*muito positivos*”, não respondendo diretamente à questão colocada.

Como ilustrado no relato seguinte, Marlene expressa o mau acolhimento pelo povo algarvio e, em simultâneo, elogia uma receção geral positiva por parte dos portugueses que residem no Algarve.

Fomos acolhidos, em geral, bastante mal por parte do povo algarvio, com mentalidades fechadas e aproveitadoras. Na escola pública, onde a nossa filha andou no 2º e 3º ano, sofreu bastante por ser estrangeira... Pela restante população portuguesa residente no Algarve fomos recebidos com gentileza. O nacionalismo faz parte da estupidez humana. Só mentalidades fechadas julgam as pessoas de acordo com a nacionalidade em vez da personalidade. Infelizmente, esta estupidez viveu-se também nos primeiros anos da nossa vida no Algarve, sendo aí, novamente, considerados estrangeiros. Hoje, como temos o nosso cerco de amigos, internacional e português, já não nos importa encontrar às vezes pessoas com preconceitos. *(Marlene)*

4.2.2.9. Situação habitacional no Algarve

Relativamente à habitação aquando da chegada ao Algarve, Raymond refere que, inicialmente, viveu em casa de amigos (o Vítor e a Ivone). Marlene, por outro lado, conta: “*quando chegámos a Portugal..., comprámos a nossa própria casa*”. Com o passar do tempo, Raymond, também adquiriu casa própria.

Em 2005, no final do inverno, eu disse à Petra (sua mulher) que não queria mais regressar ao Luxemburgo e pedi que ficássemos aqui e comprei o meu primeiro apartamento para morar aqui e cá estou. *(Raymond)*

Estes dois inquiridos que compraram casa no Algarve têm um projeto de vida em Portugal, devendo estes resultados ser articulados com os relativos aos projetos de vida. Estes resultados são, de alguma forma, indicadores do elevado nível de vida dos protagonistas, agregado à conquista de melhor qualidade de vida em Portugal.

4.2.2.10. Documentação de entrada

Esta questão está bem patente nos seguintes relatos, que fazem notar uma influência significativa por terem chegado no momento em que o Luxemburgo faz parte da comunidade europeia, pelo que não precisaram de visto de entrada.

(...) O Luxemburgo faz parte das comunidades. Livre circulação de bens e de pessoas = tratado de Schengen (Luxemburgo). Visto é para toda nacionalidade fora das comunidades. (*Marlene*)

O relato de Raymond acresce que: (...) “*só tive o passaporte e o Cartão de Identidade. No primeiro tempo vim como turista, depois fiz a residência provisória, porque, com a nova Lei, é fácil. Tive de ir à Câmara e tirei a licença de residente, sem haver qualquer problema; é fácil*”.

É de salientar que o Espaço Schengen permite a livre circulação de pessoas dentro dos países signatários, sem a necessidade de apresentação de passaporte nas fronteiras. Porém, é necessário ser portador de um documento legal como, por exemplo, o Bilhete de Identidade. A permissão da residência e circulação e as garantias dadas em qualquer país dentro do Espaço Schengen propulsionaram, algumas das mudanças nas características da emigração e dos emigrantes.

4.2.2.11. Meio de transporte

De modo idêntico, os relatos seguintes de Marlene e Raymond referem a utilização do carro como meio de transporte para viajar até Portugal.

Quando viajámos para Portugal, utilizámos o carro, como tínhamos dois cães (...)
(*Marlene*)

Quando vim para Portugal pela primeira vez para passar férias, vim de avião; depois, quando vim para morar, vim de carro. Trouxe coisas lá dentro e depois aluguei um camião para a restante mercadoria, móveis e outras coisas. A viagem de carro foi muito longa, perto de três mil quilómetros, que dá quase três dias...
(*Raymond*)

4.2.2.12. Dificuldades no país de destino

Os dois relatos pessoais convergem, na medida em que referem não terem sentido dificuldades no idioma, na cultura e nos hábitos quando chegaram ao Algarve e destacam a vantagem de ser uma região turística, multicultural, “*aberta e internacional*” (nas palavras do Raymond).

As dificuldades que encontrámos quando chegámos ao Algarve, posso dizer que o idioma não, porque o meu marido é de origem portuguesa, mesmo que tenha vivido desde os seus quatro anos no Luxemburgo. A nossa filha falava algumas palavras, mas com seis anos foi a questão de um trimestre para conseguir falar português. Eu aprendi rapidamente no dia a dia, tal como no seguimento dos trabalhos de casa da minha filha. O facto de conhecer a língua italiana ajudou-me bastante. Em relação à cultura e hábitos, não quero chamar a isto dificuldades, mas foi preciso uma fase de adaptação (...) Como imigrante, a regra principal é adaptarmo-nos ao país, mantendo a nossa própria cultura sem a querer impor aos outros. Respeito os outros para que me respeitem a mim (...) qualquer que seja a nação, valores que nunca mais se perdem. (*Marlene*)

Não me lembro de ter dificuldades com o idioma, com a cultura e com os hábitos. No Algarve é fácil (...) e digo que desse lado turístico é fácil, porque a cultura é muito aberta e internacional. Por outro lado, conheço bem o centro de Portugal e tenho também lá um sítio turístico, lá é muito importante falar a língua, conhecer um pouco as características das pessoas, aí já preciso experiência. (*Raymond*)

É de notar que o Algarve é, atualmente, uma das regiões marcada pela diversidade social, étnica, cultural e geracional, concentrando-se ali um número expressivo de residentes e trabalhadores imigrantes de origem estrangeira, onde a dimensão multicultural surge como um dos fatores fundamentais para a atratividade da região, que se pretende cosmopolita e multicultural. Ao referenciar este conceito ao espaço, este assume uma outra amplitude, enquanto justaposição espacial de pessoas com distintos sistemas culturais que, consciente ou inconscientemente, podem, segundo Steinberger (1997), construir ou reconstruir um território comum e produzir uma cultura única ou, eventualmente, uma nova identidade multicultural.

Por outro lado, os alicerces culturais, de identidade e comunidade servem, no contexto da globalização, como forma de resistência contra forças de centralização e

homogeneização. Assim, a capacidade de uma determinada identidade cultural para interagir de forma dinâmica com o seu contexto envolvente, mantendo os seus traços distintivos, permite aos membros da comunidade estabelecer um processo de integração com a sociedade de destino. Os imigrantes e os seus descendentes não têm (ou não deverão ter) uma identidade étnica fechada, estática e homogénea, mas antes múltiplas referências identitárias influenciadas pela diversidade cultural e social das referências que incidem sobre si (Castles, 2005).

O relato seguinte descreve de que forma o Governo do Luxemburgo tem um papel facilitador na vida dos imigrantes. É sua preocupação disponibilizar documentos importantes escritos em línguas distintas, nomeadamente na língua alemã, francesa e “*adicionalmente na língua portuguesa*”, nas palavras de Marlene, que considera que mais nenhum país da União Europeia pratica tal ato.

Posso também confirmar que não vi país nenhum como o Luxemburgo na CEE, onde o governo emite todos os documentos principais em francês e alemão e adicionalmente na língua portuguesa, um dos muitos passos que o governo tomou, para facilitar a imigração. (...) este sistema facilita muito a vida dos imigrantes portugueses, o mal, do meu ponto de vista, é que a maioria dos portugueses adultos não faz muito esforço para aprender a língua do país onde estão a viver. (*Marlene*)

A questão linguística como facilitador da imigração é, certamente, uma explicação ponderável que, por exemplo, justifica a não necessidade de apoio na tradução de documentos, no preenchimento de formulários, na compreensão das leis de imigração e a não necessidade de intermediação junto de várias entidades.

O relato de Marlene adiante apresentado admite a facilidade de se desenvolver uma atividade em Portugal comparativamente ao Luxemburgo. Neste caso em particular, a protagonista reconhece que o imigrante que tenha capital e respeite as leis incumbidas pela nação tem toda a legitimidade de conceber um negócio, contrariamente ao Luxemburgo, onde é necessário cumprir quatro anos de trabalho acrescido de um diploma adequado.

Se um estrangeiro pretender desenvolver uma atividade, é muito mais fácil em Portugal. Explico, no Luxemburgo, já em 2000, se quisesse criar uma empresa ou trabalhar por conta própria, por exemplo, na construção ou no imobiliário, o que foi

o nosso caso, era obrigada a ter trabalhado no mínimo quatro anos nesta área e só com o diploma adequado se podia criar a empresa. Em Portugal, em vez, chega ter o capital necessário e respeitar as leis relacionadas com a atividade para abrir a empresa. A nossa formação na área da construção foi a nossa experiência no terreno (no Luxemburgo). Tivemos que nos interessar desde o início sobre questões relacionadas com a nossa atividade e outros assuntos (impostos, leis, etc.). A nossa escola foi que andámos sempre bem aconselhados de um advogado, de um contabilista e de um jurista. Formação oferta = zero, é tudo contra dinheiro. (Marlene)

4.2.3. Situação laboral

4.2.3.1. Objetivos laborais

Há uma nítida clarificação nos relatos de Marlene e Raymond, quando referem que os seus percursos para o Algarve não tiveram objetivos laborais. Marlene conta-nos que foi persuadida pelo sol e por uma qualidade de vida familiar, enquanto Raymond, delatado pelo cansaço, elegeu o gozo de férias, preferindo a praia e o descanso.

A minha vinda para o Algarve não tinha objetivos laborais; como já referi, foi o sol que nos convenceu. (Marlene)

No primeiro momento, gostei só de fazer férias, porque tive tanto trabalho nos últimos anos, estive tão cansado, que só queria ir à praia, fazer um pouco festas e férias. (Raymond)

Os resultados comprovam que os inquiridos não tiveram objetivos laborais em Portugal. Porém, com o passar do tempo dão conta de realização de projetos pessoais. O próximo relato é ilustrativo do projeto de vida do Raymond.

Logicamente que, depois de 6 meses, precisava já de alguma coisa. A primeira ideia foi comprar uma quinta, porque queria fazer um pouco de agricultura, mais natural.... Não me interessava o trabalho pelo lado económico, mas sim de fazer uma coisa do lado natural. Tive a fortuna de “trovar” um terreno em Porches. Isso foi o início do projeto, a ideia de construir esse sítio... agricultura com turismo, agroturismo.... (...) fizemos a empresa e agora tenho já três projetos todos na direção da saúde e da natureza. No centro de Portugal tenho o outro negócio, ao lado do rio Zêzere, na floresta que tem ao lado a grande barragem do Cabril, em Oleiras, Pedrego, é desse lado. É um pouco uma

vantagem a crise, porque temos a possibilidade de praticar bons preços, boa mão de obra e bom material. (Raymond)

4.2.3.2. Horários de trabalho

Os dois relatos que a seguir se apresentam elucidam a semelhança/diferença da quantidade de horas trabalhadas no Algarve e no Luxemburgo. Marlene refere não trabalhar nem mais nem menos, mas antes de forma distinta, *clarificando* a importância de ser “*independente*” no Algarve e de no Luxemburgo ser “*empregada*”. Por outro lado, Raymond utiliza a palavra “*atividade*” para designar o trabalho. A contextualização da resposta permite-nos compreender que, de facto, se trata de trabalho. Refere trabalhar menos e fazer mais atividade, considera o “*trabalho vida*” (nas palavras do próprio), sente paixão pelo que faz e, apesar de trabalhar mais horas, não sente que trabalha.

Não trabalho nem mais nem menos no Algarve ou no Luxemburgo, mas de maneira diferente, antes empregada, depois independente e não dá para comparar sempre com o “*melhor e pior*”. (Marlene)

Falar de trabalho, posso dizer que trabalho menos, mas de atividade, posso dizer que faço mais. Não se pode ver isso como trabalho. Não é trabalho, é vida! Aqui, estou conformado do que faço e não tenho a impressão de que trabalho. Gosto de fazer. Faço muitas horas, mas não sinto que trabalho. As horas trabalhadas aqui e lá no Luxemburgo são quase iguais, mas aqui faço com mais prazer. (Raymond)
[risos]!

4.2.3.3. Preconceito / Discriminação no local de trabalho

As respostas às questões relativas ao preconceito e à discriminação no local de trabalho foram analisadas conjuntamente. O preconceito é uma atitude que se poderá ou não traduzir em comportamentos discriminatórios. No entanto, através das suas respostas, os atores referiram nunca terem sentido preconceito ou discriminação por serem o chefe da empresa (Raymond) e a mulher do dono da imobiliária (Marlene).

Direi que não fui alvo de preconceito ou discriminação no meu local de trabalho, em todo o caso não abertamente, porque ... sou a esposa do dono da imobiliária. (Marlene)

Não, nunca fui discriminado porque sou o próprio chefe. Pode ser que haja outros que são vítimas e não eu. Não sou vítima! (*Raymond*)

Assim, apesar de estes inquiridos relatarem não sentir preconceito nem discriminação, são raros os relatos onde não são reveladas ocorrências de discriminação no local de trabalho, ou em trabalhos anteriores, ou sentidos pelos familiares (maridos ou filhos), ou vivenciados no dia a dia (supermercado, escola, paragem de autocarro).

4.2.3.4. Situação profissional comparativamente à situação no país de origem

Os relatos pessoais de Marlene e Raymond permitem ilustrar o contexto da situação profissional no país de origem comparativamente a Portugal. Dito de outro modo, se melhorou ou piorou a situação profissional desde que residem em Portugal.

Assim, o discurso de Marlene clarifica as diferenças salariais existentes nos dois países e destaca o baixo salário auferido em Portugal. Deixa bem claro que, se tivesse que trabalhar para um patrão, nunca teria escolhido Portugal como país de destino. Contrariamente, revela a pressão sofrida no Luxemburgo e a falta de tempo existente para “*tomar um café ou tempo para a família*” (nas palavras da própria).

É muito fácil de resumir, comparando o Luxemburgo e Portugal. A nível da minha situação profissional, posso dizer que em Portugal os salários são muito inferiores. Nunca teria vindo se fosse obrigada a trabalhar para um patrão. Quanto à minha situação profissional em Portugal, a nível económico foi bom até chegar a crise. (...) posso referir que no Luxemburgo tinha colegas e chefes de trabalho e em Portugal fui sempre eu a patroa. Lógico que como empregada ganhava de certeza mais no Luxemburgo do que em Portugal. Em 1999, ganhava-se uma média de cem mil francos e mais como empregada bancária com alguns anos de experiência, o que dá cerca de dois mil e quinhentos euros, mais os extras, mas com uma pressão enorme. Para fazer parte desta classe média, não havia tempo para ir tomar um café durante as horas de trabalho ou tempo para a família. (*Marlene*)

Em concordância com a cisão anterior, o discurso seguinte revela vantagens económicas e financeiras no Luxemburgo e desvantagem a nível de ambiente social. É também justificado pelo próprio a competição e inveja por parte dos luxemburgueses e estima e afetuosidade por parte dos portugueses.

Depende. Economicamente, pode-se dizer que tive uma situação muito agradável no Luxemburgo, é verdade, muito difícil de realizar resultados económicos aqui, social, é completamente ao contrário, aqui tenho mais prazer de fazer alguma coisa, porque é mais fácil ter sucesso. No Luxemburgo, tem concorrência e, quando se tem sucesso, os outros sentem inveja, não gostam. Aqui, quando se tem sucesso, as pessoas juntam-se e gostam, existe mais afetividade e ficam contentes se tudo corre bem. No Luxemburgo é o contrário. Gosto mais de estar aqui. Penso que tenho mais sucesso económico no Luxemburgo, social aqui e financeiro no Luxemburgo, é mais fácil, porque ganha-se mais. *(Raymond)*

4.2.3.5. Satisfação / Insatisfação no trabalho

Relativamente a esta questão, Marlene faz referência a uma liberdade limitada, por parte de um empresário, por não poder usufruir dos domingos ou dos feriados. Em simultâneo, salienta ligeiras vantagens, nomeadamente autonomia para ir à praia sempre que tenha vontade ou, então, descansar à hora do almoço. Acrescenta a paixão pelo imobiliário e critica a atual economia portuguesa por arruinar o setor do imobiliário.

Trabalhar por conta própria... quer dizer, não há domingos nem feriados, mas, quando apetece ir à praia e descansar à hora do almoço, está livre de o fazer. O imobiliário tornou-se uma paixão que, infelizmente, foi destruída pela má economia portuguesa hoje. *(Marlene)*

No próximo relato, observa-se a satisfação de Raymond, assente no prazer pelo que faz.

(...) gosto de tudo o que faço. Gosto de fazer e não tenho a pressão de fazer coisas que não gosto. *(Raymond)*

Contrariamente à satisfação, Raymond ilustra a sua insatisfação e descreve as dificuldades que sentiu em encontrar portugueses qualificados, competentes e responsáveis, apesar de várias tentativas efetuadas. Reconhece o desejo de trabalhar com portugueses e não com estrangeiros.

(...) tenho problemas de “trovar” pessoas qualificadas junto da sociedade. Tenho problemas de informação, de contactos... Posso delegar nos outros mais responsabilidades, já fiz muitas tentativas, mas, infelizmente, não funciona... Essas pessoas não são competentes ou não gostam de assumir responsabilidades; se falamos de responsabilidades, essas pessoas não gostam. Gosto de trabalhar com

pessoas portuguesas. Eu gosto de trabalhar com portugueses em Portugal e não multinacional. (...) gosto também de trabalhar com estudantes ou pessoas mais jovens, que mostram interesse em evoluir e de ter responsabilidades. Preciso de trabalhar mais desse lado, para ter contactos. E aqui não é fácil de fazer, para mim não é tão fácil. (*Raymond*)

De modo idêntico, o relato de Marlene deixa entrever o mesmo dilema descrito por Raymond e elogia o trabalho das pessoas e empresas do norte do país.

Tenho dificuldades de encontrar pessoas competentes e responsáveis. Ao longo dos anos, encontrei alguns, mas é difícil. Em geral, são pessoas ou empresas do norte do país, para trabalhar prestam muito mais. (*Marlene*)

É de assinalar que, apesar dos inquiridos estarem satisfeitos com os seus trabalhos, também revelam insatisfação que está, implícita ou explicitamente, relacionada com o facto de não encontrarem portugueses qualificados, competentes e responsáveis.

4.2.4. Situação familiar

4.2.4.1. Quem cuida dos filhos

Esta questão apenas se coloca à Marlene, que nos conta: “*como tínhamos liberdade a nível de horário, fomos sempre nós a nos ocupar da miúda*”. Raymond foi perentório ao referir “*... tenho os meus dois filhos, a Mireille, com 25 anos, e o Claude, com 22 anos, por isso, não há mais esse problema de cuidar dos filhos*”.

4.2.4.2. Mudanças ocorridas em resultado da imigração

O seguinte discurso revela a razão de Marlene alterar a sua trajetória para Portugal. Em troca de uma qualidade de vida diferente, a protagonista resolve renunciar a vida ostentosa que tinha no Luxemburgo. Deste modo, com a sua vinda para o Algarve, Marlene assume que aprendeu a conviver, a ser humilde, a dar o devido valor à família e aos amigos.

Quando saímos do Luxemburgo, tínhamos tudo, desde casa, carro, dinheiro, mas esquecemo-nos de viver e não tínhamos tempo para a nossa família. O povo português ensinou-nos o que é o convívio, a humildade e a dar importância à família e aos amigos. (*Marlene*)

É curioso observar o relato de Raymond, que revela um certo nervosismo e inquietação relativamente a esta questão. Porém, “*esquivando-se*” à pergunta, refere: “*não houve muitas mudanças porque não fiz muitos contactos familiares, desde o tempo do Luxemburgo nos últimos anos. (...) Posso dizer que faz sempre alguma mudança mas não é importante*”. (Raymond)

4.2.4.3. Apoio económico à família

Relativamente à questão se apoiam familiares no país de origem, observou-se divergências nos dois relatos, na medida em que Marlene refere não enviar dinheiro para ajudar os familiares no país de origem por estes não necessitarem e Raymond refere a ajuda (mais pontual) a familiares.

É de salientar que as remessas dos imigrantes são fundamentais para valorizar o contributo dos imigrantes no desenvolvimento quer dos países de origem quer dos países de destino.

4.2.5. Integração na sociedade portuguesa e ligação ao país de origem

4.2.5.1. Integração

O conceito de integração é dúbio. Segundo OIM (2008) “*A integração é a condição (ou processo) de se sentir membro integral e ativo da sociedade em que vive, dispondo dos meios e oportunidades para participar, tanto quanto se queira, num contexto social e cultural mais abrangente*” (p. 13). A avaliação da integração pode ser concretizada com base num complexo conjunto de indicadores (OIM, 2008). Foi nossa pretensão analisar a perceção da integração e não a integração si, sendo questionado aos inquiridos se se sentiam integrados na sociedade portuguesa.

Tomando como ponto de partida os relatos de Marlene e de Raymond, constata-se que estes se sentem integrados na sociedade portuguesa. Raymond reconhece que precisou de tempo para compreender as atitudes e os comportamentos dos portugueses e valoriza a região do Algarve por ser multicultural. Comprova-se que a diversidade étnico-cultural nas cidades, nomeadamente o seu carácter cosmopolita, marca estes lugares étnicos urbanos com uma certa herança cultural e de vida de comunidade (Lin, 2011), o que, segundo Zukin (1995), tem impactos significativos e positivos, no sentido da

integração social, de reforço das identidades e facilitadoras da cooperação. (Viegas, 2004: 42).

(...) quando vim, precisei de compreender, precisei de tempo para compreender como funciona, porque o português funciona diferentemente de quem o conhece. (...) aqui, no Algarve, tenho de dizer que há já a situação que não soa a português, porque tem ingleses, holandeses, franceses, alemães e mais outras nacionalidades. (Raymond)

Em concordância, Marlene acrescenta que *“a mistura de nacionalidades é a melhor coisa que pode acontecer a qualquer país, sob condição do imigrante integrar-se totalmente e do habitante do país da imigração criar mentalidades abertas e apoiar o imigrante. Só quem viveu vida de imigrante percebe do que estou a falar”*. (Marlene)

Este resultado converge para um sentimento generalizado de integração para o qual contribui a própria integração do domínio da língua, da convivência, da aquisição de casa própria, da residência, entre outros fatores. A mescla de nacionalidades é mencionada pelos protagonistas como fator de espontaneidade, por ser uma região multicultural, e que funcionou, uma vez dominado, como agente de integração.

Na mesma linha de ideias, Raymond esclarece que o alicerçar da integração também decorre do carácter nacional. Noutra perspetiva, veja-se que o protagonista sublinha que se sente estrangeiro e não integrado quando opina sobre política com os portugueses. Corrobora novamente com o fator tempo, como causa primária para a integração, conforme se observa no relato seguinte:

Por um lado, é mais fácil, por outro lado é também complicado, porque é preciso ter carácter nacional, todos os países têm carácter nacional e aqui existe muito. É interessante saber como trabalham para conhecer como funciona. Como há coisas especiais, intimas, já se pode verificar que não sou português, que sou estrangeiro. Quando falo com os portugueses de uma coisa especial, de uma coisa importante ou mesmo de uma opinião política, sinto-me um pouco tímido. Por exemplo, se tu és holandês, penso *“veramente”* que nós... ‘é normal, já posso sentir que não estou integrado. Eu penso que é normal, precisa-se de mais tempo. (Raymond)

Marlene, ao justificar o sentimento de integração, lembra a trajetória da sua infância e adolescência no Luxemburgo e comenta: *“sofremos bastante por sermos filhos de*

estrangeiros, mesmo sendo a nossa integração rápida... Já nestes tempos o Governo luxemburguês apoiava os imigrantes, fazia e continua a fazer tudo para que a integração se faça rapidamente”.

Os argumentos que têm vindo a ser expostos nesta questão permitem esclarecer que a noção de integração não é automática, sendo antes uma conquista progressiva, nítida nos relatos de Marlene e Raymond, que tiveram dificuldades iniciais que foram ultrapassando com o tempo.

4.2.5.2. Dificuldades sentidas

Quando interrogados sobre as principais dificuldades que sentiram quando chegaram ao Algarve, o relato de Marlene destaca-nos para o fraco desenvolvimento do país, nomeadamente a complexidade e a falta de lógica da administração portuguesa. Porém, remete-nos afirmativamente para o atual desenvolvimento da nação, apesar de se notar, ainda, alguma dissemelhança relativamente à organização dos países do norte, do sul da Europa e do Luxemburgo.

Quando cheguei, em 1999, tudo que era administração, parecia-me estar num país com trinta anos de atraso, complicado e pesado e, muitas vezes, sem lógica nenhuma. Felizmente, isto também desenvolveu pelo positivo, mesmo que ainda hoje não se compare a organização dos países do norte da Europa com os do sul (não é só um problema português). Qualquer papel ainda hoje custa caro em Portugal em comparação com o Luxemburgo. Para ter sempre tudo como estava habituada no Luxemburgo, tive que pagar um seguro privado de saúde e até a escola privada, tendo-me sido recusado o abono. *(Marlene)*

O relato de Raymond, que a seguir se apresenta, aponta para experiências descritas pelos amigos sobre as dificuldades que os portugueses têm em fazer amizades com os imigrantes e destacam dois aspetos: primeiro, a permanência a curto ou a longo prazo dos estrangeiros na região; segundo, os interesses pessoais dos portugueses pelos estrangeiros com elevado nível socioeconómico.

Um dos primeiros amigos portugueses que tenho aqui disse um pouco disso: - *“os portugueses têm problemas em fazer amizade com estrangeiros, ...existem duas coisas: a primeira é que não estão certos por quanto tempo vai ficar aqui, existem muitos estrangeiros que estão aqui por um, dois, três, quatro anos e depois vão-se*

embora”. E o outro disse: –“*a partir do momento em que tu gostas de comprar, de pagar, que tens dinheiro, são gentis, mas no momento em que tu gostas de estar só com amigos privados, há um limite*”. No momento em que não há mais para vender ou não há mais para comprar, gostam de falar em privado e não têm mais interesse. (Raymond)

Nesta linha, pode-se referir que a *etnicidade* estabelece-se por partilha de cultura (estabelecendo fronteiras com outras, locais) e por ocupação e/ou utilização de espaços comuns. Esta “*afirmação de diferença*” é vista pela população nativa, muitas vezes, como um espaço de ameaça à identidade maioritária ou geral (Castles, 2005).

4.2.5.3. Hábitos culturais

Em termos de hábitos culturais, confirma-se uma tendência generalizada para os inquiridos acederem a canais televisivos alemães e franceses, Marlene acrescenta o acesso a canais ingleses e italianos. Ambos indicam não gostar de ver televisão portuguesa e Marlene complementa a sua não apreciação: “*não gosto da televisão portuguesa porque não mostram nada de jeito e parece que evitam informar o povo sobre o resto do mundo*”. Na mesma perspetiva, Raymond refere ler jornais alemães e franceses e ainda “*os jornais portugueses... só para ver as atualidades de Portugal*”. Para além disso, escuta rádio portuguesa, porque “*existem programas portugueses de que gosto*” (nas palavras do próprio).

Em termos de culinária, Marlene pratica uma culinária híbrida, integrando pratos portugueses e do seu país de origem e revela-nos: “*guardei, naturalmente, alguns pratos que cozinho de vez em quando, mesmo hoje adotei a minha maneira geral de cozinhar à portuguesa*”.

4.2.5.4. Pertença a grupos que só integrem pessoas do país de origem

Os discursos a seguir apresentados são uníssonos, na medida em que referem não pertencer a grupos que apenas integrem elementos do seu país de origem, o que pode ser considerado um resultado em prol da integração na sociedade portuguesa.

É visivelmente interessante verificar a justificação de Raymond quando refere que: “*não há muitos luxemburgueses aqui, eu sou sozinho do Luxemburgo. Não conheço. Tenho*

um amigo, mas tenho muito pouco contacto. O meu amigo é muito gentil, mas é já mais velho e não muito ativo, está todo o tempo em casa, faço visitas para beber uma cerveja em conjunto...” Esta frase ilustra nitidamente os poucos luxemburgueses que residem no Algarve.

Raymond descreve-nos de que modo é que a experiência religiosa, independentemente de pertencer ou não a um grupo, influencia a sua paz de espírito e permite o convívio com distintos grupos multiculturais, o que considera vantajoso e interessante.

Há já um grupo na igreja que é multicultural, um grupo religioso. Aos domingos, cantamos em conjunto, lemos a *Bíblia*, escutamos, é muito aberta. Não é uma igreja católica ou coisa fixa. É uma reunião de domingo para mim. Há outros que se contactam mais e fazem coisas em conjunto, mas eu tenho a minha vida, vou lá porque é interessante escutar, “*meditar*” um pouco, desse lado. Existem também pessoas que conheço um pouco mais para contar as novidades. Depois de duas horas de igreja, vamos beber café, escutamos um pouco uns aos outros e também descansamos. Aqui, não faço parte de nenhum clube desportivo. (*Raymond*)

Um exemplo ilustrativo desta reflexão encontra-se nas propostas hodiernas do comunitarismo, investidas por diversos autores na obra orientada por Taylor (1998). Nesta abordagem, a comunidade é entendida como um bem em si, na medida em que constitui um espaço onde os indivíduos partilham valores comuns e, por essa via, criam laços de correlação e de cooperação social. Esse sentimento de pertença a uma comunidade é o cenário que torna possível a emergência de reivindicações pelo reconhecimento das diferenças num quadro de igualdade de direitos (*idem*: 45-94).

Por seu lado, Sennet (2001) contesta a conceção do comunitarismo, porque compreende que enfatiza uma falsa unidade em torno de valores comuns. Apoiando-se na teoria do conflito social de Lewis Coser, defende que as pessoas se unem mais através do conflito verbal e do esforço investido nessa comunicação e que é o cenário do conflito que propicia a emergência de uma comunidade “*no sentido de que as pessoas aprendem a ouvir-se e a responder umas às outras mesmo quando sentem com mais força as suas diferenças*” (*idem*: 218).

De acordo com os resultados analisados, é possível comprovar que, particularmente para Raymond, a religião acaba por se revelar como um importante espaço de

socialização, não só no que respeita às suas interações mais causais e de cariz quotidiano, mas também em termos das suas redes sociais (de convívio e apoio) mais próximas. Nesta linha de ideias, será razoável pensar que a confiança do Raymond vai sendo adquirida à medida que se tecem e fortalecem laços sociais, sendo das trocas recíprocas entre os membros de um mesmo grupo que frutificam também os princípios e os valores partilhados pelo coletivo.

4.2.5.5. Aspectos da vida que gostariam de mudar

Face a uma questão tão aberta como esta, os relatos de Marlene e Raymond expressam opiniões antagónicas. Marlene não exprime qualquer desejo de mudança e refere: “*aprendi a aceitar o que a vida nos dá e de aproveitar sempre o melhor*”, o que parece revelar uma relativa satisfação com a sua situação.

Raymond, confrontado com esta questão, revelou-nos o desejo de mudar. Contudo, sentindo-se um pouco inquieto e hesitante, referiu: “*posso dizer os aspectos da minha vida que gostaria de mudar, mas não oficial. Posso dizer depois. ...Há uma outra coisa que gostava já de “changer”, mas vamos ver depois, não é oficial*” [risos].

4.2.5.6. Amigos portugueses

Quando interrogados se têm amigos portugueses, Raymond menciona conhecer muitas pessoas mas nem todas as considera como amigas e refere ter poucos amigos. Marlene diz-nos ter um único casal amigo algarvio e muitos amigos portugueses no Porto, Aveiro, Beira Interior, Lisboa e da região do Douro, o que indicia uma tendência generalizada para a integração na sociedade portuguesa.

4.2.5.7. Férias no país de origem

Confrontados com a questão se foram ou não de férias ao Luxemburgo desde que estão no Algarve, os dois relatos a seguir apresentados ilustram a falta de interesse em voltar ao Luxemburgo e as narrativas foram unânimes ao referirem nunca terem ido de férias ao Luxemburgo. Raymond menciona ter ido ao Luxemburgo somente para tratar de assuntos e não para passar férias e refere que, em sete anos que vive em Portugal, só foi ao Luxemburgo três vezes e com permanência de uma semana. Marlene conta não ter

ido de férias ao Luxemburgo e acrescenta que costuma visitar os seus pais e sogros periodicamente.

Desde que estou no Algarve não fui de férias ao meu país, mas vou visitar várias vezes por ano os nossos pais. (Marlene)

Desde que estou no Algarve já estive uma ou outra vez no Luxemburgo, mas não para fazer férias, só para organizar documentos, coisas. Em sete anos que estou aqui, penso que estive lá três vezes no total. Não me deixou saudades. Duas ou três vezes por uma pequena semana. (Raymond)

4.2.5.8. Contactos com familiares e amigos no país de origem

Marlene comunica por telefone periodicamente com os pais, a irmã, os tios e os primos e adiciona: *“também não perdi todo o contacto regular com todas as pessoas ‘não familiares’ e ainda mantenho contacto com uma parte da família na Alemanha e Itália”*. Raymond, por outro lado, refere que as únicas pessoas com quem comunica no Luxemburgo são *“a minha mãe... e a minha filha...”* (as palavras do próprio), por telefone e destaca o recurso a *e-mails* e Internet por ser mais económico para fins profissionais (bancos e contabilistas). Todas as comunicações efetuadas por Raymond a familiares ou a nível profissional são feitas ocasionalmente.

É de assinalar que a comunicação com quem se deixou no país de origem é uma maneira de manter a ligação aos entes queridos e, de certa forma, ao país.

4.2.6. Tempos livres

As atividades de tempos livres de Marlene e Raymond não são determinadas pela nacionalidade e incluem, passeios, viagens dentro e fora de Portugal, praia, vela, pesca, ski, cafés, restaurantes, convívios com os amigos, férias, e visitar locais de Portugal. Comparativamente ao Luxemburgo, Marlene comenta: *“no Luxemburgo, sítios fechados, não há muito para divertir”*.

É de notar o modo como o relato de Raymond que a seguir se apresenta descreve os seus tempos livres em Portugal e, em simultâneo, relembra os tempos livres na trajetória da sua juventude. Destaca a ajuda que dava ao pai na agricultura e salienta: *“é por isso que já conheço bem a agricultura”* (nas palavras do próprio).

Tenho uma mota, faço voltas com a moto pela praia, às vezes. Tem um ou outro café onde vou beber o café. Nos tempos livres, gosto muito de conduzir o meu trator. Não é tempo livre, pode ser trabalho tempo livre. Tenho um barco à vela para pescar. Vela e pesca faço no centro do país. Aqui (Algarve), faço às vezes um pouco de pesca na praia. No Luxemburgo, quando fui jovem (...) nos primeiros tempos, fiz muito desporto, fui muito desportivo. (...) o meu pai é um grande pescador faz muita agricultura, é por isso que já conheço bem a agricultura. Fiz muitas férias com a família, desde ski, sol e mar. No verão com sol, de inverno com ski, com neve. No Luxemburgo não tem sol e não tem neve. Passei por Tenerife, Gran Canária, Maiorca, fui também à França do Sul, “Province”, Alemanha, Bayerne de Munique, de inverno, à Suíça, Áustria, mas quase tudo dentro da Europa, nunca estive mais longe da Europa. (Raymond)

Por outro lado, Raymond utiliza a palavra “atividades” para designar os tempos livres, a contextualização da resposta que a seguir se apresenta permite-nos compreender que, de facto, se trata de atividades.

(...) Um pouco mais tarde tive muito interesse social. Fiz administração de empresas no Ministério Público e estive como Secretário-geral, fiz a atividade como Presidente da Câmara para Mestres de Celoleiro no Luxemburgo há muitos anos, fazia exames e toda a organização. (Raymond)

4.2.7. Relação com os algarvios

A relação com os algarvios é denominada de “boa” e “positiva” no relato de Raymond. Marlene não responde diretamente à questão e diz-nos: “ (...) a minha relação com os algarvios foi em geral neutra”. Este resultado pode indicar uma preocupação com a desejabilidade social.

4.2.7.1. Perspetivação dos portugueses / algarvios

Raymond compara os portugueses do norte de Portugal com os portugueses do algarve. Assim, caracteriza os portugueses do Algarve como “positivos”, “bom caráter”, “não gostam de trabalhar”, “não estão motivados”, “muito sérios” e os do norte como “positivos”, “bom caráter” e “trabalhadores”.

Geralmente, os algarvios são quase todos positivos, têm um bom caráter. Negativa, os algarvios não gostam muito de trabalhar. Eu estou a trabalhar com pessoas daqui que me telefonam na segunda-feira a dar a previsão de que não vou trabalhar hoje porque penso que vai chover. Eles só pensam que vai chover. (...) Há uma razão de não trabalhar, porque penso que vai chover. (...) só preveem que pode chover e nem aparecem para britar. Isso é uma amostra, é um pouco o princípio das pessoas. Os algarvios não estão tão motivados para trabalhar. Diferentemente das pessoas do norte. (...) gostam muito de trabalhar e estão motivados. É certo que não são todos iguais. Tenho a impressão que os algarvios gostam muito de viver, mas não gostam de trabalhar. É só a minha opinião pessoal. (*Raymond*) [risos]!

Em concordância, Marlene caracteriza os portugueses em geral como “*humildes*” e “*amáveis*” e os algarvios com “*falta de humildade*”, “*mal-educados*”, “*não é trabalhador*”, “*comportamento negativo*”. Aponta como aspeto positivo o facto de os portugueses grelharem peixe como ninguém e, para além disso, considera que os verdadeiros algarvios são a faixa etária dos cinquenta para cima.

Sempre gostei dos portugueses, são um povo humilde e amável em geral. Quando fiz a minha primeira viagem para a Serra da Estrela, os portugueses ficaram logo com o sítio no meu coração. O algarvio típico, pelo meu percurso feito durante os treze anos que vivo no Algarve, acho que há falta de humildade e respeito para com os outros e não é trabalhador. Tenho muitas experiências negativas. Mas atenção! Falamos em geral, nunca se põe toda a gente no mesmo tacho. Falamos desta percentagem de uma população que dá má fama a uma nação por ter comportamento negativo. Eu até direi que os algarvios são as pessoas dos cinquenta para cima. No entanto, têm um aspeto positivo: ninguém sabe grelhar peixe melhor que o algarvio. (*Marlene*)

4.2.7.2. Diferenças / semelhanças entre algarvios / luxemburgueses

Os dois relatos convergem, na medida em que os inquiridos consideram os portugueses diferentes em relação às pessoas do seu país de origem. Com exceção de Raymond, Marlene indica uma semelhança, a falta de humildade.

4.2.7.3. Como pensam que os algarvios os perspetivam

Marlene e Raymond dão respostas pouco conclusivas a esta questão, retorquindo a falta de conhecimento sobre como os portugueses perspetivam os luxemburgueses. No entanto, o relato de Marlene que a seguir se apresenta vai mais longe, ao sugerir que se viaje até ao Luxemburgo para se tirar ilações sobre as diferenças/semelhanças dos luxemburgueses.

Não sei como os algarvios nos veem. Mas acho que, para poder julgar sobre a diferença ou semelhança, deve-se ter ao menos viajado até ao Luxemburgo para conhecer a cultura e os hábitos. Quem nunca saiu do “*cantinho*” não consegue ter uma opinião realista. (*Marlene*)

Contrariamente ao anterior, o relato seguinte reflete sobre como os algarvios o perspetivam e é de salientar que é verdadeiramente interessante a sua descrição.

Sou cristo, mas não gosto de ir à igreja todos os dias porque penso que não preciso. Mas vou e gosto muito do lado da vida de Jesus, não é porque está na *Bíblia*, mas há pessoas que podem não compreender a minha opinião, mas eu fiz um estudo. As pessoas que seguem a vida de Jesus não podem estar com “*detalhes*”, “*detail*” sou mais eu e tu. Jesus, ah! É muito bom saber o que dizem e assim eu posso ver o lado dessa pessoa, como primeiro social-democrático do mundo de tudo o que dizem. Para estudar isso, posso ver ..., a direção política sociodemocrática. É um pouco o meu princípio, gosto de viver esse princípio. Por isso é que também vou à igreja, não é para fazer muito movimento, e estou certo de que isso é um bom caminho. Penso que os outros podem ver isso e podem respeitar. Tenho contactos não do primeiro momento mas de pessoas que já conheço um pouco mais. Já pude ver que as pessoas gostam de estar e reagir desse lado. Sinto que gostam de mim, gostam de estar na minha companhia. Tenho a impressão que a maior parte deles, não se querem ir embora e já têm interesse em falar comigo. O resto é perguntar a eles. (*Raymond*) [risos]!

Pode-se, então, afirmar que, para além das redes familiares, de amizade e vizinhança, as redes de sociabilidade assumem, neste relato, um papel integrador relevante as comunidades religiosas, que, não se limitando ao suprimento das necessidades espirituais, se tornam também espaços de encontro, de expressão de identidades

culturais, de equilíbrio emocional e até de resolução de problemas de natureza material e logística da vida quotidiana (Vilaça, 2008).

4.2.7.4. Alteração da relação com os algarvios

Com exceção de Marlene, que não responde à questão, Raymond descreve nunca ter sentido transtornos na afinidade com os algarvios e qualifica-a como “boa” e “positiva”, refere relações atuais mais profundas e comenta, porém, outras relações menos boas mas não com os algarvios.

Não posso sentir que a minha relação tenha sofrido alterações. A minha relação foi sempre boa com os algarvios, tenho outras relações mas não são algarvias, são outras e aí há já diferenças. No Luxemburgo, existem pessoas que podem ver de maneira diferente desde o primeiro momento e lá há já diferença, mas dos algarvios, não. (...) Nos primeiros anos, os contactos são muito fáceis mas não profundos, agora tenho já um ou outro mais profundo. A relação já cresceu, é já mais velha. (*Raymond*)

4.2.8. Satisfação com o projeto migratório

Os dois relatos convergem, na medida em que os inquiridos esclarecem estar satisfeitos com o projeto migratório. Marlene, por seu lado, sublinha que, mesmo em situações negativas no sistema de saúde e de educação em Portugal, sente-se satisfeita com a decisão de emigrar. Reconhece a qualidade de vida e o clima como principais fatores de decisão. O relato seguinte ilustra esta satisfação.

Sinto-me satisfeita com a decisão de emigrar, os anos que passei no Algarve deram-nos uma qualidade de vida diferente, sobretudo o clima, do que no Luxemburgo, mesmo com todos os pontos negativos do sistema português (saúde e educação), com os quais tive que conviver. (*Marlene*)

De modo adicional, os inquiridos consideram que, se fosse hoje, voltariam a tomar a mesma decisão. Marlene explana as principais razões que a levariam a tomar novamente o mesmo impulso, nomeadamente tempo para a família, boa qualidade de vida, o clima, a comida, elevado nível socioeconómico, a amizade e o convívio.

Mesmo sabendo que a economia portuguesa iria abaixo, como está a acontecer nos últimos anos, voltaria a tomar a mesma decisão, porque encontrei tudo o que não tinha no Luxemburgo desde que cheguei: tempo para a minha filha e para o meu marido, uma qualidade de vida muito boa para nós e até para os nossos cães, o clima, a comida fabulosa, hipótese de ganhar a minha vida muito bem até à chegada desta crise, muita amizade e muito convívio e a hipótese de poder dar (graças também às nossas possibilidades económicas) uma formação internacional à nossa filha. (*Marlene*)

Este resultado demonstra que o projeto migratório se revelou satisfatório e compensador para os protagonistas. Outros elementos que não os aspetos negativos do sistema português terão, pois, contribuído para a satisfação com o projeto migratório.

4.2.9. Projetos futuros

4.2.9.1. Pensam viver no Algarve ou regressar ao Luxemburgo

Face à questão da intencionalidade de continuar a viver no Algarve ou regressar ao Luxemburgo, Marlene não responde à pergunta e Raymond expressa o projeto de ficar em Portugal, verificando-se, assim, que é aquele que tem mais projetos de vida em Portugal.

4.2.9.2. Projetos de investimento numa casa ou negócio no país de destino

Marlene realça o momento inoportuno para tomar decisões sobre projetos. Não obstante, manifesta desinteresse em desenvolver a sua atividade, por razões óbvias, nomeadamente a perda de esperança, a dificuldade em ganhar dinheiro no imobiliário, a subida dos impostos e a falta de caráter do Governo por querer destruir a classe média, salientando, ainda, o fim dos pequenos investidores e a atual pobreza que se vive em Portugal.

Não, agora que a minha filha está a estudar em Inglaterra, estamos livres de tomar decisões sobre projetos. Não espero desenvolver a minha atividade, porque já perdi toda a esperança. E, como já não se consegue ganhar dinheiro no imobiliário, ainda por cima, o Governo tira tudo o que se ganha com IVA, impostos, etc., à classe média... e estou a ver a miséria de muitos. Sei que Portugal acabou para os pequenos investidores. Para dizer a verdade, já há algum tempo que sabemos. Não

pretendo investir em mais nenhum negócio aqui em Portugal, com um Governo que só destrói a classe média. Planeio emigrar para outro país. (*Marlene*)

É esta a razão invocada por Marlene para não investir em projetos em Portugal, é também por a sua filha estar a estudar em Inglaterra.

Contrariamente aos argumentos de Marlene, Raymond descreve os projetos que pretende desenvolver, onde cada experiência se revela importante para dar o passo seguinte, num processo gradual de assunção de compromissos desde as primeiras experiências já delineadas até a estruturas mais alargadas por todo o país.

Estou de fazer mais projetos, sim! Já tenho, mas quero fazer mais. Tenho já escrito todas as atividades que quero fazer. O final deverá ser de ter um turismo de natureza, que não é só concentrado no Algarve (...) Por momento, faço muitos investimentos, mas não tenho benefícios e, no momento de investir, precisa de ter uma saúde económica. Penso que se pode fazer colaboração e coordenação com outras empresas que fazem esse turismo de natureza. Depois, tenho filhos... não sei... porque eu já sou velho. Nos próximos dez anos, pode-se já fazer, mas depois pode ser que não goste mais. Preciso de jovens para continuar. (*Raymond*)

De modo complementar, salienta-se que, no relato de Raymond, sobressai a influência que as suas características pessoais desempenham nas trajetórias de participação de desenvolvimento de projetos, sendo de sublinhar traços psicológicos relacionados com a autoconfiança, a capacidade de iniciativa e a perseverança.

4.2.9.3. Intenção de emigrar para outro país

Apenas Marlene projeta imigrar para outro país, mas não refere qual. Raymond não tenciona emigrar para outro país, garante a sua permanência no Algarve, o que é mais um resultado que, cruzado com os relativos aos trajetos migratórios, comprova a ideia de trajeto migratório demarcado e bem definido.

4.2.9.4. Portugal como espaço de oportunidades para os filhos

Os relatos seguintes ilustram as discordâncias dos inquiridos face à questão de Portugal ser um espaço de oportunidades para os filhos. Deste modo, Raymond considera Portugal como representando um espaço de oportunidades para os filhos, bem como

para os luxemburgueses que tenham dinheiro e queiram investir no Algarve ou em Portugal, e ainda para os jovens que tenham capital e classificação superior ou técnica e que queiram criar um futuro em Portugal. Porém, esse investimento deverá ser a longo prazo e não a curto prazo. Marlene considera que Portugal não é um espaço de oportunidades para ninguém e destaca a ausência de “*políticas de apoio*” e de igualdade de direitos e obrigações.

Em Portugal, existem poucas ou nenhuma política culturais e de apoio, o que é de extrema importância. (...) Os apoios, em geral, não me referindo só aos jovens, numa escala de um a dez, Portugal está cotado no um (negativo) e o Luxemburgo no dez (positivo). Posso dizer que, ainda há poucos dias, um senhor português disse-me que estava mil vezes melhor no Luxemburgo do que em Portugal, porque no Luxemburgo não lhe faltava nada, ele estava sobretudo a falar do sistema de saúde. Considero que não se deve só dar apoios, mas também educar e exigir da população disciplina e trabalho, assim a parasitagem económica fica menor num país.

(...) É de salientar que faria todo o sentido Portugal apoiar todo o tipo social para acelerar a integração, nomeadamente melhoria do sistema de ensino e garantias de assistência social (saúde/reforma). Mas isto não se limitaria só aos estrangeiros em Portugal, mas também aos ciganos que têm documentos portugueses. Quanto ao apoio financeiro, acho que não, considero que toda a população deve ter os mesmos direitos e obrigações, não se deve julgar se é preciso apoio financeiro pela nacionalidade mas pela situação económica de uma família. Por tudo o que já contei atrás e pelo facto da diferença dos salários entre Portugal e muitos outros países da Europa, Portugal hoje em dia não é o espaço de oportunidades para ninguém. (Marlene)

Embora se reconheça a importância das políticas culturais e de apoio e o esforço financeiro realizado pelos vários Governos, é notada pela inquirida a falta de apoio em Portugal a nível social para acelerar a integração. Outra preocupação, que em muitos casos advém do facto de se percecionarem grandes diferenças em relação ao país de origem, está relacionada com o sistema de ensino, saúde e reformas. Porém, a protagonista considera “*que não se deve só dar apoios*” torna-se mais benéfico e urgente “*educar e exigir da população disciplina e trabalho*”, combatendo a “*parasitagem económica de um país*”. O apoio financeiro é também alvo da atenção da nossa protagonista, que alega não se cingir pela nacionalidade, mas sim pela situação económica de cada família.

4.2.10. Tipo de autorização

4.2.10.1. Legalização / autorização de permanência / autorização de residência

Ambos os inquiridos têm a sua presença em Portugal regularizada. O recurso utilizado consta da instrumentalização da nacionalidade de um país da União Europeia (já que permite uma extrema facilidade na entrada e permanência em Portugal) enquanto segunda nacionalidade. Assim, Marlene e Raymond, por fazerem parte de um país da União Europeia (Luxemburgo), estão legalizados e possuem autorização de residência, medida que, segundo Costa (2004), tem constituído a medida essencial de integração social levada a cabo pelo Estado (p. 207). As autorizações de residência (temporária ou permanente) são emitidas pelo SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras) e englobam várias categorias, sempre associadas às categorias de visto de residência obtido. Entre estas categorias encontram-se o trabalho dependente, atividade por conta própria, investigação, estudo e reunificação familiar.

Costa (2004: 201) revela que, a partir do momento em que os imigrantes adquirem o direito de residência permanente, passam a ser membros da comunidade onde estão inseridos, desde que adquiriram os direitos que podem exercer perante ela, abrangendo os direitos eleitorais, pelo menos a nível local, participando na formação da vontade coletiva (Costa, 2004). É possível ser-se membro da comunidade sem possuir a respetiva nacionalidade.

5. CONCLUSÃO

A tese apresentada decorre de uma investigação sobre a imigração luxemburguesa em Portugal, sobretudo no Algarve, mediante a qual se procurou identificar os fatores que motivaram e despoletaram nestes indivíduos a decisão de emigrar e porque decidiram escolher Portugal como país de destino, entendidos como catalisadores do fluxo migratório.

O conteúdo empírico foi recolhido com base em histórias de vida, a partir de duas entrevistas focalizadas, que possibilitaram traçar um olhar retrospectivo sobre as trajetórias destes protagonistas empresários. A recolha de dados no terreno conduziu-nos a um conjunto de princípios técnicos e éticos respeitantes à prática da investigação social, que convergiu num entendimento dos sujeitos entrevistados como participantes da pesquisa, valorizando-se os comentários dos atores enquanto atores dos processos de participação em estudo.

A análise desenvolvida ao longo dos vários capítulos teve subjacente a preocupação de contribuir para o aprofundamento do conhecimento científico sobre os processos dos fluxos migratórios, no sentido de esclarecer e, eventualmente confirmar propostas analíticas que têm vindo a ser avançadas na literatura nacional e internacional.

Consideramos que os resultados obtidos no presente trabalho respondem às questões de investigação que nos motivaram a realizar o presente estudo.

As fontes de motivação para a escolha de Portugal como destino mais apreciado pelos fluxos populacionais da África e da América Latina assumem uma natureza diferente quando os protagonistas são cidadãos de origem europeia. Aqui já não são os laços coloniais que marcam os movimentos populacionais, mas essencialmente *“a existência histórica de laços político-económicos de longa duração como é o caso do Luxemburgo”* por um lado e, por outro lado *“o processo de inserção de Portugal no contexto económico europeu, inicialmente na EFTA e, mais recentemente, na Comunidade Económica Europeia”* (Esteves, 1991: 35).

Para o efeito, esta é a pergunta que persiste. Porque vieram, então, estes luxemburgueses para Portugal? Porque vieram se estavam satisfeitos com as condições de vida (a nível económico) nos seus países e com os seus trabalhos? A motivação foi afetiva. Vieram, porque queriam conquistar melhores condições de vida para si e para a

sua família (clima, praia, tempo para a família). Mas vieram também porque encontraram dentro essa vontade de que Raymond nos dá conta: “*Decidi sair do meu país, porque estava divorciado. Não quis trabalhar nem morar mais no Luxemburgo, sem esposa, sozinho e sem ocupação profissional (...)*”. (a literatura da imigração relata que não são os mais fracos que emigram).

Assim, relativamente à primeira questão, procurou-se identificar os fatores motivadores das decisões de imigrar e como estes tornaram a migração possível – verificamos existir um elevado grau de convergência entre os dados obtidos e os aspetos teóricos bordados e, portanto, será pertinente considerar que a experiência imigratória envolve perdas - saudades do convívio com os entes queridos, o afastamento dos familiares e amigos, entre outros. Mas também propicia outras conquistas para além da económica - conhecimento de novas culturas e de outras formas de estar e de ser, fuga ao stress vivenciado no país de origem e tempo para a família, como se pode evidenciar no relato de Marlene “ (...) *notámos que não tínhamos tempo para a nossa filha (com cinco anos) e decidimos viver com uma qualidade de vida diferente*”. Conquista-se o distanciamento necessário para, por exemplo, reconhecer mais oportunidades em Portugal (comparativamente às oferecidas pelos países de origem), conforme se pode constatar nos relatos de Raymond “ (...) *Portugal apresentava melhores condições a nível de qualidade de vida. É o saber viver que faz falta no Luxemburgo*”, ou para se deixar encantar com as praias, o sol (afirmativas pelos atores do processo) e com os locais que vão descobrindo nas tournées por Portugal

Na segunda questão, pretendeu-se compreender o papel das redes enquanto desencadeadores da decisão de imigrar e a sua função no processo migratório. Os resultados obtidos mostraram-nos que as redes de apoio constituídas por amigos (afirmativa no caso de Raymond), apesar de não integrarem mais de dois elementos, desempenham uma função de suporte particularmente importante no momento da chegada. O apoio pode revestir-se de diversas formas: psicológico, apoio no encontrar emprego, comunicação das regras e lógicas inerentes à sociedade, entre outros. Por vezes, conta-se com o apoio de pessoas que ocasionalmente se vão conhecendo, na rua, nos cafés, nos locais de trabalho, na igreja.

As redes referem-se a um conjunto de relações pessoais e interpessoais dos migrantes em relação aos seus familiares, parentes, amigos e conterrâneos, assim como aos intermediários

que facilitam a ajuda financeira e a mobilidade de um determinado “*agente*” migrante. Mark Granovetter sustenta a tese de que, no contexto das relações humanas (tanto intersociais, como de mercados supostamente racionais), a percepção das redes é importante no desenho da relação entre indivíduos em todas as esferas da vida humana, uma vez que representam o “*espaço*” onde a cooperação e confiança, dominação e condescendência normalmente são produzidos (Krippner, 2004). Neste espaço de contributo de Granovetter, olhando para as características das redes migratórias luxemburguesas e associando o conceito de capital simbólico desenvolvido por Bourdieu (1997), podemos compreender o lugar que cada grupo migrante merece nas estruturas mentais ou na estratificação dos diferentes grupos migrantes na sociedade portuguesa (Baganha, 2002a,b).

Na terceira questão, procurou-se perceber de que modo as nacionalidades dos imigrantes influenciam a sua integração e se a mesma foi fácil ou difícil. Embora as dificuldades não pareçam tão acentuadas, a realidade é que os dois sujeitos enfrentam dificuldades de integração. Os dados revelam importantes fatores de integração como ter tempo para compreender as atitudes e os comportamentos dos portugueses, a existência de multiculturalidade e ter “*caráter nacional*”.

Apesar das dificuldades relatadas pelos dois protagonistas, eles estão satisfeitos com o projeto migratório e com maior número de projetos contínuos (exceto a Marlene, que não pretende criar mais projetos e pensa imigrar para outro país, devido à crise económica que estamos a atravessar). A existência de redes multiculturais é um dos fatores que facilitam a integração destes protagonistas.

Integrar um imigrante na sociedade de chegada pode processar-se a partir do contacto com outros imigrantes que tenham já uma vivência no país de acolhimento e cuja experiência lhes permita encaminhar os conterrâneos. É certo, como diz Tripier (1989: 85), que a posterior manutenção dos direitos/deveres e a própria integração são o produto duma complexa ação das instâncias administrativas e da própria sociedade civil. Não entanto, penso que não devemos descurar o papel do próprio imigrante, também ele bastante pertinente, na medida em que ele próprio é o agente que atuará a montante (como ator) e a jusante (como aquele que “*beneficia*” das consequências) de todo o processo. A identificação e a implementação de políticas de integração tornaram-se questões centrais da agenda dos Estados comunitários. Não existindo um padrão de boas práticas para todos os Estados, cada um deverá definir as suas boas práticas. O Plano

para a Integração dos Imigrantes²¹, ao enunciar 148 indicadores para a integração, traduziu uma vontade do Governo em se empenhar na integração dos imigrantes. O MIPEX (Migration Integration Policy) avalia as políticas de integração e cria um quadro integral de oportunidades disponibilizadas aos migrantes para participarem na sociedade, estimando o nível de compromisso dos governos na questão da integração. É através da avaliação das políticas e da sua implementação que é possível comprovar se todos os residentes têm garantidos os mesmos direitos, deveres e oportunidades.

Constata-se que na generalidade, o processo de integração dos imigrantes sofreu uma melhoria nos últimos anos e, para tal, tem contribuído a ação de um conjunto de organismos governamentais e não-governamentais, com destaque para o ACIDI.

Não há investigação que não tenha dificuldades, no nosso caso, ocorreu com os contactos da população participante, em que foi necessária a colaboração institucional da Embaixada do Luxemburgo, em Tavira. Porém, efetuados os contactos, só conseguimos respostas de dois indivíduos, os quais fazem parte deste processo, e daí a pequenez da amostra.

A dificuldade em encontrar informação sobre o Luxemburgo e comunidade luxemburguesa foi imensa, visto a mesma ser quase inexistente.

A produção científica em Portugal sobre estas temáticas é muito pouco produzida, pois existe literatura centrada na população de origem portuguesa, dos PALOP e ucranianos e, por outro lado, literatura específica sobre imigração e descendentes. Parece-nos que tal situação se explica, em grande parte, pelo facto de ser uma temática recente, quer na importância de que reveste para a própria sociedade, quer enquanto objeto de estudo no âmbito dos centros de investigação portuguesa.

Neste capítulo apresentaremos algumas limitações em relação ao método escolhido para o presente estudo. Conforme atrás referido, este é um tipo de pesquisa que se propôs a analisar os dados de forma qualitativa. Em função tanto do levantamento quanto do entendimento prévio dos dados que se fizeram necessários, Yin (1994) adverte para a possibilidade de vieses. Essa ressalva é pertinente, pois, nesse processo, se o

²¹ Resolução do Conselho de Ministros n.º 63-A/2007.

investigador já tem uma conclusão própria, ele pode ser parcial nas suas análises e comprometer os resultados da pesquisa.

Refira-se que o nosso trabalho poderia ser mais abrangente, até porque há outros fatores que gostaríamos de ter estudado, como um estudo à luz da opinião pública e política sobre estes imigrantes. Reconhecemos também que, pelo facto de termos de cumprir com a regulamentação da paginação, esta investigação constituiu para nós uma limitação. Contudo, propõe-se que se dê continuidade ao trabalho de investigação que aqui iniciámos, na medida em que a paixão e entusiasmo por aquilo que fizemos e com quem o fizemos foi algo que nos motivou e deu um contributo para o avanço do conhecimento.

A natureza da investigação desenvolvida neste trabalho e a delimitação que foi feita de certos problemas específicos justificam que se façam as seguintes recomendações, tendo em vista uma melhor inserção dos imigrantes e o desenvolvimento do país:

Imigrantes e regiões de acolhimento. Os imigrantes inserem-se no país através de um quadro legislativo geral e políticas nacionais de imigração, é certo. Mas é em regiões de acolhimento concreto, de nível local, que a essa inserção se define e concretiza. Aconselha-se vivamente a que as dimensões locais do acolhimento sejam elementos centrais da lógica e da atitude de inclusão dos imigrantes, com especial atenção aos fatores de sociabilidade, de contextualização familiar e de envolvimento nas sociedades locais.

Criação de uma lei geral de igualdade de tratamento e oportunidades que recolha motivos potenciais de discriminação, origem racial ou étnica, razões de género, incapacidade, orientação sexual e crenças religiosas, de forma a criar um único marco legal e incorporar todos os campos. Neste sentido, Portugal é um país que sempre tem defendido a dimensão dos direitos para os imigrantes em situação legal e igualdade de trato como princípio de justiça social.

O debate académico sobre a introdução de variáveis de proveniência étnica de registos administrativos será importante em Portugal, porque, a “segunda geração” de imigrantes está presente em vários locais do país. Não obstante, é conveniente manter investigações académicas que nos facilitem o acesso à informação precisa sobre a

incorporação de estrangeiros nas sociedades de acolhimento. Para isso, é conveniente que os investigadores façam um estudo quantitativo rigoroso sobre os custos e benefícios da entrada da população estrangeira e que estimule a utilização dos diversos serviços por parte desta população, bem como o desempenho do estado de bem-estar, devendo ainda informar-nos sobre o contributo destes imigrantes na economia portuguesa.

Devem ser desenvolvidos esforços no sentido de lutar contra o insucesso escolar português das “*segundas gerações*” de imigrantes e reforçar medidas de apoio à formação profissional destinadas ao conjunto da população. É neste sentido que deve incidir a aprendizagem da língua portuguesa nas escolas, designadamente para os menores provenientes das “*novas gerações*” dos países do Leste da Europa, e desenvolver políticas inclusivas que incorporem a diversidade cultural como prioritário.

6. REFERÊNCIAS

Referências

- Abel, P. (2003). On the Prospects for a Unified Social Science: Economics and Sociology – *Socio-Economic Review*, 1 pp: 1-26, Oxford University Press.
- ACIDI (2011) Plano para a Integração dos Imigrantes, Resolução do Conselho de Ministros nº. 63-A/2007, Diário da República, 1ª Série, 85, 3 de maio de 2010-2013. Acedido em 15 de junho de 2013, em <http://www.gep.mtss.gov.pt/planeamento/pimigrantes.pdf>
- ACIDI (2011) Plano para a integração dos Imigrantes, Resolução do Conselho de Ministros nº. 74/2010, Diário da República, 1ª Série, nº. 182, 17 de setembro de 2010. Acedido em 15 de junho de 2013, em <http://www.gep.mtss.gov.pt/planeamento/pimigrantes.pdf>
- Acordo de Schengen. In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2013. [Consult. 2013-05-28].
- Atkinson, R. (2002), “The Life Story Interview”. In Jaber F. G. & James A. Holstein (eds.), *Handbook of Interview Research*, pp. 121-140. Thousand Oaks: Sage.
- Baganha, M. I., & Góis, P. (1999). Migrações internacionais de e para Portugal: o que sabemos e para onde vamos?, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52/5, pp. 229-280.
- Baganha, M. I. et al. (2002a). *O Setor de Construção Civil e Obras Públicas em Portugal: 1990 – 2000*. Coimbra: CES – Faculdade da Economia da Universidade de Coimbra.
- Baganha, M. I. et al (2002b). *Os Movimentos Migratórios Externos e a sua Incidência no Mercado de Trabalho em Portugal (Estudos e Análises)*. Lisboa: Observatório de Emprego e Formação Profissional.
- Baganha, M. I. (2005). Política de imigração: A regulação dos fluxos. *Revista crítica de ciências sociais*, 73, pp. 29-44.
- Barou, J. (1996). “Portugais d’Auvergne: D’une identité villageoise à l’autre“, *Revue d’Auvergne*, 3, pp. 147-59.
- Barreto, A. (org.). (2000). *A situação social em Portugal 1960-1999, Indicadores sociais em Portugal e na União Europeia (Vol..II)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Becker, H. S. (1994). *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Editora Hucitec, pp.163-165.
- Bento, R. A. ; Martins, A. L.; Dias, P.; Machado, R.; Sousa, P. & Francisco, C. (2009). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo – 2011*. Lisboa: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

- Bertaux, D. (1978). *Destinos pessoais e estrutura de classes*. Lisboa: Moraes Editores.
- Bertaux, D. (2005). *Le récit de vie*, Paris: Armand Colin,
- Bourdieu, P. (1997). *As Razões Práticas sobre a Teoria da Ação* – tradução de Miguel Serras Pereira – Oeiras: Celta Editora.
- Brandão, A. (2007). *Entre a vida vivida e a vida contada: A história de vida como material primário de investigação sociológica*. Centro de Investigação em Ciências Sociais. Braga: Universidade do Minho.
- Burgess, R. C. (2001). *A pesquisa de terreno: uma introdução*, p. 158. Oeiras: Celta Editora.
- Cabral, A. (2002). “Status” in *Dicionário de sociologia*, p. 373. Porto: Porto Editora.
- Carmo, H.; Ferreira, M. M. (1998). *Metodologia da investigação. Guia para autoaprendizagem*, pp.179-265. Lisboa: Universidade Aberta.
- Castles, S., & Miller, M. J. (1998). *The age of Migrant*, Londres: Macmillan.
- Castles, S., & Miller, M. J. (2003). *The Age of Migration* (3ª edição), p.28. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- Castles, S. (2005). *Globalização, Transnacionalismo e Novos Fluxos Migratórios – dos trabalhadores convidados às migrações globais*, p. 16-24. Lisboa: Fim de Século.
- Comissão Europeia (s/d). Schengen (European Union). Acedido em 18 de maio de 2013, em http://ec.europa.eu/youreurope/nav/pt/citizens/travelling/schengenarea/index_en.html
- Connelly, F. M. & Clandinin, D. J. (1995). *Relatos de experiencia e investigación narrativa*. In J. Larrosa et al., *Déjame que te cuente: Ensayos sobre narrativa y educación*. (pp. 11-59). Barcelona: Laertes.
- Convey, J. A., & Kupiszewski, M. (1996). *Migration and Policy in the EU*, In Philip Rees & outros (Ed) *Population Migration in the EU* (pp.311-331). Nova Jersey: John Wiley & Sons.
- Costa, P. (2004). *Políticas de imigração e as novas dinâmicas da cidadania em Portugal*, pp. 201-207. Lisboa: Instituto Piaget.
- Cunha, I. (2003). “Imigração e Racismo: dez anos nos media”, Universidade de Coimbra. Acedido em 22 abril 2013, em <http://bocc.ubi.pt/pag/texto.php3?html2=cunha-isabel-ferin-sos-racismo.html>.
- Denzin, N. K. (1989), *Interpretive Biography*, Newbury Park: Sage.

- Dequech, D. (2003). Uncertainty and Economic Sociology: A Preliminary Discussion – *American Journal of Economics and Sociology*, Vol. 62, 3, July 2003.
- Dias, P.; Machado, R.; Estrela, J. & Bento, R. Alexandra (2012). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo – 2012*. Lisboa: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.
- Digneffe, F. (1997). Do individual ao social: a abordagem biográfica. In Albarello, Luc; et al., *Práticas e métodos de investigação em Ciências Sociais*, pp.203-245. Lisboa: Gradiva.
- Embaixada do Grão-Ducado do Luxemburgo em Portugal - Uma relação especial entre dois países: [brochura]. (2012). Luxembourg: Le Gouvernement du Grand-Duché de Luxembourg, service information et press.
- Entzinger, H., & Biezeveld, R. L. (2003), *Benchmarking in Immigrant Integration*. Rotterdam: European Research Centre on Migration and Ethnic Relations (ERCOMER), Erasmus University Rotterdam. Acedido em 6 de junho de 2013, em <http://www.epim.info/docs/documents/Benchmarking%20in%20Immigrant%20Integration.pdf>
- Esteves, M. C., (1991). Portugal: país de imigração, pp. 28-35. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Ferrarotti, F. (1988). Sobre a autonomia do método biográfico. In A. Nóvoa & M. Finger (Org.). *O método (auto)biográfico e a formação*, pp. 17-34. Lisboa: Ministério da Saúde.
- Ferreira, V.; Tavares, T.; Portugal, S. (ed.). (1998). *Shifting bonds, shifting bounds. Women, mobility and citizenship in Europe*, pp. 265-266. Oeiras: Celta Editora.
- Flick, U. (2006). *An introduction to qualitative research*, pp.14-52. London: Sage Publications.
- Gauthier, B. (2003). *Investigação Social – Da Problemática à Colheita de Dados*. Loures: Lusociência.
- Geddes, A. (2003). *The Politics of Migration and Immigration in Europe*. Londres [etc.]. Sage Publications,
- Góis, P. (2008). “Entre Janus e Hydra de Lerna: As múltiplas faces dos cabo-verdianos em Portugal”, em Góis, P. (org.) *Comunidade (s) Cabo-verdiana (s): as múltiplas faces da imigração cabo-verdiana*. (online) (1ªEd). Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.) pp. 9-24. Acedido em 29 de abril de 2013, em
- em:<http://www.google.com/books?hl=ptPT&lr=&id=KuJ4VOJrh3MC&oi=fnd&pg=PA39&dq=Comunidade+%28s%29+Caboverdiana+%28s%29:+as+m%C3%BAItiplas+faces+da+imigra%C3%A7%C3%A3o+cabo-verdiana.+&ots=IPUJnHK4H-&sig=fGPeGnCr0vGdOy6dmpxASFjXQE4#v=onepage&q&f=false>

- Gomes, I. M. (2004). “A imigração em Portugal”, Tese de mestrado. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.
- Hamel, J.; Dufour, S.; Fortin, D. (1993). *Case Study Methods*. Newbury Park: Sage.
- Hernández, F. (2004). Las historias de vida como estrategia de visibilización y generación de saber pedagógico. In Ivor F. Goosdon (Ed.), *Historias de vida del profesorado*, pp. 9-26. Barcelona: Octaedro - EUB.
- Horta A. P. B. (2004). *Contested citizenship: immigration politics and grassroots migrants’ organizations in post-colonial Portugal*, New York: Center for Migration Studies.
- Institut national de la statistique et des études économiques, (2011). STATEC – Statistics Portal.. Luxembourg: Institut national de la statistique et des études économiques, STATEC. Acedido a 20 de abril de 2013, em <http://www.statistiques.public.lu/en/actors/statec/index.html>
- Instituto Nacional de Estatística, I.P. (2011). *Censos 2011 – Resultados Definitivos*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P.
- Instituto Nacional de Estatística, I.P. (2007). *Destaque – Informação à Comunicação Social*, 6 de março de 2007, Instituto Nacional de Estatística.
- Instituto Nacional de Estatística, I.P. (2008). *Destaque – Informação à Comunicação Social*, 28 de maio de 2008, Instituto Nacional de Estatística.
- Jackson, J. (1991). *Migrações*. Lisboa: Escher.
- Krippner, G.; Mark G. et al (2004). Polanyi Symposium: a conversation on embeddedness – *Sócio-Economic Review*, 2, pp: 109-135 – Oxford: University Press.
- Lechner, E. (2009). *Histórias de vida: Olhares interdisciplinares*. In Elsa Lechner (Org.), *Introdução: O olhar biográfico*. Porto: Afrontamento.
- Lessard-Hébert, M.; Goyette, G.; Boutin, G. (1994). *Investigação qualitativa: fundamentos e práticas*, pp.39-104. Lisboa: Instituto Piaget.
- Lin, J. (2011), *The power of urban ethnic places: cultural heritage and community life*. New York: Routledge.
- Lowell, B. L. (2002). *Policy Responses to the International Mobility of Skilled Labour-, International Migration Paper – 45*. Genebra: International Labour Office.
- Machado, F. L. (1997). “Contornos e especificidades da imigração em Portugal”. *Revista Sociologia – Problemas e Práticas*, 24, pp.9-44.
- Machado, F. L. (1999). *Imigrantes e estrutura social*. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 29: 51-76.

- Machado, F. L. (2005), Des étrangers moins étrangers que d'autres? La régulation politico institutionnelle de l'immigration, en Ritaine, E., L'Europe du Sud face à l'immigration. Politique d l'Étranger, pp. 109-146. Paris: PUF.
- Machado, F. L. (2009). "Quarenta anos de imigração africana: um balanço", Emigração e Imigração, Ler História (56) pp.135-166.
- Marques, J. (2000). O neo-racismo-europeu e as responsabilidades da Antropologia. Revista Crítica das Ciências Sociais, (56), 35-60.
- Marques, R. & João Peixoto (Orgs) (2003). *A Nova Sociologia Económica* – Oeiras: Celta Editora.
- Martine, G. (2005). A globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no século 21. São Paulo: Perspec. (vol.19 (3)). pp. 3-22. Acedido em 25 de março de 2013 de <http://www.scielo.br/pdf/spp/v19n3/v19n3a01.pdf>
- Massey, D. S., et al. (1993). "Theories of International Migration: A Review and Appraisal", Population and Development Review 19, pp. 431-66.
- Matos, C. (1993). Migrações: Decisões Individuais e Estruturas Social. SOCIUS – Lisboa: Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações, p. 2.
- Merriam, S. (1998). Qualitative Research and Case Studies Applications in Education: Revised and Expanded from Case Study Research in Education. São Francisco: Jossey-bass Publishers.
- MIPEX – Index de Políticas de Integração de Migrantes. (2011). Publicação de British Council e do Migration Policy Group. Acedido em 30 de junho de 2013 em, www.acime.gov.pt/docs/Eventos/MIPEX_2013.pdf
- Miranda, J. (2009). Mulheres imigrantes em Portugal: Memórias, dificuldades de integração e projetos de vida. Tese de mestrado, Lisboa: Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo intercultural – ACIDI, I.P.
- Neves, M. (2009). "As diásporas e a globalização: o caso da comunidade de negócios chinesa em Portugal. Parte 3: imigrados de ontem e imigrados de hoje". In Maria Beatriz Rocha-Trindade (org) (1ª Ed). Migrações permanências e diversidade, pp. 235-250, Porto: Afrontamento.
- Niessen, J.; Huddleston, T.; Citron, L.; Geddes, A.; Jacobs, D. (2007) Index de Políticas de Integração de Migrantes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- OCDE – Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos (2004), Trends in international migration, Annual Report.
- Office Luxembourgeois de l'accueil et de l'intégration (2009). Luxembourg: Ministère de la Famille et de l'intégration (OLAI). Acedido em 5 de março de 2013 em [.http://www.olai.public.lu](http://www.olai.public.lu)

- OIM (2008), Medir a integração. O caso de Portugal. Indicadores regionais de inserção socioeconómica dos nacionais terceiros, Lisboa: Organização Internacional para as Migrações.
- Pacto Europeu sobre Imigração e Asilo (2008), Conselho da União Europeia, Bruxelas, 24 de setembro de 2008. Acedido em 10 de abril de 2013 em http://www.immigration.gouv.fr/IMG/pdf/Plaquette_PT.pdf
- Peixoto, J. (1999). A mobilidade internacional dos quadros. Migrações internacionais, quadros e empresas transnacionais em Portugal, Oeiras: Celta Editora.
- Peixoto, J. (2001). Migration, Labour Markets and Embeddedness: The Social Constraints of the International Migration of Labour, Socius - Working Paper-4. Lisbon: ISEG/UTL.
- Peixoto, J. (2004). As Teorias Explicativas das Migrações: Teorias Micro e Macrosociológicas – *SOCIUS Working Papers*, 11 de 2004. Lisboa: ISEG/UTL.
- Penninx, Rinus (2003), “Integration: The role of communities, institutions, and the state”. Migration Policy Institute. Acedido em 7 de junho de 2013, em <http://www.migrationinformation.org/Feature/print.cfm?ID=168>
- Pires, R. P. (2003). Migrações e integração. Teoria e aplicações à sociedade portuguesa, p.155 Oeiras: Celta Editora.
- Pité, J. (2004). Dicionário Breve de Sociologia. (2ª edição), pp. 15:65 Lisboa: Editorial Presença.
- Poirier, J.; Clapier-Valladon, S.; Raybaut, P. (1999). Histórias de vida: teoria e prática, Oeiras: Celta Editora.
- Portes, A. (1999). *Migrações Internacionais: Origens, Tipos e Modos de Incorporação*. Oeiras: Celta Editora.
- Potoknic, J. (2006). “Globalisation and what it means for EU R&D policy” comunicação apresentada em Advancing business and management in a knowledge-based society. Slovenia: University of Priorska. Acedido em, 2 de abril de 2013, em <http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=SPEECH/06/743&formal=HTML&aged=1&language=EN&guiLanguage=en>
- Princípios Básicos Comuns sobre Integração. (2005), Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões [COM (2005) 389]. Acedido em 10 de julho de 2013 em [_http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2005:0389:FIN:PT_2013.pdf](http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2005:0389:FIN:PT_2013.pdf)
- Rocha-Trindade, M. B. et al. (1995). Sociologia das Migrações, Lisboa: Universidade Aberta.

- Rocha-Trindade, M. B. (2000a). As políticas portuguesas de imigração, in Janus2001 – Anuário de relações exteriores, pp.174-175. Lisboa: Público/Universidade Autónoma de Lisboa.
- Rocha-Trindade, M. B. (2000b). História da imigração em Portugal (I) e (II), in Janus 2001 – Anuário de relações exteriores, pp. 170-173. Lisboa: Público/Universidade Autónoma de Lisboa.
- Rocha-Trindade, M. B. (2005). Migrações dos países lusófonos. In Cristóvão, F. (Dir. & coord.) Dicionário temático da lusofonia, pp. 705-707. Lisboa: Texto Editores.
- Sabino, C. & Peixoto, J. (2008). *Immigration, labour market and policy in Portugal: trends and prospects*, SOCIUS, ISEG, UTL.
- Santos, B. de S. (2003 [1987]). Um discurso sobre as Ciências. Porto: Afrontamento.
- Savoie-Zajc, L. (2003). A entrevista semidirigida. In Gauthier, B. (Dir). *Investigação Social - Da Problemática à Colheita de Dados*, pp. 279-301, Loures: Lusociência.
- SEF. (2007). *Relatório de atividades 2007, Imigração Fronteiras e Asilo*. Lisboa: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.
- SEFSTAT (s/d) <http://sefstat.sef.pt/distritos.aspx>. Portal de estatística, 2006-2012, [Consult. 2013-05-30]
- Sen, A. (2002). How Does Culture Matter? – Forthcoming. In “*Culture and Public Action*”. Edited by Vijayendra rao Michel Wlaton.
- Sennet, R. (2001). A corrosão do carácter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Lisboa: Terramar.
- Silva, S. (2007). Sem-abrigo: Métodos de produção de narrativas biográficas. *Sísifo: Revista de Ciências da Educação*, 2, pp. 69-82.
- Stanley, L. (1992). *The auto/biographical - The theory and practice of feminist autobiography*. Manchester: Manchester University Press.
- Steinberger, M. (1997). “Brasília et Jérusalem: lieux multiculturels dans un monde global”, in *Cybergeo: European Journal of Geography* [En ligne], Dossiers, *Colloque Les problèmes culturels des grandes villes*, 8-11 décembre 1997, document 67, mis en ligne le 08 décembre 1998. [Consult. em 28 de maio de 2013]. Disponível em: <http://cybergeo.revues.org/1008>; DOI: 10.4000/cybergeo.1008.
- Taylor, Ch. (1998) *Multiculturalismo: examinando a política de reconhecimento*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Tratado da União Europeia, (1993), Lisboa: Assembleia da República
- Tripier, M. (1989). Les associations, l’entreprise et la vie local. *Revue Européenne des Migrations Internationales*, vol. 5, 1, 2.º trimestre, pp.85-95. Poitiers.

- Yin, R. K. (1994). *Case Study Research: Design and methods*. Thousand Oaks: Sage.
- Uzzi, B. (2000). The Sources and Consequences of Embeddedness for the Economic Performance of Organizations: The Network Effect – *American Sociological Review*.
- Viegas, J. M. L. (2004). Implicações democráticas das associações voluntárias. O caso português numa perspetiva comparativa europeia, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 46, pp. 33-50.
- Vilaça, H. & Oliveira, M. J. (no prelo), “Portrait du Catholicisme au Portugal”. In Pérez-Agote, Alfonso [et al.], *Portraits du catholicisme: Belgique, Espagne, France, Italie, Portugal*, Paris: Rennes.
- Zukin, S. (1995). *The cultures of cities*. Malden USA & Oxford: Blackwell Publishers.

7. ANEXOS

ANEXO I – INSTRUMENTOS METODOLÓGICOS

Imigrantes luxemburgueses no Algarve: Histórias de Vida

Tese de Mestrado em Educação Social da Escola Superior da Educação e Comunicação da Universidade do Algarve.

Apresentação

A investigação que estou a realizar tem como objetivo final elaborar uma dissertação de mestrado intitulada “Imigrantes luxemburgueses no Algarve: Histórias de vida”. Este trabalho surge no âmbito de um convite efetuado pelo Prof. Doutor. António Fragoso, docente da unidade curricular Metodologias de Investigação.

O interesse por esta temática resulta da minha própria curiosidade em compreender, através das narrativas das histórias de vida, o porquê de estes imigrantes abandonarem o seu país de origem, sendo este um dos mais ricos da Europa e, também, entender a sua atividade socioeconómica, o acolhimento e integração em Portugal, mais concretamente no Algarve.

Objetivos

A questão central desta investigação relaciona-se com os motivos que levaram os imigrantes luxemburgueses a deixar o seu país de origem e emigrar para a região do Algarve, que se desenrola nos seguintes objetivos:

1. Identificar os fatores facilitadores e motivadores do envolvimento migratório e as dificuldades e obstáculos encontrados ao longo da sua experiência;
2. Identificar o percurso de cada entrevistado(a) para compreender o seu papel no desenvolvimento socioeconómico da região;
3. Compreender o acolhimento e integração desses imigrantes na região do Algarve.

Fases a seguir

1. Realização de entrevistas a luxemburgueses e ao Embaixador do Luxemburgo - para uma correta e credível recolha da informação, as entrevistas são gravadas sob o consentimento do/a entrevistado/a, sendo transcritas pela investigadora; na transcrição das entrevistas e na utilização de excertos destas no texto da tese será

- assegurado o anonimato do/a entrevistado/a, ocultando todas as informações quanto a dados pessoais;
2. O tratamento e análise dos dados recolhidos - quaisquer informações prestadas nas entrevistas têm como único e exclusivo objetivo a realização da investigação para a tese de mestrado e não serão utilizadas para qualquer outro fim sem o consentimento dos/as entrevistados/as;
 3. A discussão e troca de opiniões com o/a entrevistado/a sobre os tópicos que a investigadora identificou e analisou a partir das entrevistas - consulta do/a entrevistado/a sobre aspetos que possam não ter sido devidamente identificados pela investigadora ou que suscitem um outro olhar ou forma de entender as questões;
 4. Apresentação ao/à entrevistado/a dos resultados finais e entrega de um exemplar da dissertação.

Princípios éticos

Considero que nesta investigação, como em qualquer outra, o papel da investigadora e dos sujeitos que voluntariamente concordam em conceder entrevistas são correlativos e assumem igual valor.

Na minha opinião, realizar investigação requer a criação de parcerias e a cooperação entre vários sujeitos que se unem com um objetivo comum, por reconhecerem valor a esse objetivo, ainda que as razões possam ser diferentes. Neste âmbito, considero os/as entrevistados/as como parceiros ativos desta investigação e congratulo a disponibilidade, a confiança e o interesse manifestado por todos/as.

A minha maior preocupação é ser honesta na análise dos dados e na sua apresentação, procurando captar com a maior lealdade possível a realidade que estou a estudar, mas também sei que a experiência de vida de cada pessoa é sempre mais rica e complexa do que o conhecimento científico que a partir daí possa ser construído. Isto mostra que assumo, logo à partida, a minha responsabilidade por todas as limitações do trabalho final.

Imigrantes luxemburgueses no Algarve: Histórias de Vida

**Protocolo de Consentimento Informado para a realização de
História de Vida**

Eu, _____ declaro participar voluntariamente no estudo realizado pela Elsa Oliveira (aluna da Escola Superior de Educação e Comunicação da Universidade do Algarve), para a realização da sua dissertação de Mestrado pela Universidade do Algarve. A minha participação incluirá a narração da minha história de vida, estando assegurada a confidencialidade da mesma.

Foram-me explanados os objetivos principais deste estudo e acedo responder à entrevista que explora questões sobre a imigração luxemburguesa no Algarve.

Assinatura: _____

Data:

Designação	Questões	Tempo previsto
1. Identificação	<p>Diga-me, por favor:</p> <ul style="list-style-type: none"> • o seu nome • a sua idade • a sua nacionalidade • o seu estado civil • o seu local de residência • as pessoas com quem vive • o número de filhos que tem • a sua profissão • o seu local de trabalho • as suas habilitações literárias 	3
2. Situação anterior ao projeto migratório para Portugal, mais propriamente para a região do Algarve	<ul style="list-style-type: none"> • Guarda boas recordações de vida no Luxemburgo? • Fale-me de um acontecimento que mais o marcou. • Recorda-se do seu passado com saudade, nostalgia ou indiferença? • Portugal foi a primeira opção para o seu projeto migratório? • Porque decidiu sair do seu país? • Porque escolheu o Algarve para residir? 	15
3. O projeto migratório no Algarve	<ul style="list-style-type: none"> • Quando chegou ao Algarve e, há quanto tempo vive nesta região? (dia/mês/ano) • Como foi acolhido pelo povo algarvio? • A decisão de emigrar foi sua ou de outra pessoa? • Emigrou sozinho (a) ou com outras pessoas? • Quando decidiu emigrar contou com o apoio de alguém? • Tinha familiares ou amigos no Algarve? • Ficou em casa de algum familiar ou de algum amigo? • Com que tipo de visto entrou? • Que transporte utilizou quando veio para o Algarve? • Quando chegou ao Algarve deparou-se com algum tipo de dificuldades? (idioma, cultura, hábitos) • Quem o ajudou a ultrapassar essas dificuldades? 	10
4. Situação laboral	<ul style="list-style-type: none"> • A sua vinda para o Algarve tinha objetivos laborais? 	

	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalha menos ou mais horas no Algarve do que no Luxemburgo? • Alguma vez foi alvo de preconceito ou discriminação no seu local de trabalho? • Relativamente à sua situação profissional, considera que melhorou ou piorou em conformidade à que tinha no seu país de origem? • Mencione fatores de satisfação/insatisfação no seu trabalho. 	10
5. Situação familiar	<ul style="list-style-type: none"> • Quando vai trabalhar quem cuida do (s) seu (s) filho (s) (as)? • Que mudanças ocorreram na sua família em relação à vinda para o Algarve? • Apoia economicamente familiares que se encontram no seu país de origem? 	10
6. Integração na sociedade portuguesa e ligação ao país de origem	<ul style="list-style-type: none"> • Como se integrou na sociedade portuguesa? • Quais as principais dificuldades que sentiu? • Tem hábitos culturais em Portugal específicos do seu país? (ver cinema e ler jornais do país de origem, ou outros...) • Pertence a algum grupo religioso, desportivo, político ou grupo de amigos que só integre pessoas do seu país de origem? • Que aspetos da sua vida gostaria de mudar? • Qual a sua opinião em relação aos algarvios? • Tem amigos portugueses? De que região? • Desde que está no Algarve já foi de férias ao seu país? Quantas vezes? • Mantém algum contacto com familiares, amigos e outras pessoas do seu país? • Quais os meios que mais utiliza? (email, telefone fixo, telemóvel ou carta?) • Costuma fazê-lo com muita frequência? 	15
7. Tempos livres	<ul style="list-style-type: none"> • Como ocupa os seus tempos livres no Algarve e como o fazia no Luxemburgo? 	3

10

8. Relação com os algarvios	<ul style="list-style-type: none"> • Como vê os portugueses em geral? O que pensa dos algarvios, refira aspetos positivos e negativos. • Como é a sua relação com os algarvios? • Acha que são diferentes ou semelhantes aos luxemburgueses? • Como acha que os algarvios a vêem? • Sente que a sua relação com os algarvios foi sempre boa ou sofreu alterações? 	
9. Satisfação com o projeto migratório	<ul style="list-style-type: none"> • Sente-se satisfeito(a) com a decisão que tomou de imigrar? • Se fosse hoje voltaria a tomar a mesma decisão? 	5
10. Projetos futuros	<ul style="list-style-type: none"> • Tenciona continuar a viver no Algarve ou pensa regressar ao Luxemburgo? • Planeia investir numa casa ou negócio no Algarve? • Tem intenção de emigrar para outro país? • Na sua opinião, Portugal poderá ser um espaço de oportunidades para os seus filhos? 	5
11. Tipo de autorização	<ul style="list-style-type: none"> • Está legalizado(a)? Tem autorização de permanência ou de residência? 	3

Désignation	Questions	Temps prévu (minutes)
1. Identification	<p>Dites-moi, s'il-vous-plaît:</p> <ul style="list-style-type: none"> • votre nom • votre âge • votre nationalité • votre état civil • votre lieu de résidence • les personnes avec qui vous vivez • le nombre d'enfants que vous avez • votre profession • votre lieu de travail • vos qualifications 	3
2. Situation antérieure au projet de migration au Portugal, plus particulièrement dans la région de l'Algarve	<ul style="list-style-type: none"> • Gardez-vous de bons souvenirs de la vie au Luxembourg? • Parlez-moi d'un évènement qui vous ait particulièrement marqué. • Vous vous souvenez de votre passé avec nostalgie ou indifférence? • Le Portugal a été la première option pour votre projet migratoire? • Pourquoi avez-vous décidé de quitter votre pays? • Pourquoi avez-vous choisi l'Algarve pour vivre? 	15
3. Le projet migratoire en Algarve	<ul style="list-style-type: none"> • Quand êtes-vous arrivé(e) en Algarve, et depuis combien de temps vivez-vous dans cette région ? (jour, mois, année) • Comment avez-vous été reçu(e) par le peuple de l'Algarve? • La décision d'émigrer est partie de vous ou de quelqu'un d'autre? • Vous avez émigré tout(e) seul(e) ou avec d'autres personnes? • Quand vous avez décidé d'émigrer, vous avez pu compter sur l'aide de quelqu'un? • Vous aviez de la famille ou des amis en Algarve? • Vous êtes resté(e) chez quelqu'un de votre famille ou chez un ami? • Avec quel type de visa êtes-vous entré(e) dans le pays? • Quel transport avez-vous utilisé quand vous êtes venu(e) en Algarve? • Quand vous êtes arrivé(e) en Algarve, avez-vous été confronté(e) à des difficultés? (langue, culture, coutumes) 	10

- Qui vous a aidé à dépasser ces difficultés?
 - Votre venue en Algarve avait des objectifs professionnels?
 - Vous travaillez plus ou moins d'heures en Algarve qu'au Luxembourg?
 - Vous est-il déjà arrivé d'être victime de discrimination sur votre lieu de travail?
 - En ce qui concerne votre situation professionnelle, vous considérez que celle-ci s'est améliorée ou s'est aggravée en comparaison à celle que vous aviez dans votre pays d'origine?
 - Mentionnez des facteurs de satisfaction/insatisfaction dans votre travail.
4. Situation professionnelle 10
-
- Quand vous allez travailler, qui s'occupe de vos enfants?
 - Quels changements y a-t-il eu dans votre famille relativement à votre venue en Algarve?
 - Aidez-vous économiquement des personnes de votre famille qui se trouvent dans votre pays d'origine?
5. Situation familiale 10
-
- Comment vous êtes-vous intégré(e) dans la société portugaise?
 - Quelles ont été les principales difficultés que vous avez ressenties?
 - Avez-vous, au Portugal, des habitudes culturelles spécifiques de votre pays? (regarder des films et lire des journaux de votre pays, ou d'autres habitudes...)
 - Vous appartenez à un groupe religieux, sportif, politique ou à un groupe d'amis où il y ait à peine des personnes de votre pays d'origine?
 - Quels aspects de votre vie aimeriez-vous changer?
 - Quelle est votre opinion en ce qui concerne les habitants de l'Algarve?
 - Vous avez des amis portugais ? De quelle région?
 - Depuis que vous êtes en Algarve, êtes-vous déjà parti(e) en vacances dans votre pays d'origine? Combien de fois?
 - Maintenez-vous un contact avec des personnes de votre famille, des amis
6. Intégration dans la société portugaise et liaison au pays d'origine 15

	ou d'autres personnes dans votre pays?	
	<ul style="list-style-type: none"> • Quels sont les moyens de communication que vous utilisez le plus? (email, téléphone fixe, portable ou courrier?) • Avez-vous l'habitude de les contacter très fréquemment? 	
7. Temps libres	<ul style="list-style-type: none"> • Comment occupez-vous vos temps libres en Algarve et comment le faisiez-vous au Luxembourg? 	3
8. Relation avec les habitants de l'Algarve	<ul style="list-style-type: none"> • Comment voyez-vous les portugais en général? Que pensez-vous des habitants de l'Algarve? Donnez-moi des aspects positifs et négatifs. • Comment est votre relation avec les habitants de l'Algarve? • Trouvez-vous qu'ils sont différents ou semblables aux luxembourgeois? • Comment trouvez-vous que les habitants de l'Algarve la voient/considèrent? • Sentez-vous que votre relation avec les habitants de l'Algarve a toujours été bonne ou a-t-elle souffert des changements? 	10
9. Satisfaction avec le projet migratoire	<ul style="list-style-type: none"> • Vous sentez-vous satisfait(e) avec la décision que vous avez prise d'émigrer? • Aujourd'hui, vous prendriez à nouveau la même décision ? 	5
10. Projets futurs	<ul style="list-style-type: none"> • Avez-vous l'intention de continuer à vivre en Algarve ou pensez-vous retourner au Luxembourg? • Avez-vous des plans pour investir dans une maison ou dans une entreprise en Algarve? • Avez-vous l'intention d'émigrer vers un autre pays? • À votre avis, le Portugal pourra-t-il être un espace d'opportunités pour vos enfants? 	5
11. Type d'autorisation	<ul style="list-style-type: none"> • Êtes-vous légalisé(e)? Avez-vous une autorisation de séjour permanent ou de résidence? 	3

Imigrantes luxemburgueses no Algarve: Histórias de Vida

Tese de Mestrado em Educação Social da Escola Superior da Educação e Comunicação da Universidade do Algarve.

Entrevista: Embaixador do Luxemburgo

Caracterização institucional da Embaixada

- O ano de fundação da embaixada
- Quantidade de pessoas que trabalham nesta estrutura
- Existência/ não existência de imigrantes

Linhas de intervenção da Embaixada do Luxemburgo

- Evolução dos objetivos e apoio prestado
- Intervenção individualizada junto da população imigrante

Perceção da evolução da Embaixada

- Conhecimento do número de imigrantes que existe na região do Algarve
- Distribuição/realidades socioeconómicas
- Necessidades e pedidos à embaixada
- Intercâmbios
- Atividades
- Principais ações desenvolvidas
- Participação dos descendentes
- Balanço (qualidade da intervenção, competências técnicas e de gestão, diálogo interinstitucional)

Na sua opinião

- Principais problemas que os imigrantes enfrentam quando recém-chegados a Portugal
- Principais barreiras que defrontam
- Portugal é um país atrativo em termos de acolhimento de imigrantes
- Problemas de racismo, desentendimentos ou confrontos entre a comunidade imigrante e os portugueses.

Outros assuntos importantes a referir que não tenham sido considerados nesta entrevista...

Perfil dos (as) entrevistados (as)

MARLENE

Ano e local de nascimento: 1967, Luxemburgo (vinda para Portugal em 1999)

Nível de escolaridade: 10º ano

Profissão: Empresária de uma Imobiliária

País de origem do pai e mãe: Itália e Áustria

RAYMOND

Ano e local de nascimento: 1960, Luxemburgo (vinda para Portugal em 2005)

Nível de escolaridade: Licenciatura

Profissão: Engenheiro da construção e Mestre de Celoleiro

País de origem do pai e mãe: Luxemburgo

PAUL SCHMIT – Embaixador do Luxemburgo

Ano e local de nascimento: 1966, Luxemburgo (vinda para Portugal em 2010)

Nível de escolaridade: Direito e Ciências Políticas

Profissão: Embaixador

País de origem do pai e mãe: Luxemburgo

ANEXO II – RELATOS DE HISTÓRIAS DE VIDA

Nota prévia

As histórias de vida expostas neste trabalho resultam de uma reestruturação e de uma reconstrução, efetuada pela investigadora mediante a escrita, dos relatos orais que foram recolhidos em diversos momentos da entrevista, preservando-se as características comunicacionais dos atores.

Considerando que o próprio processo de narrar as experiências pessoais se baseia numa (re) construção do fio da história, as “histórias” assim elaboradas devem ser entendidas como “relatos” ou “narrativas”.

Marlene

O meu nome é Marlene e tenho 46 anos. A minha nacionalidade é luxemburguesa, com origem estrangeira. Sou casada e moro em Lagoa. Vivo com o meu marido, que é comerciante, e a filha, que ainda é estudante e, neste momento, está a tirar o curso Digital Music and Sound Design, em Londres. Sou filha de imigrantes que estão no Luxemburgo desde os anos cinquenta (mãe com descendências de países de Leste mas crescida na Áustria e Alemanha e pai da Itália) e o meu marido, filho de portugueses que emigraram, em 1968, para o Luxemburgo, nos tempos onde se passava a fronteira a pé com a ajuda de passadores e com o risco de ser morto a tiro pela Alfândega. O meu pai, na Itália, do que sei, foi dois ou três anos à escola, quer dizer em 1938-1940. A minha mãe tem a 6ª classe, feita na Áustria entre 1940-1946. A minha sogra, sendo a mais velha de nove irmãos, não teve direito a frequentar a escola. O meu sogro fez a 4ª classe em Portugal, entre 1948-1952. Atualmente, estão todos reformados.

Tive uma infância como filha de um casal de imigrantes italo-alemão. Os meus primeiros oito anos foram vividos numa cidade, numa área onde habitavam poucos imigrantes na altura. Os imigrantes italianos eram mais concentrados numa comunidade chamada “*quartier italien*”. Na escola, sofri abastante o racismo. Mais tarde, mudei-me para uma aldeia com nove anos e, aí, encontrei verdadeiros amigos que não faziam diferença de nacionalidade. Cresci com a minha cadela e com muitos outros animais. Havia vários “*elevadores*” de vacas na aldeia. O pai de uma das minhas amigas era um deles. Este facto deu-me hipótese de assistir aos partos das vacas, brincar com elas ainda pequenas, beber o seu leite e aprender muito sobre este animal, que é muito inteligente, contrariamente ao que muitas pessoas pensam.

No Luxemburgo, fui empregada bancária e no Algarve trabalhámos sempre como independentes, como empresários no imobiliário (imobiliária para vender objetos a terceiros e investimento, construção e revenda de propriedades nossas).

Tenho o 10º ano, concluído em 1983, mas com formação contínua e obrigatória no setor bancário, tinha que fazer cursos de vários dias e a vários níveis. Estou a falar da formação contínua dentro do setor bancário: informática, matérias jurídicas, cursos sobre matéria bancária (que é muito complexa), etc. O banco para o qual trabalhei no Luxemburgo obrigava-nos a seguir regularmente todo o tipo de curso e tipo de estágios.

Atualmente, tento estar em dia, sobretudo na área da informática e da Internet. Estou sempre aberta a tudo. Se abirmos bem os ouvidos e os olhos, encontramos todos os dias alguma coisa para aprender. Posso dizer que em Portugal não gostaria de fazer uma formação avançada, porque há tantas pessoas formadas mas não há emprego.

Na nossa atividade, temos que saber negociar com os bancos como com qualquer outra entidade que vende algo. Foi uma vantagem ter tido alguns anos de experiência neste setor. Conhecer o funcionamento dos negócios dos bancos deu-me a vantagem de saber fazer cálculos que uma pessoa de fora não sabe. Tive a sorte de fazer parte desta geração que conheceu o sistema informático desde o princípio.

Naturalmente que guardo boas recordações de vida no Luxemburgo. A melhor recordação que tenho é que o governo luxemburguês desde sempre se preocupou com o bem-estar da população. Recordo-me sempre que, no primeiro dia de escola, todos os alunos receberam um livrete com cem francos (naturalmente não acessível aos pais e bloqueados até os dezoito anos). Os nossos pais (meus e os do meu marido), imigrantes de países mais pobres e menos evoluídos (Itália e Portugal) (exceto o da minha mãe, que veio da Alemanha e, já no início dos anos 40, acabou seis anos de escolaridade), receberam educação, trabalho e cuidados médicos. Nós, filhos de imigrantes, já tivemos uma vida melhor, graças à evolução dos nossos pais. Conseguimos ganhar muito bem a nossa vida e fazer parte da população da classe média alta. Com vinte e dois anos conseguimos construir uma linda casa, por exemplo. Quero também contar que sempre fomos disciplinados e trabalhadores. Sempre foi e ainda é o principal ingrediente do sucesso.

Um outro ponto é a igualdade entre a população. Dou um de muitos exemplos: temos um filho, recebemos x dinheiro, temos dois filhos, recebemos xx dinheiro, de abono, sem diferenças, se ganhamos 500 ou 5000. Quem ganha só 500 tem outras ajudas suplementares, mas não relacionadas com o número de filhos. Em Portugal, nunca recebi nada porque ganhávamos bem, o que não acho justo. Todos nós contribuímos com os nossos filhos, não interessa qual o salário dos pais. É uma discriminação. Lembro-me de que no Luxemburgo, pela manhã, tínhamos na escola e em pé de igualdade um leite quente e um pão de borla. Em Portugal, nas escolas do Estado sempre nos pediram dinheiro para os mais “*desfavorecidos*”.

Não tenho nenhum acontecimento que mais me marcou. Posso dizer que recordo o meu passado com indiferença, porque saímos do meu país de origem para viver ao sol. Portugal foi a primeira opção para o nosso projeto migratório.

Saímos do nosso país após "os anos de ouro" e, na altura, com o LUF a cinco vezes mais do valor do Escudo. Financeiramente, fazia parte, na altura, da classe média luxemburguesa, mas notámos que não tínhamos tempo para a nossa filha (com cinco anos) e decidimos viver com uma qualidade de vida diferente. Sempre fomos um bocadinho "*hippies*" a nadar contra a corrente. Na época, fomos chamados de "*malucos*" por querermos viver em Portugal. Como conhecíamos a região da Beira Interior e de Aveiro, por termos lá familiares, um tio e uma tia, e termos passado sempre férias aí, decidimos viver em Portugal, com uma certa preferência por Aveiro, de que ainda hoje gostamos muito. As férias eram marcadas pelo convívio, pesca, passeios e comidas muito boas. E o pão é uma delícia em Aveiro.

Após termos viajado por Portugal para cheirar o ambiente nas diferentes regiões, o Algarve atraiu-nos por causa do clima. Só após ter chegado ao Algarve definitivamente é que notámos que a comunidade internacional era muito maior no Algarve que em qualquer sítio de Portugal. Esta descoberta foi muito positiva para nós, também estrangeiros, pois, chegando a um país que não é o nosso, sentimo-nos mais à vontade sabendo que há uma mistura de nacionalidades, é um sinal de mentalidades mais abertas. Não tirei nem vantagens nem desvantagens da comunidade internacional. É simplesmente interessante ter contacto com pessoas de várias culturas. Dá para conhecer as tradições e os hábitos que cada um tem e, como se sabe, falamos várias línguas e assim tivemos hipóteses de praticar todos os dias o inglês, o francês, o alemão e o italiano no Algarve, devido à comunidade estrangeira, e ainda aperfeiçoar o nosso inglês e até de aprender algumas palavras russas.

Chegámos ao Algarve em 1999, estou no concelho de Lagoa desde 2004. Posso considerar que fazemos parte destes que escolheram o Algarve não por necessidade mas por gostar, desde sempre, do povo português e do país em geral. A nossa "*zona*" é mais a Beira Interior. O Algarve foi escolhido na altura (1999) por causa do clima e por ser o canto de Portugal com mais influências estrangeiras.

Fomos acolhidos, em geral, bastante mal por parte do povo algarvio, com mentalidades fechadas e aproveitadoras. Na escola pública, onde a nossa filha andou no 2º e 3º ano, ela sofreu bastante por ser estrangeira. Foi uma das razões por que a mudámos para a EIA (Escola Internacional do Algarve), em Lagoa. Da restante população portuguesa residente no Algarve fomos recebidos com gentileza. O nacionalismo faz parte da estupidez humana. Só mentalidades fechadas julgam as pessoas de acordo com a nacionalidade em vez da personalidade. Infelizmente, esta estupidez viveu-se também nos primeiros anos da nossa vida no Algarve, sendo aí, novamente, considerados como estrangeiros. Hoje, como temos o nosso cerco de amigos internacional e português, já não nos importa encontrar às vezes pessoas com preconceitos. Hoje em dia, felizmente, esta mentalidade já não é tão presente nos mais jovens.

Isto para dizer que, seja no nosso país de origem, no Luxemburgo, ou em Portugal, quando escolhemos um país para emigrar somos sempre considerados "*estrangeiros*", isto por termos crescido com mentalidades multiculturais e não puramente típicas do país. Por tudo isto, não nos consideramos com mentalidades típicas luxemburguesas, mesmo por termos passado trinta e três anos da nossa vida no Luxemburgo. E não nos consideramos como "*típicos*" luxemburgueses nem como portugueses, mas como europeus. E não concordamos totalmente nem com uma nem com outra. Aprendi que se deve aproveitar das influências positivas e deixar as negativas de cada país.

A decisão de emigrar foi nossa, quer dizer, do meu marido e minha. Emigrei com o meu marido e a minha filha e com dois cães. Não contei com o apoio de ninguém. Não tinha familiares nem amigos no Algarve. Quando chegámos a Portugal, não ficámos em casa nem de amigos nem de familiares, comprámos a nossa própria casa. Quando viajámos para Portugal, utilizámos o carro; como tínhamos dois cães...

Assustas-me com esta pergunta. O Luxemburgo faz parte das comunidades. Livre circulação de bens e de pessoas = tratado de Schengen (Luxemburgo). Visto é para toda nacionalidade fora das comunidades.

As dificuldades que encontrámos quando chegámos ao Algarve, posso dizer que o idioma não, porque o meu marido é de origem portuguesa, mesmo que tenha vivido desde os seus quatro anos no Luxemburgo. A nossa filha falava algumas palavras mas, com seis anos, foi questão de um trimestre para conseguir falar português. Eu aprendi

rapidamente no dia a dia, tal como no seguimento dos trabalhos de casa da minha filha. O facto de conhecer a língua italiana ajudou-me bastante. Quanto à cultura e hábitos, não quero chamar-lhes dificuldades, mas foi preciso uma fase de adaptação. Não quer dizer que concordei com tudo, mas tive que aceitar. Como imigrante, a regra principal é adaptarmo-nos ao país, mantendo a nossa própria cultura sem a querer impor aos outros. Viver e deixar viver! Respeito os outros para que me respeitem a mim, é a receita ideal para um bom convívio, qualquer que seja a nação, valores que nunca mais se perdem.

Posso também confirmar que não vi país nenhum como o Luxemburgo na CEE, onde o governo emite todos os documentos principais em francês e alemão e, adicionalmente, na língua portuguesa, um dos muitos passos que o Governo tomou, para facilitar a imigração. O bom nisto tudo é que este sistema facilita muito a vida dos imigrantes portugueses. O mal, do meu ponto de vista, é que a maioria dos portugueses adultos não fazem muito esforço para aprender a língua do país onde estão a viver. É pena, porque eu acho que se deve aproveitar qualquer ocasião para continuar a sua própria educação. Foi o que fiz quando emigrei para Portugal. Ninguém nos pode ajudar se tivermos dificuldades. Temos que aprender a conviver com a população do país para onde emigramos e temos que aprender como lidar com mentalidades diferentes da nossa.

Quando chegámos ao Algarve, não tínhamos nem mais nem menos expectativas. Como estávamos economicamente muito bem, só esperávamos uma qualidade de vida melhor ao nível do clima e da nossa pequena família. Em relação ao mercado de trabalho português, nem boas nem más. Sabíamos que iria ser uma incógnita. Portugal apresentava melhores condições a nível de qualidade de vida. É o saber viver que faz falta no Luxemburgo. Mesmo com salários altíssimos (em 1999, a economia luxemburguesa ainda estava no topo), a maioria das pessoas não sabem aproveitar as coisas pequenas que a vida oferece, tal como ter saúde, alguém que se ama, os filhos e muito mais... Ainda hoje digo que o português sabe viver melhor com quinhentos euros que o Luxemburguês com cinco mil. O sistema do país também não deixa. A vida é completamente diferente.

Relativamente às condições ao nível do sistema de saúde, de educação e outras, Portugal não tinha, em 1999, e ainda hoje não tem, condições atraentes. Repito, se não tivesse tido uma situação económica muito agradável, nunca tinha escolhido Portugal como país de emigração, mas outro com o mesmo clima e fora da Europa. Se um

estrangeiro pretender desenvolver uma atividade é muito mais fácil em Portugal. Explico: no Luxemburgo, já em 2000, se quisesse criar uma empresa ou trabalhar por conta própria, por exemplo, na construção ou no imobiliário, o que foi o nosso caso, era obrigada a ter trabalhado no mínimo quatro anos nesta área e só com o diploma adequado se podia criar a empresa. Em Portugal, chega ter o capital necessário e respeitar as leis relacionadas com a atividade para abrir a empresa.

A nossa formação na área da construção foi a nossa experiência no terreno (no Luxemburgo). Tivemos que nos interessar, desde o início, por questões relacionadas com a nossa atividade e outros assuntos (impostos, leis, etc.). A nossa escola foi que andámos sempre bem aconselhados por um advogado, um contabilista e um jurista. Formação oferta = zero, é tudo contra dinheiro.

A minha vinda para o Algarve não tinha objetivos laborais; como já referi, foi o sol que nos convenceu.

Não trabalho nem mais nem menos no Algarve ou no Luxemburgo, mas de maneira diferente, antes empregada, depois independente e não dá para comparar sempre com o "*melhor e pior*".

Direi que não fui alvo de preconceito ou discriminação no meu local de trabalho; em todo o caso, não abertamente, porque no local de trabalho sou a esposa do dono da imobiliária.

É muito fácil de resumir: comparando o Luxemburgo e Portugal a nível da minha situação profissional, posso dizer que, em Portugal, os salários são muito inferiores. Nunca teria vindo se fosse obrigada a trabalhar para um patrão. A nível económico, foi bom até chegar a crise. Posso referir que, no Luxemburgo, tinha colegas e chefes de trabalho e, em Portugal, fui sempre eu a patroa. Lógico que como empregada ganhava de certeza mais no Luxemburgo do que em Portugal. Em 1999, ganhava-se uma média de cem mil francos e mais como empregada bancária com alguns anos de experiência, o que dá cerca de dois mil e quinhentos euros, mais os extras, mas com uma pressão enorme. Para fazer parte desta classe média não havia tempo para ir tomar um café durante as horas de trabalho ou tempo para a família. Pode-se ter a certeza.

Relativamente aos fatores de satisfação, posso referir que trabalhar por conta própria... quer dizer, não há domingos nem feriados, mas quando apetece ir à praia e descansar à hora do almoço está livre de o fazer. O imobiliário tornou-se uma paixão que, infelizmente, hoje em dia foi destruída pela má economia portuguesa.

Quanto aos fatores de insatisfação, ao longo dos anos encontrei alguns, mas é difícil... Em geral, são pessoas ou empresas do norte do país que, para trabalhar, prestam muito mais.

Como tínhamos liberdade a nível de horário, fomos sempre nós a ocupar-nos da miúda. Ocorreram mudanças muito positivas com a nossa vinda para o Algarve. No Luxemburgo, as pessoas (de qualquer nacionalidade) são muito materialistas desde sempre, suponho, devido ao nível de vida mais alto de uma grande percentagem da população (nesta percentagem, excludo a imigração dos últimos anos). Quando saímos do Luxemburgo tínhamos tudo, desde casa, carro, dinheiro, mas esquecemo-nos de viver e não tínhamos tempo para a nossa família. O povo português ensinou-nos o que é o convívio, a humildade e a dar importância à família e aos amigos.

Não apoio economicamente os meus familiares, porque eles não precisam.

Eu direi que, em geral, me integrei na sociedade portuguesa sem dificuldades. Durante a nossa infância e juventude, sofremos bastante por sermos filhos de estrangeiros, mesmo sendo a nossa integração rápida e total visto que, já nestes tempos, o Governo luxemburguês apoiava os imigrantes, fazia e continua a fazer tudo para que a integração se faça rapidamente. Depois do casamento, adotámos a nacionalidade do país, que deu aos nossos pais e a nós hipóteses de criarmos uma vida melhor. Estamos convencidos de que a mistura de nacionalidades é a melhor coisa que pode acontecer a qualquer país, sob condição de o imigrante integrar-se totalmente e de o habitante do país da imigração criar mentalidades abertas e apoiar o imigrante. Só quem viveu vida de imigrante percebe do que estou a falar.

Quando cheguei em 1999, tudo que era administração parecia-me estar num país com trinta anos de atraso, complicado e pesado e, muitas vezes, sem lógica nenhuma. Felizmente, isto também desenvolveu pelo positivo, mesmo que ainda hoje não se compare à organização dos países do norte da Europa com os do Sul (não é só um

problema português). Qualquer papel ainda hoje custa caro em Portugal em comparação com o Luxemburgo. Para ter sempre tudo a que estava habituada no Luxemburgo, tive que pagar um seguro privado de saúde e até a escola privada, tendo-me sido recusado o abono.

Em Portugal continuo a ter hábitos culturais específicos do meu país, como, por exemplo, ver programas de TV em alemão, francês, inglês e italiano. Não gosto da televisão portuguesa, porque não mostram nada de jeito e parece que evitam informar o povo sobre o resto do mundo. Guardei, naturalmente, alguns pratos que cozinho de vez em quando, mesmo hoje adotei a minha maneira geral de cozinhar à portuguesa.

Devo dizer que não pertenço a nenhum grupo que só integre pessoas do meu país de origem.

Neste momento, não gostaria de mudar nenhum aspeto da minha vida, aprendi a aceitar o que a vida nos dá e a aproveitar sempre o melhor. Com esta filosofia de vida, fico sempre uma pessoa com a mente positiva, mesmo nos momentos mais difíceis.

A minha opinião em relação aos algarvios, posso referir que, em 13 anos, só conseguimos ter um único casal amigo algarvio. Para dizer a verdade, acho-os diferentes dos outros portugueses.

Tenho muitos amigos portugueses no Porto, Aveiro, Beira Interior, Lisboa e da região do Douro.

Desde que estou no Algarve, não fui de férias ao meu país, mas vou visitar várias vezes por ano os nossos pais.

Mantenho contacto por telefone com os meus pais, a minha irmã, os meus tios e os meus primos. Posso dizer que também não perdi todo o contacto regular com todas as pessoas “não familiares”, mantenho contacto com uma parte da família na Alemanha e Itália. Com a minha mãe contacto quase todos os dias, com os outros não há regras, sempre que apetece, mas é regular. Somos poucos, mas somos bons.

Que pergunta! Para mim, tempos livres no Algarve quer dizer divertimento com os amigos, viajar dentro e fora de Portugal, naturalmente praia, convívio com verdadeiros amigos, não com pessoas de negócios e mesa cheia com boa comida. Desde que estou em Portugal, viajei muito pelo mundo e dentro de Portugal falta mesmo só conhecer Trás-os-Montes. No Luxemburgo, sítios fechados, não há muito para divertir. Naturalmente que se tem que tomar em consideração que, na altura, entre os dezoito e os trinta e três anos, os interesses eram diferentes de hoje, com quarenta e seis.

Sempre gostei dos portugueses; são um povo humilde e amável, em geral. Quando fiz a minha primeira viagem para a Serra da Estrela, os portugueses ficaram logo com o sítio no meu coração. Em relação ao algarvio típico, pelo meu percurso feito durante os treze anos em que vivo no Algarve, acho que há falta de humildade e respeito para com os outros e não é trabalhador. Tenho muitas experiências negativas por parte dos algarvios a nível de trabalho nas obras. Mas, atenção! Falamos em geral, nunca se põe toda a gente no mesmo tacho, digo dos imigrantes no Algarve que tomaram os mesmos hábitos. Falamos desta percentagem de uma população que dá má fama a uma nação por ter comportamento negativo. Não entendo porque lá fora os portugueses se tornaram os melhores trabalhadores imigrantes. Eu até direi que os algarvios são as pessoas dos cinquenta para cima. No entanto, têm um aspeto positivo: ninguém sabe grelhar peixe melhor que o algarvio.

Eu dou-me bem com toda a gente, algarvio ou outro, só que cada pessoa tem o seu lugar nas relações. Quero dizer, aqueles de que se gosta menos deixam-se mais distantes. Os algarvios e os luxemburgueses são dois povos completamente diferentes, no entanto acho que há alguma semelhança, a falta de humildade. Não sei como os algarvios nos veem, mas acho que, para poder julgar sobre a diferença ou semelhança, deve-se ter ao menos viajado até ao Luxemburgo para conhecer a cultura e os hábitos. Quem nunca saiu do “cantinho” não consegue ter uma opinião realista. A minha relação com os algarvios foi, em, geral neutra. Quero especificar que a maioria dos nossos amigos são portugueses, quer sejam os que vivem no Algarve ou os que vivem noutras regiões.

Sinto-me satisfeita com a decisão de emigrar, os anos que passei no Algarve deram-nos uma qualidade de vida diferente da que tínhamos no Luxemburgo, sobretudo o clima, mesmo com todos os pontos negativos do sistema português (saúde e educação) com os quais tive que conviver. Mesmo sabendo que a economia portuguesa iria abaixo, como

está a acontecer nos últimos anos, voltaria a tomar a mesma decisão, porque encontrei tudo o que não tinha no Luxemburgo desde que cheguei: tempo para a minha filha e para o meu marido, uma qualidade de vida muito boa para nós e até para os nossos cães, o clima, a comida fabulosa, a hipótese de ganhar a minha vida muito bem até à chegada desta crise, muita amizade e muito convívio e a hipótese de poder dar (graças também às nossas possibilidades económicas) uma formação internacional à nossa filha.

Posso também referir que um dos fatores por que o projeto migratório se revelou satisfatório foi o facto de ter emigrado com algum dinheiro. Nunca o teria feito, porque neste país o Governo preocupa-se muito pouco com a população.

Não, agora que a minha filha está a estudar em Inglaterra estamos livres de tomar decisões sobre projetos. Não espero desenvolver a minha atividade, porque já perdi toda a esperança. E, como já não se consegue ganhar dinheiro no imobiliário, ainda por cima o Governo tira tudo o que se ganha com IVA, impostos, etc. a classe média... e estou a ver a miséria de muitos, sei que Portugal acabou para os pequenos investidores. Para dizer a verdade já algum tempo que sabemos. Não pretendo investir em mais nenhum negócio aqui em Portugal, com um Governo que só destrói a classe média. Planeio emigrar para outro país.

Em Portugal, existem poucas ou nenhuma políticas culturais e de apoio o que é de extrema importância. Vou contar um exemplo que se passou no Luxemburgo em setembro de 2012. Cerca de vinte e sete alunos ficaram sem lugar de aprendizagem. No 10º ano, os jovens que pretenderam seguir uma formação profissional numa dada área, teriam de arranjar um patrão para fazer um estágio de três anos, durante o qual iriam à escola duas vezes por semana e exerciam a profissão escolhida três vezes por semana. Aconteceu que foi criticado este sistema, porque quem não arranjasse trabalho com um patrão não podia frequentar a escola. Assim, reuniram-se os pais e os professores e, no final, o Governo arranjou lugares para todos os alunos que não tivessem patrão.

Os apoios, em geral, não me referindo só aos jovens, numa escala de um a dez, Portugal está cotado no um (negativo) e o Luxemburgo no dez (positivo). Posso dizer que, ainda há poucos dias, um senhor português disse-me que estava mil vezes melhor no Luxemburgo do que em Portugal, porque no Luxemburgo não lhe faltava nada, ele estava sobretudo a falar do sistema de saúde. Considero que não se deve só dar apoios,

mas também educar e exigir da população disciplina e trabalho, assim a parasitagem económica fica menor num país. Posso exemplificar, em Portugal quantos conheci que recebiam ou ainda recebem subsídio de desemprego e trabalham em obras ou limpezas sem declararem? E na Segurança Social eram sempre os mesmos a fazerem escândalo até receber uma ajuda financeira. Por outro lado, acompanhei durante algum tempo uma pessoa de nacionalidade inglesa que ficou numa situação financeira difícil de um dia para o outro. Nunca recebeu apoio, visto que nos anos anteriores declarou bons salários, mas quer dizer que também pagou bons impostos. Mas quantos casos ocorreram que os maridos “*limparam*” a conta e foram-se embora e que estas perderam o emprego? A Segurança Social recusou a ajuda devido ao IRS anterior. Não passaram fome graças ao apoio de pessoas privadas. Foi escandaloso.

É de salientar que faria todo o sentido Portugal apoiar todo o tipo social para acelerar a integração, nomeadamente melhoria do sistema de ensino e garantias de assistência social (saúde/reforma). Mas isto não se limitaria só aos estrangeiros em Portugal, mas também aos ciganos que têm documentos portugueses. Quanto ao apoio financeiro, acho que não, considero que toda a população deve ter os mesmos direitos e obrigações, não se deve julgar se é preciso apoio financeiro pela nacionalidade mas pela situação económica de uma família. Por tudo o que já contei atrás e pelo facto da diferença dos salários entre Portugal e muitos outros países da Europa, Portugal hoje em dia não é o espaço de oportunidades para ninguém.

Comunidades = autorização de residência. Como sou de um país da CEE, tenho simplesmente uma autorização de residência. Todos nós das Comunidades Europeias temos o direito de circular livremente e viver, dentro da CEE (Tratado de Schengen (LUX) = livre circulação de pessoas e de bens). Neste nosso caso concreto o governo português só pode aceitar e dar uma autorização de residência. Não tem direito de recusar ou complicar, como pode fazer com uma pessoa que vem de um país fora das Comunidades. Daí pessoas como nós nunca quisemos a nacionalidade portuguesa, porque não dava vantagens, só complicações a nível da administração. Dou-te um só exemplo: quem tem nacionalidade luxemburguesa ou até outra, pode solicitar o registo criminal via Internet. Se estiver limpo, em 3 dias está em casa por correio e sem custos.

Uma das experiências ridículas que tive foi quando morreu a minha sogra. No Luxemburgo foi a Câmara, em 5 minutos tiraram uma certidão de Óbito do computador

(nacional e internacional). E já está, deixam-te em paz, o resto corre tudo automaticamente, regulado pelas leis (heranças e outros assuntos). Até uma ajuda financeira, para todos iguais para pagar o enterro vem automaticamente em poucos dias. Em Portugal, o meu sogro teve que fazer a declaração nas Finanças mais uma escritura no notário. E, sabes, o mais ridículo é que o imigrante português tem 3 meses para fazer tudo, pagamos uma multa de 50 Euros nas Finanças, como se o imigrante devesse conhecer estas leis. E, em geral, o luto é grande e ninguém tem cabeça para pensar em documentos.

Raymond

Meu nome é Raymond Weisgerber. É um nome quase alemão e tenho 53 anos. A minha nacionalidade é luxemburguesa e sou casado com uma alemã que se chama Petra. Ela morou muito tempo no Luxemburgo e foi daí que nos conhecemos. Moramos no Carvoeiro, no sítio da Quinta do Paraíso, é um sítio turístico e temos lá apartamentos para alugar. De momento, moramos com o meu filho, Claude. Para além do meu filho, tenho também uma filha que mora no Luxemburgo, ou seja, tenho dois filhos.

A minha profissão é construtor da construção civil. A primeira profissão é celoleiro, mestre de celoleiro. Tive uma empresa no Luxemburgo há vinte anos, de construção de coisas em alumínio, passadas, janelas, portas... tudo... uma loja pequena para começar e, no final, aumentou. Começou com seis pessoas e mais de cem pessoas no final. A empresa foi crescendo todo o tempo, mas com muito trabalho. Eu era construtor técnico da empresa de construção em sociedade com o meu irmão. Vendi, em 2003, a parte da minha sociedade ao meu irmão para liberar os meios capitais para fazer outra coisa.

A ideia foi de ficar aqui a morar. Atualmente, tenho uma sociedade no Carvoeiro. Uma aldeia turística. Esta sociedade faz trabalhos de construção, de agricultura mas pouco por momento, é de “*developar*”, porque é para futuro projeto e de turismo. Temos apartamentos para alugar, temos também uma quinta aqui, em Porches. Sou Diretor Geral da sociedade, em conjunto com a minha esposa. Eu sou mais o técnico da construção, agricultura e renovação e ela faz mais a parte de turismo.

As minhas qualificações, posso dizer que tenho a Escola Superior de Tecnologia, o diploma de engenheiro da construção e celoleiro.

As recordações da minha vida... estão um pouco separadas, de um lado sim... de um lado não.... Do lado profissional sim, porque o Luxemburgo é um país que contém força, contém energia, pode-se realizar muito resultado, existe uma enorme concorrência, desse lado, não é tão agradável, porque não é bom para a saúde, há muita pressão. Fiz lá vinte anos de “*developar*”, coisas..., lá fiz também trabalho público, um pouco como professor para celoleiros, fiz certificações de mestres, residentes da construção, trabalhei muito no setor público.... Infelizmente, a saúde, esteve um pouco reduzida, menos vida. Desse lado não foi tão agradável... não tenho bons “*souvenirs*”.

A boa recordação pode-se dizer, que no Luxemburgo pode-se realizar uma situação agradável de finanças. Em relação ao país, realmente gosto mais de estar aqui, porque o Luxemburgo é muito nervoso, há muito stresse no trabalho, muita pressão e também há muito stresse para realizar a escola. Na escola há muita concorrência. A mentalidade geral, também desse lado, é já um país que pressiona muito os jovens para trabalharem mais. É uma mentalidade de trabalho, o que é mais importante é trabalhar, fazer dinheiro, desse lado, económico... e o resto é pouco.

Quando fui jovem, foi um pouco diferente, mas a situação é essa... Por isso posso dizer que é um dos países mais ricos da Europa. A condição a nível social não é tão boa. É um país que é uma máquina de fazer dinheiro, esse é o principal objetivo, geralmente é isso. Estive lá no último verão há três dias e foi muito, já acabou. Saí do Luxemburgo porque existe um clima geral não tão favorável..., é já diferente!... O contacto pessoal não há como aqui, as pessoas não são gentis, não são abertas, são todas fechadas e só falam com grupos e quando não há esse grupo, não há contactos. E são pessoas um pouco negativas. Finalmente, acabou a vida lá, pode-se dizer que acabou já uma vida, para começar uma outra vida aqui. Mas já estou contente, tenho uma vantagem... pude aproveitar essa vida para realizar a minha vida aqui, é já uma grande vantagem.

A experiência económica e profissional também para aqui é uma vantagem. Não gosto de estar muito tempo lá. Para mim, é puxado! Não! Não! Um dia pode ser que não goste mais de estar aqui, então vou para outro país, mas regressar não! Penso que não.

Algum acontecimento positivo ou negativo? Quando fui jovem, fiz muito desporto, fui muito desportivo e lá tive muito sucesso, mas só privado, não pessoal. Pratiquei atletismo, martelo, discos. Até aos dezoito anos fui o melhor do Luxemburgo, o mais “*performance*” do Luxemburgo. Aos dezoito anos, recebi um prémio, o 1.º Nacional. Tive um pouco mais de musculatura que agora. Fiz voltas pela Itália, Suíça, Alemanha, fiz concursos e tudo... gostei muito. Mas, por outro lado, os meus pais nunca aceitaram. Não gostavam. O meu pai dizia: -“*não é bom fazer desporto, não gosto, não precisas fazer desporto, precisas trabalhar*”, é isso que ele dizia. No Luxemburgo trabalha-se.

Depois... bom... a situação familiar, bom... isso não é geral para o Luxemburgo, mas a minha..., também desse lado não há muito a dizer.

Tive a minha própria família, esposa e duas crianças e, quando fiz 40 anos, divorciei-me e isso foi já marcante na minha vida. Uma marca negativa na minha vida, porque depois não tive a mesma situação. Não tive mais interesse em progredir. Três anos depois, acabou também a minha situação profissional, que não tive mais interesse em continuar lá. Já estava divorciado... mas também porque as minhas crianças a minha filha, o filho, não tinham interesse desse lado, em continuar o meu lado profissional. A minha filha é professora de línguas e o filho é cozinheiro. O filho está cá no Algarve e a filha é professora no Luxemburgo. Todos os dois não tiveram interesse na profissão de Celoleiro, fabricação de alumínio, nada.... Não quiseram seguir a profissão do pai. O meu irmão tem dois filhos e eles os dois manifestaram interesse em continuar, isso é já outra coisa. A minha primeira mulher ficava em casa a cuidar das crianças, não tinha um trabalho profissional, fez muito desporto, mas não teve um trabalho profissional, Oh! Teve já muito trabalho, mas na casa, não para dinheiro.

Atualmente, posso dizer que é mais ou menos indiferente, porque para mim o Luxemburgo acabou. Não é mais, de long,e o meu país. Neste momento, sou europeu, com tendência portuguesa, porque tenho já a residência definitiva. Gosto de morar aqui “*clauterrié*” em francês é acabar. Tive um pouco de problema, porque precisei de tempo, porque, quando se está habituado a um tipo de país como o Luxemburgo, há uma grande diferença em estar aqui, de morar aqui. É completamente diferente em muitas direções.

Profissionalmente, há muitas diferenças, penso que se precisa de cinco anos para se estar bem e não de ficar como turista. Agora posso dizer, já gosto muito de estar aqui em Portugal.

Foi a minha primeira opção fazer o projeto migratório para Portugal. Tenho um amigo luxemburguês de origem italiana que é casado também. No momento em que decidi não morar mais no Luxemburgo, fez o transporte das coisas para o Carvoeiro, porque quis comprar uma casa no Carvoeiro, e ele perguntou-me se eu gostava de o visitar. E em 1998, pela primeira vez, ele veio de férias para o Carvoeiro. Em 2004, decidi vir de férias para casa desses meus amigos e eu gostei muito de cá estar. Disse aos meus amigos que queria ter uma casa para passar cá o inverno, porque o inverno é o pior no Luxemburgo, só tem frio, tempo mau e chuva. Em 2005, no final do inverno, eu disse à

Petra (mulher) que não queria mais regressar ao Luxemburgo e pedi que ficássemos aqui e comprei o meu primeiro apartamento para morar aqui e cá estou.

O que mais me espantou, quando cheguei a Portugal foi o sol, o mar, o clima.

Não falava uma palavra em português, nesse tempo. Mas foi muito fácil, porque aqui fala-se inglês, francês, alemão. Aqui há muita gente que fala outras línguas, por isso é fácil. É também por isso que gosto muito de morar num sítio turístico. A Quinta do Paraíso é turística, existem pessoas de outras nacionalidades e não há problemas em falar, em relacionar. Como trabalhei muito sob stresse, gosto muito dessa situação, com férias. Aqui é mais um local de férias, mais leve, não é tão duro e é mais calmo.

Quando saí do Luxemburgo, vim diretamente para o Algarve. Nos primeiros três anos que cá estive..., mais tarde tive interesse de ir mais longe, de conhecer todo o país. Tenho uma mota e fiz muitas voltas pelo país. Foi muito bom.

Decidi sair do meu país, porque estava divorciado. Não quis trabalhar nem morar mais no Luxemburgo, sem esposa, sozinho e sem ocupação profissional. Não dá grande prazer. Aqui é diferente, é outra coisa.... As principais razões foram o estar sozinho e não gostar da ocupação profissional. Devo dizer que agora não vale a pena estar lá. O clima, o ambiente social ou outra coisa, não é uma vantagem lá. Ao contrário, não há muito. Aqui é diferente, como já tive experiência aqui com os meus amigos, aqui é diferente, “*change*” já.

Chegámos ao Algarve em 2005 e vivo no Carvoeiro há 7 anos na mesma casa. Os portugueses são muito gentis, têm bom carácter, são abertos, simples e muito positivos. Agora posso dizer que conheço mais pessoas de origem algarvia. Há também outras, que têm um nível mais alto, mas são difíceis de se encontrar. Eu penso que estão mais isoladas. Com a crise, sinto as pessoas um pouquinho mais tristes, mais desanimadas. Quando cá cheguei, nunca tive a impressão que faltasse alguma coisa. Agora já posso dizer que há problemas financeiros, há pessoas que não têm mais trabalho, há também pessoas que se vão embora para a Suíça, Alemanha ou Luxemburgo ou então vão para outro país, porque não existem oportunidades de trabalho aqui. As condições são um pouco mais difíceis.

A decisão de emigrar partiu do meu amigo que me fez o convite e disse como se pode viver aqui e eu decidi vir. O contacto foi do amigo, mas a decisão foi minha. Emigrei com a minha esposa que, nesse tempo, era amiga. Quando decidi emigrar, tive muito apoio da minha mulher e dos meus filhos. De fazer isso sozinho, não. Nesse tempo, não estive de muito boa saúde, tive muitos problemas morais, depressões, esgotamentos, da vida que levava no Luxemburgo, estive muito doente. A maior causa foi o divórcio que me deitou muito abaixo em termos de saúde. Nos primeiros anos, precisei de muita ajuda para morar aqui agora não, já passou tudo, agora estou bem. Nos primeiros dois ou três anos que estive cá, estive a resolver esse problema primeiro. É consequência da vida que fiz no Luxemburgo. Eu penso que é normal, com tanto stresse, tanto trabalho, às vezes vinte horas por dia, quase não dormia nada. No Luxemburgo, há uma determinação, um tempo para fazer um trabalho, trabalhos grandes de milhões de euros, para fazer grandes casas, para oficial e tem uma penalidade de dez mil euros por dia se não se termina na data prevista. Se esse trabalho não está pronto, aplicam uma taxa de dez mil euros por dia, não é como aqui. Se dizem que tem que estar pronta até o primeiro de julho, deve estar pronta, com a chave na mão, senão todos os dias custa dez mil euros por dia. É por isso que há muita pressão de todos os lados. Sou Engenheiro e lá havia três Engenheiros que trabalhavam no próprio local da oficina, mais um coordenador, mais vinte e cinco ou trinta pessoas de montagem, mais a fabricação. Tem que se organizar tudo, porque senão tem que pagar depois. E tudo é reduzido ao máximo, - “*vá rápido, rápido, rápido*”. Esse é o lado que não é tão agradável. Por um lado, pode-se fazer muita fortuna mas só que tem que se respeitar isso! Infelizmente, há muitas empresas que dependem disso, tem que ter a capacidade de reagir porque precisa ou senão não funciona. É terrível! Eu não dormia, tomava medicamentos para estar ativo e também não comia por fim de semana. Umás vezes trabalhava vinte horas por dia, por um, dois dias, trabalhava dia e noite com três equipas, não todos os dias, claro! Havia também dias que eram mais agradáveis, mas não todos.

No Algarve, não tinha familiares nenhuns, mas amigos sim. O Vítor e a Ivone. A primeira vez que vim para o Algarve fiquei na casa desses meus amigos.

Quando entrei em Portugal, não precisei de visto, é a Comunidade Europeia. Só precisei do passaporte e do Cartão de Identidade. Nos primeiros tempos, vim como turista,

depois tratei da residência provisória, porque com a nova Lei foi fácil. Tive de ir à Câmara e tirei a licença de residente, sem haver qualquer problema, foi simples.

Quando vim para Portugal pela primeira vez para passar férias, vim de avião, depois, quando vim para morar, vim de carro. Trouxe coisas lá dentro e depois aluguei um camião para a restante mercadoria, móveis e outras coisas. A viagem de carro foi muito longa, perto de três mil quilómetros, que dá quase três dias, passei por Espanha também. Fiz uma boa volta para chegar até aqui.

Não me lembro de ter dificuldades com o idioma, com a cultura e com os hábitos. No Algarve é fácil, já conheço um pouco o centro, e digo que desse lado turístico é fácil, porque a cultura é muito aberta e internacional. Por outro lado, conheço bem o centro de Portugal e tenho também lá um sítio turístico, lá é muito importante falar a língua, conhecer um pouco as características das pessoas, aí já precisa de experiência. Para o primeiro contacto, o Algarve é perfeito porque tem o lado turístico.

Quando precisei de tratar dos meus documentos, como, por exemplo, da residência e de ir ao doutor, a minha esposa a Petra, que tem muito talento para tratar desses assuntos, ajudou-me sempre. Posso dizer que não tive dificuldades. Nos primeiros tempos, foi sempre ela que me ajudou a ultrapassar as dificuldades, com o telefone ou outras coisas, e tive também os meus amigos que deram muitas informações e indicaram-me onde ir para um sítio ou outro. Tive orientação. Em termos de saúde, o Carvoeiro tem um Centro médico que tem doutores de diferentes países, há uma mistura. Há também um médico multinacional que é alemão.

Com as outras instituições, não senti qualquer dificuldade. Dirijo-me aos serviços para resolver algum assunto e as pessoas atendem-me bem e tratam-me dos assuntos que pretendo, são muito competentes. A maior parte das pessoas falam o mínimo de inglês se não outras línguas.

O serviço público em relação ao Luxemburgo e Portugal, da minha experiência, não vejo grandes diferenças, porque não tive problemas de estar como empregado e não precisei de uma licença de trabalho. Penso que, se precisasse de trabalhar aqui nos primeiros tempos, iria precisar de documentos para licença de trabalho ou outra coisa, assim não posso dizer nada. Quando abri a minha empresa mais tarde, tive um

contabilista que me tratou e organizou tudo. Penso que o mais importante é ter uma boa organização. Há uma sociedade de contabilistas de Almancil que trabalham para mim e eles fazem todas essas coisas e tenho a esposa que faz de secretária. Não tenho problemas desse lado.

No primeiro momento, gostei só de fazer férias, porque tive tanto trabalho nos últimos anos, estive tão cansado, que só queria ir à praia, fazer um pouco festas e férias. Logicamente, que, depois de 6 meses, precisava já de alguma coisa. A primeira ideia foi comprar uma quinta, porque queria fazer um pouco de agricultura, mais natural, do lado natural. Não me interessava o trabalho por o lado económico, mas sim de fazer uma coisa do lado natural. Tive a fortuna de “*trovar*” um terreno em Porches. Isso foi o início do projeto, a ideia de construir esse sítio, como se diz aqui, agricultura com turismo, agroturismo, e lá estamos a trabalhar. Foi por isso que fizemos a empresa e agora tenho já três projetos todos na direção da saúde e da natureza. O primeiro negócio está em Porches, depois onde moro, no Carvoeiro. Tive a possibilidade de comprar mais apartamentos e chama-se Jardim do Paraíso, é realmente um jardim com piscina, bem natural. No centro de Portugal tenho o outro negócio, ao lado do rio Zêzere, na floresta que tem ao lado a grande barragem do Cabril, em Oleiras, Pedrego, é desse lado. Existe muita natureza, porque é dentro da floresta ao lado do rio, lá há muito trabalho porque há ruínas e só existe a possibilidade de reconstruir. Mas isso é a minha profissão de princípio. É por isso que tenho mais interesse em fazer essas coisas, faço da minha parte arquitetura, engenharia e reconstrução com as técnicas das mais modernas. Apesar de ser difícil com as novas leis, é já muito interessante reorganizar tudo, depois combina-se o trabalho da agricultura com a floresta e a natureza... também reconstruir isso, porque os terrenos aqui não são bons, não são de qualidade, precisam de muito reinvestimento, há muita erosão, o terreno tem mais de cinquenta anos em que nada foi feito. Por momento, tenho comer para cavalos, “*fetis*”, que é bom para a saúde de cavalos. Não tenho legumes, porque é mais complicado, pode ser para depois, mas preciso de “*trovar*” pessoas, encontrar pessoas que têm interesse em fazer, porque eu não posso fazer tudo.

Tenho uma equipa de três pessoas de construção que trabalham para mim, uma pessoa que ajuda no terreno da agricultura, só uma pessoa. Mas essas pessoas são livres, não são empresas nem empresários, não têm contrato, têm uma sociedade própria,

trabalhamos em conjunto em colaboração. Eu gosto mais desse lado, de ter outras empresas que trabalham com coordenação, em conjunto, é mais interessante. Há muitas pessoas aqui que têm cavalos e nós só temos quatro hectares, não é tão grande para fazer isso.

É um pouco uma vantagem a crise, porque temos a possibilidade de praticar bons preços, boa mão de obra e bom material. Desse lado, não há problema, continuamos a trabalhar bem. Bom, eu gosto também de pagar bem, não gosto de aproveitar a situação, tenho já um bom “*Know-How*”. O sítio do centro ainda não está pronto, este é o primeiro ano que vamos alugar essas casas. Até agora, fizemos só a construção. Vamos começar esse ano, no verão, a alugar esse sítio. É tipo um aparthotel. É muito bom e está na Internet. Já fazemos alguns alugueres de apartamentos e, em geral, são mais a portugueses que outros. Temos muitos clientes portugueses no Carvoeiro.

Falar de trabalho, posso dizer que trabalho menos, mas de atividade, posso dizer que faço mais. Não se pode ver isso como trabalho. Não é trabalho, é vida! Aqui, estou conformado do que faço e não tenho a impressão de que trabalho. Gosto de fazer. Faço muitas horas, mas não sinto que trabalho. As horas trabalhadas aqui e lá no Luxemburgo são quase iguais, mas aqui faço com mais prazer. Falar de tempo é quase a mesma coisa. Eu penso que isso depende mais das características pessoais, há pessoas que trabalham e gostam de trabalhar muito, há pessoas que não gostam de trabalhar. Eu sou uma daquelas pessoas que já preciso de fazer.

Não, nunca fui discriminado, porque sou o próprio chefe. Pode ser que há outros que são vítimas e não eu. Não sou vítima!

Depende, economicamente pode-se dizer que tive uma situação muito agradável no Luxemburgo, é verdade, muito difícil de realizar resultados económicos aqui, é verdade. Social, é completamente ao contrário, aqui tenho mais prazer de fazer alguma coisa, porque é mais fácil de ter sucesso. No Luxemburgo tem concorrência e, quando se tem sucesso, os outros sentem inveja, não gostam. Aqui, quando se tem sucesso, as pessoas juntam-se e gostam, existe mais afetividade e ficam contentes se tudo corre bem. No Luxemburgo, é o contrário. Gosto mais de estar aqui, penso que tenho mais sucesso. Económico, no Luxemburgo, social, aqui e financeiro no Luxemburgo, é mais fácil porque ganha-se mais.

Os fatores de satisfação, posso dizer que gosto de tudo o que faço. Gosto de fazer e não tenho a pressão de fazer coisas que não gosto. Não gosto, não faço. Quanto à insatisfação, é já pouca, não é definitiva, mas tenho problemas de “*trovar*” pessoas qualificadas junto da sociedade. Tenho problemas de informação, de contactos, tenho esse problema... gasto mais tempo a trabalhar, de fazer um pouco mais. Posso delegar nos outros mais responsabilidades, já fiz muitas tentativas mas, infelizmente, não funciona, porque desse lado, há um pouco de problema até agora. Essas pessoas não são competentes ou não gostam de assumir responsabilidades, se falamos de responsabilidades, essas pessoas não gostam. É de dizer que também gosto de trabalhar com pessoas portuguesas. Posso “*trovar*” pessoas estrangeiras na Internet, pode ser que seja mais fácil, mas isso não é a mentalidade do nosso projeto. Eu gosto de trabalhar com portugueses em Portugal e não multinacional. Tenho muito interesse em “*trovar*”, gosto também de trabalhar com estudantes ou pessoas mais jovens, que mostram interesse em evoluir e de ter responsabilidades. Preciso de trabalhar mais desse lado, para ter contactos. E aqui não é fácil de fazer, para mim não é tão fácil.

Tenho a Mireille, com 25 anos, e o Claude, com 22 anos, por isso não há mais esse problema de cuidar dos filhos.

Não houve muitas mudanças, porque não fiz muitos contactos familiares, desde o tempo do Luxemburgo nos últimos anos. A diferença não é grande. Já estou um pouco desligado. Posso dizer que faz sempre alguma mudança, mas não é importante.

Apoio economicamente a família, mas não é importante, não interessa mas faço.

Falar de integração é difícil de dizer, mais ou menos, agora penso que tenho já... Quando vim, precisei de compreender, precisei de tempo para compreender como funciona, porque o português funciona diferentemente de quem o conhece. Aqui, no Algarve, tenho de dizer que há já a situação que não soa a português, porque tem ingleses, holandeses, franceses, alemães e mais outras nacionalidades. Por um lado, é mais fácil, por outro lado é também complicado, porque é preciso ter carácter nacional, todos os países têm carácter nacional e aqui existe muito. É interessante saber como trabalham para conhecer como funciona.

No primeiro momento, porque depois fui tendo mais e mais contactos com portugueses e de lá até agora estou mais ou menos integrado. Mas não só com os portugueses, do lado geral posso-me sentir integrado sim, mas pelo lado especial. Como há coisas especiais, intimas, já se pode verificar que não sou português, que sou estrangeiro. Quando falo com os portugueses de uma coisa especial, de uma coisa importante ou mesmo de uma opinião política, sinto-me um pouco tímido. Por exemplo, se tu és holandês, penso “*veramente*” que nós... é normal, já posso sentir que não estou integrado. Eu penso que é normal, precisa-se de mais tempo. Sinto-me português, mais que outro, sim. Penso que sou mais português que outro até aqui.

As minhas principais dificuldades no princípio foram o querer sentir onde se encontravam as diferenças. Um dos primeiros amigos portugueses que tenho aqui, já um senhor um pouco mais velho que quis ajuda para comprar uma quinta, disse um pouco isso: -“*os portugueses têm problemas em fazer amizade com estrangeiros, porque existem duas coisas: a primeira é que não estão certos por quanto tempo vão ficar aqui, existem muitos estrangeiros que estão aqui por um, dois, três, quatro anos e depois vão-se embora*”. E o outro disse: -“*a partir do momento que tu gostas de comprar, de pagar, que tens dinheiro, são gentis, mas no momento que tu gostas de estar só com amigos privados, há um limite*”. É bom saber o que é a coisa..., é a coisa que gosta de vender uma coisa ou é realmente um interesse pessoal. De momento que não há mais para vender ou não há mais para comprar, gostam de falar em privado e não têm mais interesse. Distanciam-se. Isso pode ser uma dificuldade, mas precisa-se de acertar.

Em princípio, a televisão não. Gosto de ver um pouco os programas portugueses, mas gosto mais de ver os programas alemães e franceses. Percebo muito de alemão e um pouco de francês. Não sei porquê, mas até agora não tenho hábito de ver os programas portugueses. De rádio sim, na rádio existem programas portugueses que gosto. O que eu leio mais são os jornais alemães e franceses. Os jornais portugueses sim, mas só para ver as atualidades de Portugal, mas de televisão não gosto muito.

Não há muitos luxemburgueses aqui, eu sou sozinho do Luxemburgo. Não conheço. Tenho um amigo, mas tenho muito pouco contacto. O meu amigo é muito gentil, mas é já mais velho e não muito ativo, está todo o tempo em casa, faço visitas para beber uma cerveja em conjunto e ele também não está nada bem de saúde. Há já um grupo na igreja que é multicultural, um grupo religioso. Aos domingos, cantamos em conjunto,

lemos a *Bíblia*, escutamos, é muito aberta. Não é uma igreja católica ou coisa fixa. É uma reunião de domingo para mim. Há outros que se contactam mais e fazem coisas em conjunto, mas eu tenho a minha vida, vou lá porque é interessante escutar, “*meditar*” um pouco, desse lado. Existem também pessoas que conheço um pouco mais para contar as novidades. Depois de duas horas de igreja, vamos beber café, escutamos um pouco uns aos outros e também descansamos. Aqui, não faço parte de nenhum clube desportivo. Estou um pouco ocupado com o meu trabalho, com os projetos, tenho muito a fazer. Fico contente de estar em casa à noite, de dormir e não preciso mais de convívio. Tenho já muitos.

Posso dizer os aspetos da minha vida que gostaria de mudar, mas não oficial. Posso dizer depois. Estou muito contente, há uma outra coisa que gostava já de “*changer*”, mas vamos ver depois, não é oficial.

Tenho amigos portugueses da região algarvia. Um ou outro amigo é perigoso. Conheço muitas pessoas, mas nem todas as pessoas são bons amigos, há já uma diferença. Tenho um ou outro amigo português aqui e tenho um ou outro amigo português no centro de Portugal, uma pequena aldeia que se chama Sobral. E lá tenho porque tem pesca e eu gosto muito da pesca e tenho lá um ou outro amigo que também pesca, há um que tem um café. Pesco com os amigos, mas não é nada organizado com grupos. Não faço parte de grupos. Gosto de estar livre.

Desde que estou no Algarve já estive uma ou outra vez no Luxemburgo, mas não para fazer férias, só para organizar documentos, coisas. Em sete anos que estou aqui, penso que estive lá três vezes no total. Não me deixou saudades. Duas ou três vezes por uma pequena semana.

As únicas pessoas com quem mantenho contacto no Luxemburgo é a minha mãe, por telefone. Por momento é tudo, a minha mãe e a minha filha. Os meios que utilizo são os *e-mails*, o telefone pela Internet porque é mais barato. Faço muitos contactos a nível profissional para os bancos e contabilistas. Mas, como não tenho mais ocupações profissionais no Luxemburgo, neste momento só faço contactos privados, é quase tudo privado e uso mais a Internet. Frequentemente não, é mais ocasionalmente, não muito. Para o Luxemburgo só faço um contacto por semana, telefone ou *e-mail*, não mais.

É de ver o que se deve compreender com tempos livres. Tenho uma mota, faço voltas com a moto pela praia, às vezes. Tem um ou outro café onde vou beber o café. Nos tempos livres, gosto muito de conduzir o meu trator. Não é tempo livre, pode ser trabalho tempo livre. Tenho um barco à vela para pescar. Vela e pesca, faço no centro do país, aqui faço às vezes um pouco de pesca na praia. No Luxemburgo, quando fui jovem, tive muita atividade. Nos primeiros tempos, fiz muito desporto, fui muito desportivo. Como já disse, atletismo e pesca também porque o meu pai é um grande pescador, faz muita agricultura, é por isso que já conheço bem a agricultura. Eu ajudei-o nos primeiros tempos e um pouco mais tarde, tive muito interesse social. Fiz administração de empresas no Ministério Público e estive como Secretário-geral, fiz a atividade como Presidente da Câmara para Mestres de Celoleiro no Luxemburgo há muitos anos, fazia exames e toda a organização. A minha esposa não ficava muito contente, porque eu não estava muitas vezes em casa. Fiz muitas férias com a família, desde ski, sol e mar. No verão com sol, de inverno com ski, com neve. No Luxemburgo não tem sol e não tem neve. Passei por Tenerife, Gran Canária, Maiorca, fui também à França do Sul, “Province”, Alemanha, Bayern de Munique, de inverno, à Suíça, Áustria, mas quase tudo dentro da Europa, nunca estive mais longe da Europa. Não gosto da América, China, ou outra coisa..., não gosto. Já sou europeu.

A minha relação com os algarvios é positiva. Não tenho problemas com nenhum português. Tenho um problema com uma pessoa, mas não é portuguesa, é belga, são diferentes. Geralmente, os algarvios são quase todos positivos, têm um bom carácter. Negativa, os algarvios não gostam muito de trabalhar, eu estou a trabalhar com pessoas daqui que me telefonam na segunda-feira a dar a previsão que não vou trabalhar hoje porque penso que vai chover. Eles só pensam que vai chover. Temos o prazer de dizer isso, mas é um pouco assim... Há uma razão de não trabalhar, porque penso que vai chover. É uma empresa de construção que faz muros, paredes, betão. Bom, fazer betão com a chuva não é bom, mas não tem chuva, só preveem que pode chover e nem aparecem para britar. Isso é uma amostra, é um pouco o princípio das pessoas. Os algarvios não estão tão motivados para trabalhar. Diferentemente das pessoas do norte.

Tenho uma equipa de pessoas do norte, de Pombal, que são completamente diferentes, gostam muito de trabalhar e estão motivados. É certo que não são todos iguais. Tenho a

impressão que os algarvios gostam muito de viver, mas não gostam de trabalhar. É só a minha opinião pessoal.

Os algarvios com quem me relaciono, já gosto de estar com eles. Eles são muito sérios...

Sou cristo mas não gosto de ir à igreja todos os dias, porque penso que não preciso. Mas vou e gosto muito do lado da vida de Jesus, não é porque está na *Bíblia*, mas há pessoas que podem não compreender a minha opinião, mas eu fiz um estudo. As pessoas que seguem a vida de Jesus, não podem estar com “*detalhes*”, “*detail*” sou mais eu e tu. Jesus, ah! É muito bom saber o que dizem e, assim, eu posso ver o lado dessa pessoa, como primeiro social-democrático do mundo de tudo o que dizem. Para estudar isso, posso ver, na minha opinião, a direção política sociodemocrática. É um pouco o meu princípio, gosto de viver esse princípio. Por isso é que também vou à igreja, não é para fazer muito movimento, e estou certo que isso é um bom caminho. Penso que os outros podem ver isso e podem respeitar. Tenho contactos não do primeiro momento mas de pessoas que já conheço um pouco mais. Já pude ver que as pessoas gostam de estar e reagir desse lado. Sinto que gostam de mim, gostam de estar na minha companhia. Tenho a impressão que a maior parte deles não se querem ir embora e já têm interesse em falar comigo. O resto é perguntar a eles.

Não posso sentir que a minha relação tenha sofrido alterações. A minha relação foi sempre boa com os algarvios, tenho outras relações mas não são algarvias, são outras e aí há já diferenças. No Luxemburgo, existem pessoas que podem ver de maneira diferente desde o primeiro momento e lá há já diferença, mas dos algarvios não. Há alterações, mas não diferenças. Negativo, nada de negativo, pelo contrário só positivo. Uma das coisas que um senhor velho disse há muitos anos foi que, se estiver mais tempo aqui, mais de cinco anos, como agora, quase oito anos, já há portugueses que podem compreender que tu vais ficar aqui mais tempo. Nos primeiros anos, os contactos são muito fáceis mas não profundos, agora tenho já um ou outro mais profundo. A relação já cresceu, é já mais velha.

Estou satisfeito com o meu projeto migratório, se fosse hoje voltaria a tomar a mesma decisão.

Nunca regressar ao Luxemburgo. Se eu não gostar mais de estar aqui, vou para outro país, mas não o Luxemburgo. Não é bom de dizer aos luxemburgueses, mas é isso. Estou de fazer mais projetos, sim! Já tenho, mas quero fazer mais. Tenho já escrito todas as atividades que quero fazer. O final deverá ser de ter um turismo de natureza, que não é só concentrado no Algarve, mas por todo o país. Já faço as minhas coisas agora, não é nada fácil de organizar tudo isso, devo realizar um nível económico de boa saúde. Por momento, faço muitos investimentos, mas não tenho benefícios e no momento de investir precisa de ter uma saúde económica. Penso que se pode fazer colaboração e coordenação com outras empresas que fazem esse turismo de natureza.

Depois tenho filhos... não sei... porque eu já sou velho. Nos próximos dez anos, pode-se já fazer, mas depois pode ser que não goste mais. Preciso de jovens para continuar.

Não, não tenho ideia de viver num outro país. Estou muito contente de estar aqui. Os meus filhos também gostam de estar aqui, eles já estão cá desde outubro do último ano, quase três, quatro meses. O meu filho tem um apartamento próprio, somos vizinhos, ele está em cima e eu estou em baixo. Oficialmente trabalhamos juntos e ele tem de acabar os estudos. Em junho desse ano, vai acabar os estudos no Luxemburgo, mas já está decidido a ficar aqui, não quer voltar para o seu país. Gosto de trabalhar com ele e ele está a pensar abrir aqui um negócio.

Depende, penso que pessoas do Luxemburgo que têm muito dinheiro, que têm capitais próprios, penso que é um bom momento agora de se fazer investimentos aqui no Algarve ou em Portugal a longo prazo, não para fazer dinheiro rápido mas sim fazer investimentos como atividade. Por exemplo, os alugueres não precisam de muito capital, para os jovens com um bom nível de estudos, um bom nível de classificação, podem investir também, só que não pode ter logo o retorno do investimento, mas pode-se fazer. Penso que Portugal em geral..., o Algarve também precisa de jovens com muitos estudos, com experiência teórica de universidade ou técnica. Técnicos precisam-se já. Por exemplo, eu sou Celoleiro e tenho já muitos contactos de venda por..., os jovens que estão mais do lado de quererem criar uma sociedade, conheço bem já esse lado. Não é só uma profissão, há mais. Eu julgo que o Luxemburgo, se tivesse jovens com essa classificação para trabalhar, podiam fazer aqui fortuna. Eu conheço aqui os Celoleiros e sei que não são organizados, então se esses luxemburgueses tiverem um pouco de dinheiro, de capital no início e conhecimento a esse nível, amanhã podiam já

investir aqui. Para os jovens pode ser interessante criar aqui um futuro, mas precisam de capital. Para pessoas..., eu vi isso nos últimos anos... há muitas pessoas estrangeiras que gostam de morar aqui e que não têm um capital inicial, isso é uma das coisas que eu devo dizer não! Não funciona.

De estar aqui sem capital e depender de um trabalho, penso que não funciona e não é um bom país para fazer isso. Pode ser um outro país, pode ser o Luxemburgo, a Suíça ou outro, e lá sim pode fazer dinheiro. Aqui, essa situação é muito complicada. São já muitos que estiveram aqui, oh! Sol, mar, sim, seis meses depois vão para casa porque não conseguem resistir. Penso que é muito importante dizer que Portugal, em geral, ou o Algarve, pode ser muito bom para quase tudo mas sem dinheiro nada funciona. Não que não se goste mas, não funciona. Realmente, não pode funcionar, não agora, pode ser daqui a cinco anos, pode ser mais. Por agora não.

A minha situação está legalizada e tenho autorização de residência, é muito interessante. No verão, foi-me passado o cartão de residência definitiva. De setembro de 2012 a 18 de julho de 2022, por 10 anos.

Imigrantes luxemburgueses no Algarve: Histórias de Vida

Tese de Mestrado em Educação Social da Escola Superior da Educação e Comunicação da Universidade do Algarve.

Transcrição da Entrevista

Entrevistado: Senhor Embaixador Paul Schmit

Entrevistadora: Elsa Oliveira

Data da Entrevista: 03 de abril de 2013, pelas 12h

A Embaixada do Grão-Ducado do Luxemburgo em Portugal foi inaugurada em 7 de dezembro de 1988, na presença do Ministro dos Negócios Estrangeiros, do Comércio Externo e da Cooperação do Luxemburgo, Senhor Jacques F. Poos. O edifício onde se encontram instalados a Embaixada e o Consulado, na Rua das Janelas Verdes, 43 em Lisboa, é propriedade do Estado luxemburguês. Provisoriamente, estamos no Centro Comercial das Amoreiras, na Torre 1, mas dentro de um mês regressaremos às nossas instalações. Trabalham na Embaixada/Consulado do Luxemburgo um total de 9 pessoas (4 homens e 5 mulheres), 2 diplomatas luxemburgueses mas nenhum imigrante luxemburguês.

A presença da Embaixada em Portugal revela a qualidade dos laços existentes entre Portugal e o Luxemburgo, parceiro aliado e amigo. Possibilita reforçar a cooperação entre os dois países no domínio político, económico, social e cultural, tendo uma relevância muito peculiar, devido à imensa comunidade portuguesa no Luxemburgo.

No Século XIX, o Luxemburgo foi um país de emigração, agora é um país de imigração, sendo que 43% da sua população residente não é luxemburguesa. Há cerca de 88 mil portugueses no Luxemburgo, uma parte dos quais se instalou no país nos anos 60/70. Devido à situação complicada que Portugal atravessa, de há 2, 3 anos para cá muitos portugueses voltaram a emigrar para o Luxemburgo à procura de trabalho.

Os luxemburgueses residentes em Portugal são em número mais ou menos reduzido. A partir de 2009 e com a possibilidade de os cidadãos terem a dupla nacionalidade, muitos portugueses optaram pela nacionalidade luxemburguesa. Têm de respeitar determinados requisitos, nomeadamente viverem desde há pelo menos 7 anos no Luxemburgo, falarem uma das línguas oficiais e terem um conhecimento razoável das instituições, da história e da cultura luxemburguesas. Podem ter a nacionalidade luxemburguesa sem perderem a nacionalidade portuguesa ou outra nacionalidade.

A inscrição consular não é obrigatória, por isso não se consegue ter uma informação exata sobre o número de cidadãos luxemburgueses residentes em Portugal. Mas, com a ajuda dos nossos Consulados Honorários, nomeadamente em Faro, conseguimos ter essa informação mais ou menos atualizada. Os luxemburgueses residentes em Portugal contactam-nos principalmente quando necessitam de algum documento oficial, um passaporte, por exemplo. Procuram o Consulado para obter informações sobre o novo passaporte e sobre outros documentos.

Há aproximadamente 4000 cidadãos por ano a solicitar a nacionalidade luxemburguesa, uma grande parte dos quais são cidadãos portugueses. Da comunidade luxemburguesa residente em Portugal fazem também parte cidadãos portugueses com dupla nacionalidade, ou casais em que um dos cônjuges é luxemburguês e o outro é português. São pessoas reformadas, cujos filhos e netos vivem no Luxemburgo, que têm muitas vezes uma casa em Portugal e vivem aqui 5 ou 6 meses por ano. E, regra geral, essas pessoas não necessitam dos serviços da Embaixada ou do Consulado, a não ser para esclarecer algumas dúvidas relativamente a assuntos relacionados com o Serviço de Finanças ou com a Segurança Social.

Estou em Portugal desde 2010, há 2 anos e meio. Já estive várias vezes no Algarve. Em junho de 2011, o nosso Cônsul do Algarve organizou um evento em Tavira, no qual participei, com a finalidade de reunir a comunidade luxemburguesa residente na região.

A comunidade luxemburguesa residente no Algarve é pequena e uma parte dessa comunidade é composta por casais em que um dos cônjuges é português. Normalmente, são pessoas que, após 30/40 anos passados no Luxemburgo, decidiram vir viver para Portugal ou passar aqui uma parte do ano. Portanto, uma parte deles terá também a dupla nacionalidade, pelo que só recorrem ao Cônsul no Algarve ou à Embaixada em

casos mais complicados ou quando necessitam de algum documento oficial luxemburguês. Como são também portugueses, recorrem normalmente aos serviços e às entidades portuguesas.

A comunidade luxemburguesa residente em Portugal é diferente de outras comunidades estrangeiras, uma vez que há muitos casais mistos, em que um dos dois é luxemburguês ou tem dupla nacionalidade (luxemburguesa e portuguesa). É uma imigração diferente da de outros países, por exemplo das comunidades polaca, checa ou brasileira, que são muito maiores que a nossa e têm características diferentes da imigração luxemburguesa.

Nós somos muito poucos aqui em Portugal. Apesar do voto ser obrigatório no Luxemburgo, a inscrição consular não é, e os cidadãos luxemburgueses residentes no estrangeiro votam normalmente por correspondência.

Por exemplo, a comunidade francesa residente no estrangeiro, que é composta por milhares de franceses, de 5 em 5 anos vota na sua Embaixada no país de residência. Nós temos outro sistema e, por outro lado, comparativamente, a comunidade francesa é muito maior, são realidades diferentes.

Assim, o principal contacto que temos com a comunidade luxemburguesa residente em Portugal, é quando necessitam de um documento oficial, como um passaporte, que é renovado de 5 em 5 anos. Por ocasião da Festa Nacional do Luxemburgo, ou de outros eventos (como por exemplo a receção por ocasião do casamento do Grão-Duque herdeiro em outubro do ano passado), a comunidade luxemburguesa residente em Portugal é sempre convidada. Provavelmente devido à distância, os residentes no Algarve ou no norte do país raramente se deslocam a Lisboa para assistir aos eventos que organizamos.

O tipo de assistência e ajuda que prestamos, sobretudo a nível consular, é variável. Há toda uma parte mais administrativa, ou seja, quando são efetuados pedidos de passaporte ou de outros documentos oficiais, legalização de documentos e o atendimento telefónico ou presencial de pessoas que solicitam todo o tipo de informação sobre o Luxemburgo: turístico, comercial ou sobre o mercado de trabalho e um eventual projeto de emigração.

Por outro lado, acoerremos também aos cidadãos luxemburgueses que, estando de férias em Portugal, perdem os seus documentos ou são roubados, cidadãos que por algum motivo se encontram em situações complicadas (com problemas de saúde, sem recursos financeiros, etc.), agindo como ponto de contacto entre esses cidadãos e familiares ou instâncias no Luxemburgo.

Por exemplo, o ano passado, um cidadão luxemburguês que se encontrava de férias no Algarve e a quem o passaporte roubado entrou em contacto com a Embaixada. Com a ajuda do Cônsul Honorário em Faro, emitiu-se um *laisser passer*, documento de identificação temporário, que lhe permitiu regressar ao Luxemburgo. Esta é uma das missões do nosso Consulado, ajudar os cidadãos quando estes se encontram em dificuldades.

Recebemos recentemente a visita de uma investigadora luxemburguesa, que está a fazer um trabalho sobre as motivações dos portugueses que emigram para o Luxemburgo. Constata-se que, por razões que se desconhecem, a maioria dos emigrantes provém do norte de Portugal, e atualmente temos conhecimento de alguns emigrantes da zona de Lisboa, não havendo contudo a mesma tendência no Algarve. Provavelmente por esse motivo, o Algarve não foi abordado neste estudo.

Creio que, de uma maneira geral, os luxemburgueses residentes em Portugal se sentem bem aqui. Claro que há sempre um ou outro caso de pessoas que não se conseguem adaptar ou que não conseguem encontrar trabalho e que acabam por regressar ao país de origem. Mas, regra geral, as pessoas sentem-se bem em Portugal.

O atual Grão-duque tem raízes em Portugal, uma vez que a sua bisavó era filha do Rei D. Miguel I. Durante a Segunda Guerra Mundial, a família Grã-Ducal e o Governo luxemburguês conseguiram sair de França graças aos vistos emitidos pelo Cônsul português em Bordéus, Dr. Aristides de Sousa Mendes. Estiveram em Portugal durante alguns meses, tendo sido acolhidos pela família Espírito Santo, antes de partirem em setembro de 1940, via Londres, para os Estados Unidos. A partir dos anos 60/70, reforçaram-se os laços entre os dois países, devido à grande vaga de emigrantes portugueses que rumaram ao Luxemburgo. Atualmente, as relações entre os nossos dois países são excelentes.

Felizmente, não temos muitos casos de cidadãos luxemburgueses que necessitam da intervenção da Embaixada mas às vezes acontece. O ano passado, por exemplo, ajudámos um jovem luxemburguês que se encontrava em Tavira já há algum tempo, sem dinheiro e sem documentos e que queria continuar a sua viagem de moto pelo Sul da Europa. Conseguiu falar-se com a família e emitir um novo passaporte e o jovem pôde prosseguir a sua viagem.

Já aconteceu também intervirmos no caso de cidadãos luxemburgueses residentes em Portugal e, nomeadamente, no Algarve, já com uma certa idade e com problemas de saúde e em que é necessário contactar familiares no Luxemburgo.

Não conheço nenhum caso de luxemburgueses que se tenham instalado em Portugal recentemente. A maioria está cá há 10, 20 anos, são casados (as) com portugueses (as), o que provavelmente também ajuda no processo de integração. Mas a principal vocação do Consulado é ajudar os cidadãos que se encontram em situações difíceis.

Relativamente às barreiras, sendo cidadãos europeus e pertencendo a um espaço comum, as barreiras são limitadas. Claro que as barreiras linguísticas existem. Em Portugal somos dois diplomatas e ambos tivemos de aprender o português, mas diria que, por sermos todos europeus, as barreiras quase não existem. Portugal e o Luxemburgo são países diferentes, cujos cidadãos têm realidades culturais diferentes, apesar de também terem similitudes. Dou um exemplo: o nosso Cônsul e Conselheiro e eu tivemos de aprender o português, quando chegamos aqui, mas também temos colegas do Ministério dos Negócios Estrangeiros luxemburguês que falam português, por terem algumas raízes (de origem, culturais, pessoais) que os ligam a Portugal. O Luxemburgo é um país com uma vivência cultural muito influenciada pela comunidade portuguesa.

Portugal é um país atrativo em termos de acolhimento e os portugueses são pessoas muito próximas de nós, são abertas. Visitei recentemente o Centro Nacional de Apoio aos Imigrantes, gerido de maneira muito aberta pela Dra. Rosário Farmhouse. É uma instituição que acolhe cidadãos provenientes de todos os países. É uma instituição criada pela Secretaria de Estado da Administração Interna e que é, para mim, um bom exemplo de acolhimento de imigrantes, porque todos os ministérios estão aí representados e têm “antenas” noutras cidades portuguesas, para ajudar os imigrantes no seu processo de integração, na aprendizagem da língua, na procura de habitação, etc.

Devo acrescentar que a imigração em Portugal foi, desde sempre e por razões ligadas à sua história, uma imigração muito baseada nos cidadãos dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa). De há 10 anos para cá, tem havido uma nova vaga de imigração, de cidadãos originários da Polónia, da Rússia, da Ucrânia, do Brasil, entre outros.

A nossa emigração é, contudo, e sobretudo desde os anos 60/70, uma emigração mais próxima, porque os portugueses são europeus, tal como os luxemburgueses e existem muitas afinidades a vários níveis. Por outro lado, os emigrantes dos países lusófonos, pela sua proximidade com Portugal, também acabam por se integrar mais facilmente do que aqueles que chegam a países como a França ou a Bélgica.

Acho que Portugal é um país muito criativo, tal como a Suíça. Há bons exemplos disso, a nível tecnológico e de investigação por exemplo. Neste momento, o Ministério dos Negócios Estrangeiros português está a tentar atrair investimento estrangeiro, por exemplo no ramo do imobiliário, e isso é uma forma de abrir as portas do país a empresas estrangeiras.

Há uma comunidade importante de reformados provenientes do Reino Unido, dos países escandinavos, da Alemanha, dos Países Baixos, que são muito bem acolhidos em Portugal e que optaram por viver aqui uma parte do ano.

Não temos conhecimento da existência de problemas de racismo.

CURRÍCULUM VITAE

Curriculum Vitae



Informação Pessoal

Apelido/nome	de Oliveira, Elsa Maria Carvalho
Morada	Urbanização Janelas de Faro, Lote 6 – 5º Dto, 8005-547 – Faro
Telemóvel	914256466 / 924078087
Correio eletrónico	asleoliveira@gmail.com
Identificação Fiscal	180809288
Bilhete de Identidade nº	9717133 emitido em 31/10/02 pelo Arquivo de Identificação de Faro
Nacionalidade	Portuguesa
Data de Nascimento	28 de fevereiro de 1965
Sexo	Feminino
Carta de Condução	FA-62621 5

Experiência Profissional

Data

Função ou cargo ocupado

Principais atividades e responsabilidades

Nome e endereço do empregador

Tipo de empresa ou setor

Novembro e dezembro: 2011

Formadora

Ministrei o módulo de “Atendimento”, no Centro de Novas Oportunidades da Santa casa da Misericórdia de Albufeira, correspondente a ação de formação modular. protocolado com o Ministério da Educação.

Santa casa da Misericórdia de Albufeira

CNO - Centro de Novas Oportunidades

Data

Função ou cargo ocupado

Principais atividades e responsabilidades

Nome e morada do empregador

Tipo de empresa ou setor

Ano letivo: 2010/2011

Formadora de Cidadania e Profissionalidade - Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC).

Reconhecimento das competências dos adultos em processo de RVCC através da explicitação da sua experiência de vida e da resolução de problemas; validação das competências do adulto em processo de RVCC, através da comparação entre as competências do adulto e do referencial; realização da Formação Complementar; interpretação, descodificação e sugestões de alteração do Referencial de competências-chave de Cidadania e Profissionalidade; reformulação/conceção de situações/problemas; orientação e apoio ao adulto promovendo pesquisa autónoma por parte deste.

Nera – Associação Empresarial da Região do Algarve.

CNO – Centro de Novas Oportunidades.

Data

Ano letivo: 2009/10

Função ou cargo ocupado	Professora contratada
Principais atividades e responsabilidades	Dar cumprimento à Planificação escolar previamente definida na disciplina de “Educação Tecnológica”, tendo individualmente recorrido a meios complementares de aprendizagem considerados de grande utilidade para a formação dos alunos.
Nome e morada do empregador	Agrupamento de Escolas de João da Rosa em Olhão.
Tipo de empresa ou setor	Ensino Público tutelado pelo Ministério da Educação.
Data	Ano letivo: 2009/2010
Função ou cargo ocupado	Formadora de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC).
Principais atividades e responsabilidades	Reconhecimento das competências dos adultos em processo de RVCC através da explicitação da sua experiência de vida e da resolução de problemas; validação das competências do adulto em processo de RVCC, através da comparação entre as competências do adulto e do referencial; realização da Formação Complementar; interpretação, descodificação e sugestões de alteração do Referencial de competências-chave de Cidadania e Profissionalidade; reformulação/conceção de situações/problemas; orientação e apoio ao adulto promovendo pesquisa autónoma por parte deste.
Nome e morada do empregador	Nera – Associação Empresarial da Região do Algarve.
Tipo de empresa ou setor	CNO – Centro de Novas Oportunidades.
Data	Ano: 2009/2010
Função ou cargo ocupado	Formadora do Curso de Educação e Formação de Adultos (EFA).
Principais atividades e responsabilidades	Ministrei a área de “Organização e Manutenção do Arquivo”, correspondente ao Curso de “Práticas Técnico - Comerciais”, Básico 3, protocolado com o Ministério da Educação.
Nome e endereço do empregador	IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional – V.R.S.A.
Tipo de empresa ou setor	Escola Profissional de Formação.
Data	Ano: 2009
Função ou cargo ocupado	Formadora
Principais atividades e responsabilidades	Ministrei o curso de “Técnicas de Vendas” a todos os colaboradores e entidade patronal da Empresa de Comércio Produtos Alimentares – Unipessoal, Lda.
Entidade Beneficiária	Confederação dos Empresários do Algarve (CEAL) em Faro.
Entidade Destinatária	Sulcones em Vilamoura.
Tipo de empresa ou setor	Pequena e Média Empresa (PME).
Data	Ano: 2009
Função ou cargo ocupado	Formadora
Principais atividades e responsabilidades	Ministrei o curso de “Relações Interpessoais” a todos os colaboradores e entidade patronal da Empresa de Construção Civil.
Entidade Beneficiária	Confederação dos Empresários do Algarve (CEAL) em Faro.
Entidade Destinatária	Sulédia em Boliqueime.
Tipo de empresa ou setor	Pequena e Média Empresa (PME).

Data

Função ou cargo ocupado

Principais atividades e responsabilidades

Entidade Beneficiária

Entidade Destinatária

Tipo de empresa ou setor

Data

Função ou cargo ocupado

Principais atividades e responsabilidades

Entidade Beneficiária

Entidade Destinatária

Tipo de empresa ou setor

Data

Função ou cargo ocupado

Principais atividades e responsabilidades

Entidade Beneficiária

Entidade Destinatária

Tipo de empresa ou setor

Data

Função ou cargo ocupado

Principais atividades e responsabilidades

Entidade Beneficiária

Entidade Destinatária

Tipo de empresa ou setor

Data

Função ou cargo ocupado

Principais atividades e responsabilidades

Ano: 2009

Formadora

Ministrei o curso de “Atendimento/Técnicas de Vendas/Recursos Humanos” a todos os colaboradores e entidade patronal da Empresa de Cozinhhas e Equipamentos Unipessoal,Lda.

Confederação dos Empresários do Algarve (CEAL) em Faro.

Desispaço em Tavira

Pequena e Média Empresa (PME).

Ano: 2009

Formadora

Ministrei o curso de “Relações Interpessoais” a todos os colaboradores e entidade patronal da Empresa de Eletricidade.

Confederação dos Empresários do Algarve (CEAL) em Faro.

Olheléctro em Olhão.

Pequena e Média Empresa (PME).

Ano: 2009

Formadora do Curso de Educação e Formação de Adultos (EFA).

Ministrei o curso de “Língua Portuguesa e Comunicação Empresarial”, protocolado com o Ministério da Educação.

Confederação dos Empresários do Algarve (CEAL) em Faro.

Santa Casa da Misericórdia em Albufeira.

Centro de Novas Oportunidades (CNO).

Ano: 2009

Formadora

Ministrei os cursos “Técnicas de Vendas”, “Técnicas Administrativas” e “Relações Interpessoais” a todos os colaboradores e entidade patronal da Empresa de Comércio e Divisão de Obras de Piscinas.

Confederação dos Empresários do Algarve (CEAL) em Faro.

GaléPiscinas, Vila Galé em Albufeira.

Pequena e Média Empresa (PME).

Ano letivo: 2008/09

Diretora de Turma do Curso de Educação e Formação (CEF) de Técnicos Administrativos.

Convoquei reuniões pedagógicas semanais a fim de melhorar os resultados dos alunos; promovi o contacto entre a comunidade escolar e Encarregados de Educação; Informei os E. E. de ocorrências com os seus educandos, via telefone, carta e pessoalmente. Prestei apoio aos alunos, individualmente ou em grupo, em sala de aula ou fora dela, tendo em atenção os princípios da pedagogia diferenciada. Organizei visita de estudo e Exposição de Trabalhos. Acompanhei os estágios dos alunos durante sete semanas, com quem mantive contactos semanais a fim de prestar apoio. Também intercambiei informações com os seus monitores. Participei na elaboração

	da Prova de Avaliação Final (PAF), na disciplina de “Correspondência Comercial”, bem como vigilante e Júri da referida prova.
Nome e morada do empregador Tipo de empresa ou setor	Escola Secundária Manuel Teixeira Gomes em Portimão. Ensino Público tutelado pelo Ministério da Educação.
Data	Ano letivo: 2007/08
Função ou cargo ocupado	Professora contratada
Principais atividades e responsabilidades	Dar cumprimento à Planificação escolar previamente definida na disciplina de “Educação Tecnológica”, tendo individualmente recorrido a meios complementares de aprendizagem considerados de grande utilidade para a formação dos alunos. Nas reuniões de Direção de Turma, fui indigitada para secretariar as atas das mesmas. Organização de uma exposição de fim de curso, alusiva aos trabalhos realizados pelos alunos.
Nome e morada do empregador Tipo de empresa ou setor	Escola E.B. 2,3 Dom Martim Fernandes em Albufeira. Ensino Público tutelado pelo Ministério da Educação
Data	Ano letivo: 2007/08
Função ou cargo ocupado	Formadora Curso de Educação e Formação de Adultos (EFA).
Principais atividades e responsabilidades	Lecionei as disciplinas de “Documentação Comercial”, “Sistemas de Organização Comercial”, “Organização e Manutenção do Arquivo” e “Higiene e Segurança no Trabalho” do curso de “Práticas Técnico Comerciais”, Básico 3, protocolado com o Ministério da Educação.
Nome e endereço do empregador Tipo de empresa ou setor	Confederação dos Empresários do Algarve (CEAL) em Faro. Escola de Formação Profissional.
Data	Ano letivo: 2006/07
Função ou cargo ocupado	Professora contratada
Principais atividades e responsabilidades	Lecionei a disciplina de “Educação Tecnológica” as alunos do ensino regular e percursos alternativos (alunos com dificuldades de aprendizagem e provenientes de estratos sociais problemáticos). Nas reuniões de Direção de Turma dos Percursos Alternativos, fui indigitada para secretariar as atas das mesmas. Organizei visitas de estudo como complemento à planificação pré-estabelecida.
Nome e endereço do empregador Tipo de empresa ou setor	Escola Básica Integrada com jardim de infância em Paderne. Ensino Público tutelado pelo Ministério da Educação.
Data	Outubro a dezembro de 2006
Função ou cargo ocupado	Formadora.
Principais atividades e responsabilidades	Ministrei o curso de “Comunicação e Técnicas de Secretariado”.
Nome e endereço do empregador Tipo de empresa ou setor	Confederação dos Empresários do Algarve (CEAL) em Faro. Escola de Formação Profissional.

Data

Função ou cargo ocupado

Ano letivo 2005/06

Professora Contratada

Lecionei as disciplinas de “Técnicas de Apoio ao Secretariado” por Unidades Capitalizáveis a alunos do ensino recorrente e “Correspondência Comercial” e “Higiene e Segurança no Trabalho” do Curso de Educação e Formação (CEF) de “Técnicos Administrativos”.

Principais atividades e responsabilidades

Coordenei estágios de final de curso, participando ativamente com entidades empregadoras e alunos.

Elaborei a Prova de Avaliação Final (PAF) juntamente a um grupo de colegas nomeados para o efeito, tendo sido Júri da mesma.

Organizei visitas de estudo que considerei fundamentais como complemento ao Plano de Atividade escolar.

Nome e endereço do empregador
Tipo de empresa ou setor

Escola Secundária Tomás Cabreira em Faro.

Ensino Público tutelado pelo Ministério da Educação.

Data

Função ou cargo ocupado

Ano letivo: 2004/05

Professora Contratada

Lecionei as disciplinas de “Técnicas de Apoio ao Secretariado” por Unidades Capitalizáveis a alunos do ensino recorrente e “Práticas / Técnicas Comerciais” e “Higiene e Segurança no Trabalho” do Curso de Educação e Formação (CEF) de “Técnicos Administrativos”.

Principais atividades e responsabilidades

Coordenei estágios de final de curso, participando ativamente com entidades empregadoras e alunos.

Elaborei a Prova de Avaliação Final (PAF) juntamente a um grupo de colegas nomeados para o efeito, tendo sido Júri da mesma.

Organizei visitas de estudo que considerei fundamentais como complemento ao Plano de Atividade escolar.

Nome e endereço do empregador
Tipo de empresa ou setor

Escola Secundária Tomás Cabreira em Faro.

Ensino Público tutelado pelo Ministério da Educação.

Outras Experiências***Profissionais***

Função ou cargo ocupado

Prestação de serviços nas seguintes Empresas: Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Algarve em Faro.

EDP em Loulé.

Jornal “O Algarve” em Faro.

Gráfica Farensense em Faro.

Nestas Empresas exerci funções ao nível de Secretariado de Direção e responsável pela área de contabilidade.

Formação Académica**Data****Ano 2013**

Designação do curso
Nome e tipo da organização de ensino ou formação

Data

Designação do curso
Nome e tipo da organização de ensino ou formação

Data

Designação do curso
Nome e tipo da organização de ensino ou formação

Data

Designação do certificado ou diploma atribuído
Principais disciplinas/competências profissionais
Nome e tipo da organização de ensino ou formação
Classificação obtida a nível nacional ou internacional

Concluiu o Curso de Profissionalização em Serviço – Grupo 530, com classificação final de 15 valores

Ano 2013

A concluir a tese de Mestrado em Educação Social na Universidade do Algarve - Escola Superior da Educação e Comunicação em Faro

Ano 2011/2012

Pós-graduação em Educação Social, com classificação final de 16 valores
Universidade do Algarve – Escola Superior da Educação e Comunicação em Faro

dezembro de 2002

Licenciatura em Assessoria de Administração
Informática, Secretariado, Inglês, Alemão, Economia, Gestão de Recursos Humanos, Epistemologia.
Universidade do Algarve – Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo do Algarve.
13 valores.

Formação Profissional

Data

Designação do certificado ou diploma atribuído

Data

Designação do certificado ou diploma atribuído
Principais disciplinas/competências profissionais

Nome e tipo da organização de ensino ou formação
Classificação obtida

Data

Designação do certificado ou diploma atribuído
Principais disciplinas/competências profissionais
Nome e tipo da organização de ensino ou formação
Classificação obtida

Data

julho de 2013

Curso: Gestão e Marketing
IEFP em Faro
Curso a concluir

dezembro de 2011

Curso: “O Novo Acordo Ortográfico”.
A língua portuguesa no mundo; breve panorâmica histórica da língua portuguesa; argumentos contra ou a favor do novo acordo ortográfico; o novo acordo ortográfico – alguns conceitos; o que muda com o novo acordo ortográfico.
NERA em Loulé.
Concluiu com aproveitamento

dezembro de 2011

Curso: “Comunicação e Gestão do Trabalho”.
Atendimento telefónico; Gestão do Tempo; Liderança e Motivação de Equipas.
NERA em Loulé.
Concluiu com aproveitamento.

maio de 2011

Designação do certificado ou diploma atribuído Principais disciplinas/competências profissionais	Curso: "Qualidade nos Serviços".
Nome e tipo da organização de ensino ou formação	Cortesia e Etiquetas no Atendimento; Interação ativa com o cliente; Gestão de conflitos; Reclamações; Tratamento e Encaminhamento; Atendimento telefónico e Presencial; Gestão do Tempo e Organização do Trabalho. Nera em Loulé
Classificação obtida	Concluiu com aproveitamento.
Data Designação do certificado ou diploma atribuído Principais disciplinas/competências profissionais Nome e tipo de organização de ensino ou formação Classificação obtida	De janeiro a junho de 2010 Curso: "Sensibilização à Deficiência Visual". Aprendizagem do abecedário, leitura e escrita em Braille. Jogos Interativos e Pedagógicos para audiovisuais. Escola Básica dos 2º e 3º ciclos João da Rosa em Olhão. Concluiu com aproveitamento
Data Designação do certificado ou diploma atribuído Principais disciplinas/competências profissionais Nome e tipo de organização de ensino ou formação Classificação obtida	julho de 2007 Curso: "Liderança de Equipas de Trabalho". Liderança de Equipas de Trabalho. Confederação dos Empresários do Algarve em Faro Muito Bom
Data Designação do certificado ou diploma atribuído Principais disciplinas/competências profissionais Nome e tipo de organização de ensino ou formação Classificação obtida	De maio a junho de 2002 Curso: Gestão de Recursos Humanos Gestão dos Recursos Humanos; Direito do Trabalho Confederação dos Empresários do Algarve (CEAL) em Faro. Bom
Data Designação do certificado ou diploma atribuído Principais disciplinas/competências profissionais Nome e tipo da organização de ensino ou formação Classificação obtida	De maio a junho de 1993 Curso: "Informática de Utilizadores" Informática, Inglês Instituto de Emprego e Formação Profissional e Fundo Social Europeu Bom
Data Designação do certificado ou diploma atribuído Principais disciplinas/competências profissionais Nome e tipo da organização de ensino ou formação	maio de 1993 Curso: "Contabilidade e Gestão" Contabilidade Geral, Contabilidade Financeira, Inglês e Gestão. Instituto de Emprego e Formação Profissional e Fundo Social Europeu

Classificação obtida	Bom
Data	julho de 1991
Designação do certificado ou diploma atribuído	Curso: "Secretariado de Direção".
Principais disciplinas/competências profissionais	Secretariado, Informática
Nome e tipo da organização de ensino ou formação	Instituto de Emprego e Formação Profissional e Fundo Social Europeu
Classificação obtida	Bom
Data	dezembro de 1989
Designação do certificado ou diploma atribuído	Receção/Portaria
Principais disciplinas/competências profissionais	Acolhimento/atendimento do Cliente, Inglês e Alemão
Nome e tipo da organização de ensino ou formação	Instituto de Emprego e Formação Profissional e Fundo Social Europeu
Classificação obtida	Bom
Data	novembro de 1987
Designação do certificado ou diploma atribuído	Curso: "Programadores de Aplicações Informáticas"
Principais disciplinas/competências profissionais	Introdução aos Computadores, Sistema de operação MS-DOS, Introdução à Programação
Nome e tipo da organização de ensino ou formação	Gadi – Gabinete de Apoio Interempresas, Lda
Classificação obtida	Bom

Participações em Eventos

Data	junho de 2012
Designação do evento	"DESTROIKA – Gestão da Mudança Positiva Rumo à Sustentabilidade da Organização"
Nome e tipo de entidade que organizou o evento	Escola de Hotelaria e Turismo do Algarve
Data	março de 2012
Designação do evento	III Seminário do Mestrado em Educação Social: Teoria e Prática
Nome e tipo de entidade que organizou o evento	Universidade do Algarve em Faro
Data	junho de 2011
Designação do evento	Encontro de Formadores dos Centros de Novas Oportunidades dos territórios A,B e C do Algarve
Nome e tipo de entidade que organizou o evento	Escola Secundária de Loulé em Loulé.
Data	2010
Designação do evento	Encontro de Profissionais e Formadores de RVCC "C'NÓS no Futuro"
Nome e tipo da entidade que	Escola Secundária de Silves em Silves

organizou o evento

Data

Designação do evento

Nome e tipo da entidade que organizou o evento

Data

Designação do evento

Nome e tipo da entidade que organizou o evento

Data

Designação do evento

Nome e tipo da entidade que organizou o evento

Data

Designação do evento

Nome e tipo da entidade que organizou o evento

Data

Designação do evento

Nome e tipo da entidade que organizou o evento

Data

Designação do evento

Nome e tipo da entidade que organizou o evento

Data

Designação do evento

Nome e tipo da entidade que organizou o evento

Data

Designação do evento

Nome e tipo da entidade que organizou o evento

2007

Seminário – “Empreendedorismo nos dias de hoje”

Universidade do Algarve – Campus das Gambelas em Faro

1999

Seminário – “Contabilidade, Diagnóstico, Tendências do Algarve”

Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo do Algarve em Faro

1999

Seminário – “Desafios do III Milénio”

Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo do Algarve em Faro

1999

Congresso “Como Viver Melhor”

União do Sindicatos do Algarve em Faro

1998

“Encontro sobre Gestão e Finanças”

MSU em Lisboa

1996

Congresso “Movimento Democrático das Mulheres”

União dos Sindicatos do Algarve em Faro

1993

Congresso “Direitos e Deveres dos Trabalhadores”

FESHAT em Loulé

1992

Congresso das Mulheres

FESHAT em Lisboa

***Aptidões e Competências
Pessoais***

Rápida de Aprendizagem

Espírito de Equipa

Capacidade de Adaptação e ambientes multiculturais

Boa capacidade de comunicação

Aptidões e Competências Técnicas e Informáticas

Detentora do Certificado de Aptidão Profissional (CAP) de Formadora, atribuído pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, e válido até 2013/03/04.

(Certificado nº EDF 3798/2003 DG)

Domínio do Software:

Windows XP;

Windows Vista;

Office 2007 (Word, Excell, Outlook e Powerpoint);

Entre Outros

Anexos